



Universidade de Brasília
CET – Centro de Excelência em Turismo

Pós-graduação *Lato Sensu*

Curso de Especialização em
Formação de Consultores

**“BRASÍLIA, TURISMO CIDADÃO e O PROGRAMA DE
VISITAÇÃO DE TURISTAS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS”**

ALEXANDRE CARRIJO FRANCO

Brasília – DF
Novembro de 2005.

**Universidade de Brasília
CET – Centro de Excelência em Turismo**

Curso de Especialização em

Formação de Consultores

“BRASÍLIA, TURISMO CIDADÃO e O PROGRAMA DE VISITAÇÃO DE TURISTAS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS”

ALEXANDRE CARRIJO FRANCO

Domingos Sávio Spezia, Mestre		Maria Teresa Negrão de Mello, Doutora		Domingos Sávio Spezia, Mestre
Coordenador		Orientador		Examinador

“Trabalho apresentado ao Centro de Excelência em Turismo da Universidade de Brasília em cumprimento às exigências acadêmicas parciais do curso de pós-graduação *lato sensu* em Formação de Consultores e obtenção do grau de Especialista.”

FRANCO, Alexandre Carrijo

Brasília, Turismo Cidadão e o Programa de Visitação de Turistas da
Câmara dos Deputados / Alexandre Carrijo Franco.

Monografia - Curso de Pós-graduação *lato sensu* de Formação de
Consultores

Brasília – DF, novembro de 2005.

Área de Concentração: Administração Estratégica do Turismo

Orientador: Dra. Maria Teresa Negrão de Mello

1. Brasília 2. Câmara dos Deputados 3. Turismo Cidadão
4. Cidadania 5. Turismo Cívico

À Diana Nishimura, minha parceira, e a meus pais Ari Franco e Vanda Carrijo, que muito me incentivaram neste retorno ao universo acadêmico acreditando todos no futuro da atividade turística no Brasil.

AGRADECIMENTOS

Aos colegas, a todo o corpo docente do curso de Formação de Consultores e, em especial, à orientadora dessa monografia, Maria Teresa Negrão de Mello, que juntos muito me ajudaram a solidificar as idéias contidas no corpo desse trabalho.

“Se você realmente deseja algo, você acaba encontrando a maneira de tornar isso possível”

Amyr Klink

(em resposta a questionamento do autor em palestra proferida em Brasília sobre suas longas viagens solitárias: como você faz para equilibrar o desejo de passar meses, e até anos, viajando solitariamente pelos mares sendo você marido e pai de três filhas pequenas?)

RESUMO

Sob o título de “Brasília, Turismo Cidadão e o Programa de Visitação de Turistas da Câmara dos Deputados”, essa pesquisa tem como pressupostos a vocação turística da cidade de Brasília e o potencial do Programa de Visitação acima identificado. Em torno desse Programa o objeto de estudo foi construído tendo como objetivos dar visibilidade a uma experiência, problematizá-la e sugerir alguns elementos para sua dinamização. Teve-se como argumento norteador e hipótese de trabalho o entendimento de que o Programa de Visitação constitui uma possibilidade turística para brasilienses, ou não, ao lado de ser ademais uma estratégia de confirmação identitária e prática cidadã. A problematização inscreve, aliás, a reflexão sobre a cidadania, aqui considerada para além dos sentidos que ressoam da idéia de civismo que, por certo, terá sugerido a adoção da expressão turismo cívico, convencionalmente utilizada nas propostas de segmentação. Bem por isso, o *corpus* teórico selecionado dialoga com um conjunto de autores de diferentes áreas do saber preocupados com questões identitárias e de cidadania. O *corpus* documental da investigação tem como suportes um conjunto de entrevistas realizadas com atores diretamente envolvidos e conhecedores do Programa. A essas fontes, trabalhadas à luz da metodologia preconizada pela História Oral, agregou-se um conjunto de documentos escritos obtidos nos arquivos da Câmara dos Deputados. Os resultados obtidos na pesquisa, de caráter exploratório, evidenciam as possibilidades do Programa de Visitação e apontam elementos cuja implantação concorrerá para sua maior visibilidade e dinamização, com efeitos tanto para a Instituição como para a política de turismo de Brasília.

1. Brasília 2. Câmara dos Deputados 3. Turismo Cidadão
4. Cidadania 5. Turismo Cívico

ABSTRACT

Entitled “Brasília, Citizen Tourism and the Programme for Visitation of Tourists in the Chamber of Deputies”, the current research is based on the touristic vocation of Brasília and the potential of the above-mentioned Visitors’ Programme. In the context of this Programme the object of analysis has been defined as a means to increase the visibility of an experience, put it under investigation and suggest elements for its increased dynamism. The main argument and hypothesis for the research allude to the understanding that the Programme for Visitation could be a touristic alternative for the population of Brasília, or not, as well as an strategy for the confirmation of its identity and practice of citizenship. The problematic rendering alludes thus to a reflection on citizenship, hence defined beyond meanings derived from the idea of civic pride, which might have induced the adoption of the expression “Civic Tourism” normally used for proposals of segmentation. For this reason, the theoretical *corpus* utilized establishes a dialogue with a group of authors from different academic fields who deal with issues related to identity and citizenship. The documentary *corpus* of the research is also based on interviews carried on with several actors that are directly involved with and have great knowledge of the Programme. In addition to these sources, analyzed in light of the methodology preconized by Oral History, a group of written documents obtained in the archives of the Chamber of Deputies has been included in this investigation. The results of the research, of exploratory nature, indicate the possibilities of the Programme for Visitation and point at elements whose implementation could contribute to enlarging its visibility and dynamics, with effects both on the Institution and Brasilia’s tourism policies.

1. Brasilia 2. Chamber of Deputies 3. Citizen Tourism
4. Citizenship 5. Civic Tourism

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	01
CAPÍTULO I – O FENÔMENO TURÍSTICO – Turismo no Brasil no Tempo Presente.....	05
1.1 ALGUMAS REFLEXÕES INTRODUTÓRIAS	05
1.2 TURISMO NO BRASIL.....	07
1.2.1 O Ministério do Turismo	08
1.2.2 O Plano Nacional de Turismo	12
1.3 BRASÍLIA TURÍSTICA	14
1.3.1 Contexto Político da Construção de Brasília	16
1.3.2 Características Culturais	21
1.3.3 Características Arquitetônicas	24
1.3.4 Brasília e o Palácio do Congresso Nacional por Oscar Niemayer.....	29
1.3.5 Brasília Hoje	31
CAPÍTULO II – A CÂMARA DOS DEPUTADOS COMO LUGAR DE VISITAÇÃO TURÍSTICA – Objeto de Estudo e Modo de Construção	37
2.1 VISITAÇÃO AO CONGRESSO NACIONAL: uma experiência identitária	37
2.2 INCURSÕES TEÓRICAS.....	40
2.2.1 Cidadania	40
2.2.2 Identidade na Modernidade Tardia	44
2.3 A CONSTRUÇÃO DO UNIVERSO EMPÍRICO e CONDUTAS METODOLÓGICAS ADOTADAS – articulações entre Legislativo e Cidadania.....	49
2.3.1 Descrição das Fontes elencadas.....	49
2.3.2 Poder Legislativo e Cidadania.....	51
CAPÍTULO III – O PROGRAMA PARA VISITAÇÃO DE TURISTAS	55
3.1 INICIATIVAS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS ACERCA DE IDENTIDADE E CIDADANIA	55
3.1.1 A Necessidade de Comunicação do Legislativo com o Cidadão	55
3.1.2 A Secretaria de Comunicação Social	56
3.1.3 A Coordenação de Relações Públicas e o Programa de Visitação	58
3.2 HISTÓRICO DO PROGRAMA – entrecruzando diálogos	60
3.2.1 A Evolução do Programa de Visitação para Turistas	63
3.3 A VISITA PLANEJADA	77
3.3.1 O Manual de Visitação Institucional	77
3.3.2 O Roteiro para Visitação	79
3.3.3 A Experiência Viva	86
CONSIDERAÇÕES FINAIS	92
BIBLIOGRAFIA	96

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Anexo I e a Cúpula da Câmara dos Deputados	04
Figura 2 – Marca Brasil	11
Figura 3 – Vista da Torre de TV	15
Figura 4 – Catedral	15
Figura 5 – Memorial JK	15
Figura 6 – Pedra Fundamental de Brasília	17
Figura 7 – Mapa de Brasília	25
Figura 8 – SuperQuadras Residenciais	25
Figura 9 – Palácio do Congresso Nacional	26
Figura 10 – Ponte JK	31
Figura 11 – Cartão Postal Institucional	65
Figura 12 – Folder do Programa de Visitação	70
Figura 13 – Folder da Ouvidoria Parlamentar	73
Figura 14 – Vistas dos Plenário da CD	74
Figura 15 – Salão Verde da CD	82
Figura 16 - Palácio do Congresso Nacional e Anexos da CD	83

INTRODUÇÃO

Cidadania e Turismo são conceitos que atravessam o objeto de pesquisa selecionado e seu modo de construção. A experiência da Câmara dos Deputados através de seu programa de visitação traz consigo os dois conceitos atuando juntos. Essa sinergia entre Cidadania e Turismo em Brasília, na visitação ao Palácio do Congresso Nacional,   o tema dessa pesquisa.

O Palácio do Congresso Nacional brasileiro, além de sede do Poder Legislativo – emanador dos princípios de cidadania –,   também um ponto turístico da cidade por causa de sua “arquitetura simples, porém complexa, com base na idéia de que arquitetura   a manifesta o do espírito, da imagina o e da poesia”, nas palavras de seu criador Oscar Niemeyer.   um símbolo nacional que congrega beleza urbanística, trabalho e cultura brasileira.

No ano de 1996 a Câmara dos Deputados (CD) iniciou um programa de visita o pública às dependências do Palácio do Congresso Nacional. Desde então, uma série de ações cada vez mais profissionais contrib iram para o aumento significativo do número de visitantes   institui o nos últimos dois anos, tornando-a em 2004 um dos pontos turísticos mais visitados da Capital Federal e a única institui o pública aberta nos 365 dias do ano.

Aparentemente, o grande impulso   visita o aconteceu quando esta foi associada ao desejo da institui o de agregar valor positivo   imagem do Congresso Nacional junto   opinião pública através do incentivo às práticas cidadãs. Era de interesse da institui o melhorar sua imagem pública, a princípio deturpada pelos meios de comunica o de massa, através da exposi o direta de sua realidade aos cidadãos sob um modelo educativo de visita o.

A visita o permite que os cidadãos conheçam a sede dos trabalhos legislativos e entendam o processo de representa o popular de uma maneira diferente da apresentada pela média onde apenas a encena o política   revelada.

O objetivo dessa ação, dentre outras com semelhante propósito, era fomentar a cidadania expondo a Câmara dos Deputados como: “A Casa do Cidadão – conheça e a sua Casa”.

O incremento substancial na visitação da instituição-monumento Congresso Nacional - o número de visitantes em 2000 dobrou em três anos; e dobrou novamente em apenas um ano, de 2003 para 2004, com as campanhas de incentivo à visitação no período - é um fato turístico importante numa cidade onde seus maiores atrativos são as instituições públicas e seus monumentos arquitetônicos.

No momento em que há um grande esforço para se conseguir aumentar o tempo de permanência em Brasília dos visitantes motivados por eventos e por negócios, a princípio a principal razão da chegada de viajantes à cidade, o atrativo Congresso Nacional - e suas estratégias de promoção - constituem um fenômeno digno de estudo em prol da investigação da identidade do turismo de Brasília.

Mais ainda, sob a premissa de que Brasília tem vocação turística - dentre outros motivos por ser Patrimônio Cultural da Humanidade, seu projeto urbanístico inovador, seus monumentos únicos e por ser a capital de todos os brasileiros – entende-se que é preciso investigar a experiência do Programa de Visitação da Câmara dos Deputados como fomentador da visitação turística do patrimônio cultural da cidade objetivando apontar caminhos para o desenvolvimento do potencial turístico de Brasília sob uma nova perspectiva, a do Turismo Cidadão.

O Congresso Nacional abriga duas Casas Legislativas, o Senado Federal e a Câmara dos Deputados. A visitação pública, atualmente unificada, abrange áreas comuns e privativas de cada uma das Casas. Contudo, somente as ações advindas da Câmara dos Deputados em prol da visitação foram selecionadas para a presente pesquisa que, em seu corpo, refere-se à Instituição com a palavra: Casa.

Este estudo, centrado nas ações do programa de visitação da Câmara dos Deputados às dependências do Congresso Nacional, é balizado no período de 1996 a 2005, especialmente nos últimos cinco anos, em relação ao aumento significativo no contingente de visitantes.

O suporte metodológico dessa monografia baseou-se em pesquisa em fontes bibliográficas para os capítulos I e II e em pesquisas exploratórias, objetivando o apontamento de tendências, nos documentos internos e públicos da Câmara dos Deputados para o capítulo III. Além de entrevistas com servidores e da própria experiência do autor, também servidor da Casa, na visitação turística ao monumento-instituição.

Portanto, esta monografia foi estruturada em três capítulos com o fim de revelar o pano de fundo onde a visitação ao Palácio do Congresso Nacional ocorre e sustentar o conceito de cidadania que permeia a visita.

No capítulo I, a cidade de Brasília é retratada como atrativo turístico nacional e internacional por suas características de síntese de um sentimento nacional de otimismo e como Patrimônio Cultural da Humanidade por sua arquitetura e urbanismo.

No capítulo II, os fundamentos para uma nova tipologia que esta monografia propõe para o turismo de Brasília, o Turismo Cidadão, são apresentados. Identidade e cidadania são os conceitos de base numa visão que se apóia nos estudos da Professora orientadora dessa monografia, Maria Teresa Negrão de Mello.

O capítulo III rastreia a evolução nas ações da Câmara dos Deputados para o incremento do Programa de Visitação para Turistas através de princípios de cidadania.

Finalizando, apresentam-se nas considerações finais alternativas para o desenvolvimento das políticas de turismo em Brasília e, também, sugestões quanto ao aperfeiçoamento do Programa de Visitação da Câmara dos Deputados.

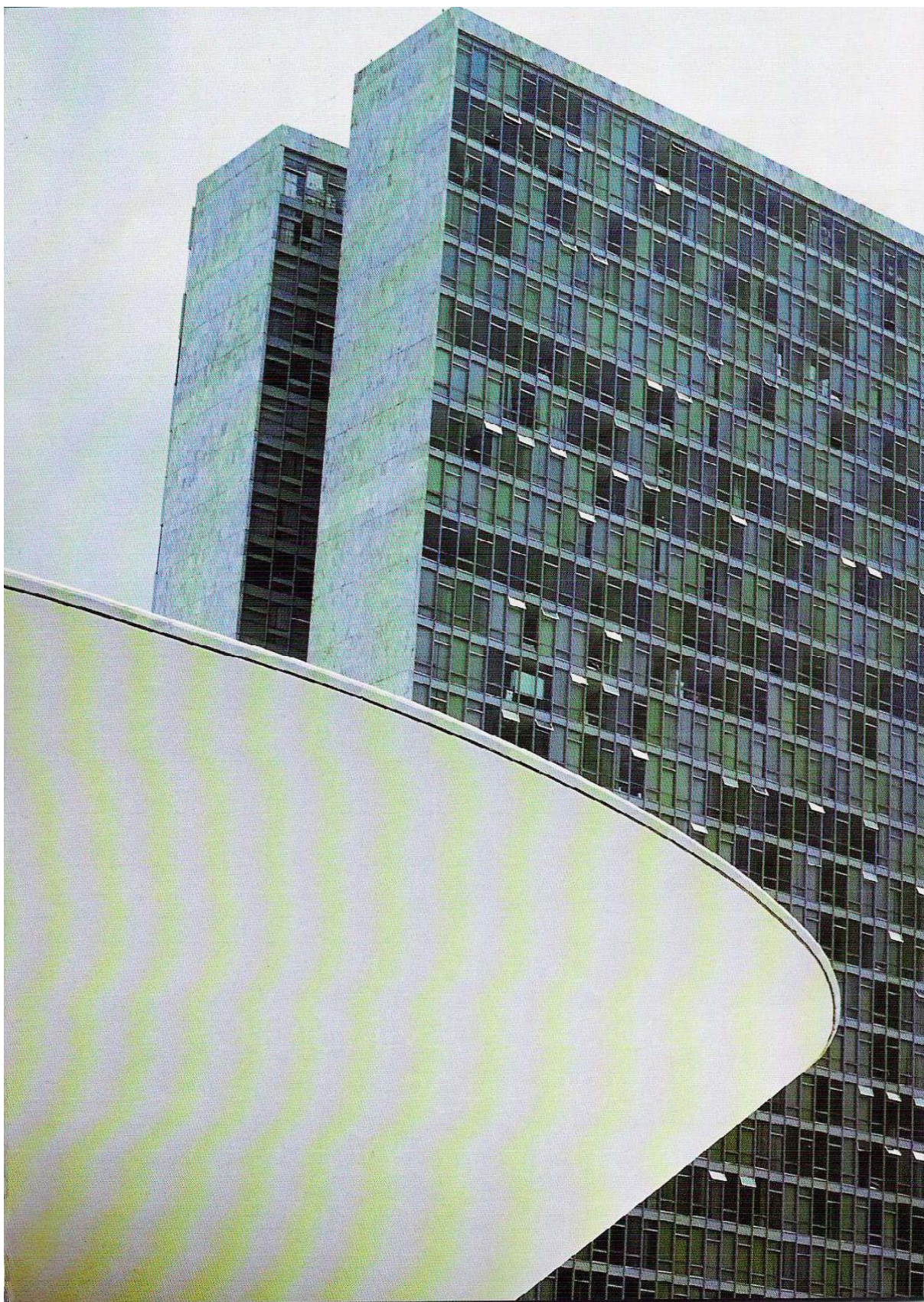


figura 1 – Anexo I e cúpula da Câmara dos Deputados

CAPÍTULO I

O FENÔMENO TURÍSTICO – TURISMO NO BRASIL NO TEMPO PRESENTE.

1.1 ALGUMAS REFLEXÕES INTRODUTÓRIAS

A viagem sempre esteve associada à natureza humana, seja pelas viagens de façanhas ou pelas de peregrinação. Avançando no tempo até a Revolução Industrial, em meados do século XIX, a viagem passou a assumir características modernas com feições de atividade comercial. O capitalismo industrial muito colaborou para o desenvolvimento das telecomunicações e dos sistemas de transporte, levando à ampliação da base de oferta e demanda por viagens, elevando o turismo à condição de produto vendável a públicos de amplo lastro financeiro.

Sobre as articulações que o desenvolvimento da indústria do turismo nos últimos sessenta anos vem propiciando nos campos da economia, da cultura e dos intercâmbios, recorre-se a Getino (2003, p. 192) ¹ que trata essa indústria como “sem chaminés”:

“Nos encontramos hoje em dia com tipos de interrogações e debates semelhantes aos que, provavelmente, enfrentaram especialistas, empresários e governos há mais de meio século, quando cuidaram de conceituar e definir indicadores comuns para atuar na flamante “indústria sem chaminés”, com a que se convencionou chamar a produção de bens e serviços turísticos a partir da Segunda Guerra Mundial. É sabido também, que a construção da tal “indústria” consistiu simplesmente em articular diversas atividades industriais e de serviços pré-existentes, ainda pouco conectadas entre si, até então, e menos ainda integradas - transportes, hotelaria, construção, comunicações, recursos históricos e naturais, paisagens, artesanato popular, festas e espetáculos, entretenimento, publicidade, etc. - para ir consolidando um projeto de desenvolvimento simultâneo nos campos da economia, da cultura e dos intercâmbios, a respeito dos quais, em que pese o meio século transcorrido, existem numerosos pontos que são objetos de polêmica ou debate”.

¹ SARAIVA, J e CERVO, A (orgs), 2005, apud in de Mello, M.T. N., pág. 148

A inserção do Brasil - entendido como um signo - e de suas potencialidades nesse contexto de indústria turística é apresentada a seguir por de Mello (2005, p.149) ², que fala sobre um “salto do turismo no Brasil”:

“(...) nos tempos de globalização, parece claro que, sob a égide das indústrias culturais, está consolidado um conjunto de ramos e segmentos que interagem, visando ao consumo e operando na esteira da incorporação do signo, pois aí mesmo reside a sua lógica. Vendo desse ângulo, cabe lembrar o diálogo de Barbosa, estudioso do turismo, que recorre a Baudrillard, filósofo que, ao refletir sobre o poder dos signos, assevera: “para tornar-se objeto de consumo é preciso que o objeto se torne signo” (Baudrillard apud Barbosa, 2001, p. 12). Descoberto o redescoberto, o “Signo Brasil” e seu potencial de consumo vem, conforme mostram os dados levantados par esse estudo, estimulando investimentos públicos e privados no “produto Brasil”, expressão reiteradamente adotada nos lugares-de-fala dos cenários internos e externos, oficiais ou a eles articulados, e cunhada na conjuntura aqui enfocada. Nela, o “produto Brasil” diversificou-se quanto aos lugares de destinação turística expostos em vitrine, cuja pluralidade de segmentações ofertadas, tem em comum os atributos do “signo Brasil”. É também nesta conjuntura que os espaços institucionais e a própria mídia referem-se ao “salto do turismo no Brasil”. De fato, as pesquisas mostram que *o fluxo de turistas estrangeiros no Brasil saltou de 1,85 milhões em 1984, para mais de 5 milhões em 2000. No mesmo período, o fluxo de turismo doméstico cresceu de 13,85 milhões para 38,20 milhões de brasileiros viajando pelo país. A receita gerada pelo turismo chegou a US\$ 4,2 bilhões em 2000 (Relatório de Gestão Embratur, 1995-2002, p. 13).* A comparação entre 1998 e 2000 não apenas justifica a expressão “salto do turismo, como também levanta questões sobre um processo que, é forçoso reconhecer, assumiu nova configuração, em meio a pendências e desafios, muitos deles ainda longe do equacionamento. Assumiu uma nova configuração, sobretudo porque traduz um desempenho que resulta do interesse de inscrever o Brasil em um tempo e em um mundo onde a aura poética de que, historicamente, se revestiu a expressão “viajar é preciso”, deslocou-se da aventura épica, para se legitimar em outro universo de sentido, cujas motivações, construídas na lógica do negócio, anunciam, antes de mais nada, que “consumir é preciso”.

Nesse processo competitivo tem havido centralização das receitas turísticas nas mãos das grandes companhias multinacionais, sobretudo de aviação e hospedagem. Por outro lado, dentro de uma visão de crescimento sustentável, as destinações e suas populações precisam também fazer parte da divisão desse bolo.

² idem, pág. 149-150

Nesse sentido de propiciar maior competitividade aos municípios na busca das receitas do turismo houve no Brasil a partir de 1995 a descentralização da gestão da atividade turística e o apoio aos municípios cadastrados pela Embratur, Empresa Brasileira de Turismo, como municípios de potencial turístico. Esse é o espírito do Programa Nacional de Municipalização do Turismo, levado a cabo a partir de 1995. Sobre ele e sobre o prestígio alcançado por suas ações no sentido da evolução sustentável do turismo, recorre-se novamente a de Mello³:

“O Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT), foi reconhecido como ação estratégica do Governo Federal em 1995. Em 1996 o Brasil foi convidado para apresentar sua metodologia na Assembléia Mundial da OMT em Havana. Em 1997, o Brasil apresentou exemplos de sucessos na 13ª Assembléia Mundial da OMT em Istambul. Em 1998 o PNMT foi reconhecido pela OMT como o melhor exemplo da América Latina em municipalização do turismo sustentável, aplicada aos municípios brasileiros (Embratur, Retratos de uma caminhada, 56/57).”

Com a mudança de governo no país em 2003, a experiência do PNMT foi transformada em um outro programa que coloca o foco não apenas nos municípios, mas na região compreendida por municípios turísticos com atributos complementares. Esse é o Programa de Regionalização do Turismo, compreendido dentro de algo maior que vem sendo desenvolvido atualmente, o Plano Nacional de Turismo. Essa nova feição do turismo nacional passa a ser observada na seção seguinte.

1.2 TURISMO NO BRASIL

Com a posse do Presidente Luis Inácio Lula da Silva em 2003, o Brasil passou a redobrar a atenção indústria do Turismo e sua importância estratégica para o desenvolvimento sócio-econômico do país. Nesse sentido, criou-se o Ministério do Turismo, independente de outras pastas, e um Plano Nacional de Turismo com diretrizes, metas e programas para vetorizar o processo de mudança envolvendo governo, setor produtivo e o cidadão. Além disso, reformulou-se o papel da Embratur, deixando-a com a missão única de promoção da imagem do Brasil no exterior.

³ Idem, pág. 162

Além das iniciativas do Poder Executivo, foco de maior interesse nesse momento, há de se destacar também o papel do Legislativo nesse processo de mudança. Para isso traz-se, brevemente, um trecho de um pronunciamento do Senador pelo Distrito Federal Paulo Octávio:

“O mundo faz turismo. Anualmente, 715 milhões de pessoas viajam por lazer ou por negócios. Por isso, o turismo é um setor da economia que movimenta mais dinheiro do que a indústria automobilística ou a de telecomunicações. (...) Temos gargalos que bloqueiam o desenvolvimento do nosso turismo e que precisam ser encarados, agora que há um entrosamento como nunca houve entre Executivo e Legislativo de mãos dadas para ajudar o nosso turismo. É que a comissão de Turismo da Câmara dos Deputados, a Subcomissão de turismo do Senado Federal, a Frente Parlamentar do Turismo, e a Confederação Nacional do Comércio estão desenvolvendo esforços conjuntos em sintonia com o Ministério do Turismo para estudar a legislação, apresentando novos projetos e propostas para aumentar a participação do turismo no PIB nacional. Prova disso foi a realização, pelo sexto ano consecutivo, do Congresso Brasileiro de Atividades Turísticas – VI CBRATUR (...) visando à discussão de uma nova legislação que será apresentada pelo Executivo no início do próximo ano, a Lei Geral do Turismo, com o objetivo de regulamentar cinco setores da atividade: os agentes de viagens, o setor hoteleiro, o setor de transportes turísticos, e o de congressos e eventos.”⁴

No sentido de pormenorizar as ações governamentais transformadoras da atividade turística nacional, apresenta-se a seguir um apanhando de cada um dos principais atores desse processo de desenvolvimento econômico que têm papel de relevo para o objetivo dessa monografia.

1.2.1 O Ministério do Turismo

O turismo no Brasil nunca contou com uma pasta ministerial exclusiva para tratar de seus assuntos. Talvez porque só recentemente se atribuiu ao Turismo importância significativa para o desenvolvimento econômico e para a criação de emprego e renda como se percebe na fala do Presidente da República Luis Inácio Lula da Silva no início de 2003:

⁴ Anuário Voz de Brasília, pág 34.

“Muito se tem falado dos desafios colocados ao novo governo no campo do desenvolvimento econômico e da área social. A necessidade de criar empregos, gerar divisas para o país, de reduzir as desigualdades regionais e distribuir melhor a renda são questões que devem ser enfrentadas de imediato. (...) O turismo, pela natureza de suas atividades e pela dinâmica de crescimento dos últimos dez anos é o segmento da economia que pode atender de forma mais completa e de maneira mais rápida os desafios colocados. (...) Além dessas perspectivas, o turismo pode cumprir um papel importante no equilíbrio da balança comercial, com o ingresso de novas divisas, por meio do aumento no fluxo de turistas estrangeiros e da atração de investimentos para a construção de equipamentos turísticos. Por todos esses motivos, já em campanha havíamos assumido o compromisso de criarmos o Ministério do Turismo e de profissionalizarmos a EMBRATUR, voltando o seu foco para a promoção, marketing e o apoio à comercialização do produto turístico brasileiro no mundo. A concretização deste compromisso coloca o setor como uma das grandes prioridades do governo, estando integrado à macro estratégia do país e cumprindo papel fundamental no desenvolvimento econômico e na redução das desigualdades sociais.”⁵

Evidenciado está o desejo político de fomentar o turismo no Brasil. Portanto, a gestão do turismo passa necessariamente pelo Ministério, como se verá a seguir:

“A criação do Ministério do Turismo atende diretamente a uma antiga reivindicação do setor turístico. O Ministério, como órgão da administração direta, terá as condições necessárias para articular com os demais Ministérios, com os governos estaduais e municipais, com o poder legislativo, com o setor empresarial e a sociedade organizada, integrando as políticas públicas e o setor privado. Desta forma o Ministério cumprirá com determinação um papel aglutinador, maximizando resultados e racionalizando gastos.”⁶

Para finalizar e esclarecer a abrangência institucional de sua atuação, abaixo segue a missão do Ministério do Turismo contida em seu sítio de internet:

“Desenvolver o turismo como uma atividade econômica sustentável com papel relevante na geração de empregos e divisas, proporcionando a inclusão social. O Ministério do Turismo inova na condução de políticas públicas com um modelo de gestão descentralizado, orientado pelo pensamento estratégico.”⁷

⁵ BRASIL, Ministério do Turismo, PNT, abril 2003 pág. 3 a 6
<http://institucional.turismo.gov.br/mintur/contentobjects/dbfiles/170C1584-E07D-D342-82C68965ADF6AF8F.arquivo.pdf> em 16/09/2005.

⁶ Anuário Voz de Brasília, pág 34.

⁷ <http://institucional.turismo.gov.br> em 21/09/2005

Sobre as mudanças de papel entre a antiga EMBRATUR e o novo Ministério, recorre-se novamente ao mesmo sítio eletrônico:

“A Embratur foi criada no Rio de Janeiro em 18 de novembro de 1966. Naquela época, era a Empresa Brasileira de Turismo, e tinha como principal objetivo fomentar a atividade turística, criando condições para a geração de emprego, renda e desenvolvimento em todo o país. A partir de 2003, com a instituição do Ministério do Turismo, sua atuação concentrou-se na promoção, marketing e apoio à comercialização dos produtos, serviços e destinos turísticos brasileiros no exterior. E para fomentar e implementar tais objetivos foi criado o Plano Aquarela – Marketing Turístico Internacional do Brasil -, que estabelece as bases para todas as ações brasileiras no exterior pelos próximos dez anos.”⁸

O Plano Aquarela foi um trabalho inovador e que, através de pesquisas com o público alvo, estruturou com princípios modernos de marketing turístico a atuação brasileira com vistas à promoção do Brasil no exterior e à captação de turistas internacionais. A consecução deste plano revela concretamente o trabalho empreendido pelo Ministério do Turismo e sua capacidade de coordenação após cerca de 18 meses de sua criação, como se vê:

“Pela primeira vez na história, o Brasil conta com um programa científico de divulgação do turismo brasileiro no mercado internacional. Trata-se do Plano Aquarela – Marketing Turístico Internacional do Brasil, que está definindo as bases para todas as ações de divulgação do País no exterior. Desenvolvido pelo Ministério do Turismo, por meio da EMBRATUR (Instituto Brasileiro de Turismo) e sob coordenação da empresa de consultoria internacional em turismo Chias Marketing, o plano é resultado de pesquisas em 18 mercados com mais de seis mil pessoas. Todo o processo, iniciado em agosto de 2004, contou ainda com envolvimento do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC). (...) Os resultados das três pesquisas encomendadas para o Plano Aquarela revelam dados interessantes. Analisados por especialistas em turismo, em linhas gerais os dados indicam que a natureza e a alegria do povo brasileiro são o que o Brasil tem de mais positivo na visão do estrangeiro. 86% deles têm intenção de voltar e 99% dizem recomendar o destino para outras pessoas, o que mostra que o Brasil fideliza seu cliente. Os dados subsidiaram um mapeamento dos segmentos identificados como principais motivos de viagem do turista internacional e quais produtos turísticos têm maior potencial para comercialização no exterior. Combinado com o que o Brasil oferece, foram definidos cinco grandes segmentos: Sol & Praia, Ecoturismo, Esportes, **Cultural** (grifo nosso) e Negócios & Eventos. Há ainda a proposta do segmento Grandes Circuitos,

⁸ <http://institucional.turismo.gov.br> em 21/09/2005

que tem o objetivo de fazer o turista descobrir o Brasil – e incentivá-lo a retornar ao País – visitando grandes ícones (destinos mais conhecidos).”⁹

O segmento cultura é um dos destaques do Plano Aquarela que apresenta a Marca Brasil como um símbolo dentro de uma estratégia promocional para o turismo brasileiro no exterior. Sobre ela vê-se que:

“Primeiro resultado direto do Plano Aquarela, a Marca Brasil passa a representar a imagem do turismo brasileiro e dos principais atributos de exportação do País no exterior. O símbolo está sendo incorporado a todo o programa de promoção, divulgação e apoio à comercialização dos produtos, serviços e destinos turísticos brasileiros no mercado internacional. Multicolorida e sinuosa, a Marca Brasil foi criada tendo como base os indicadores das três pesquisas para formatação do Plano Aquarela. O novo símbolo é assim como as pesquisas apontaram que o estrangeiro enxerga o Brasil: multicolorido. O verde é associado às florestas; o azul ao céu e às águas; o amarelo ao sol e à luminosidade; o vermelho e o laranja às festas populares; e o branco às manifestações religiosas e à paz. A Marca Brasil foi construída tendo como referência pontos como alegria, sinuosidade, luminosidade e modernidade.”



figura 2 – Marca Brasil

Logo após a criação do Ministério, o passo primordial foi a elaboração do Plano Nacional de Turismo - PNT para o quadriênio 2003-2007, lançado em 29 de abril de 2003. Dentro dessa nova realidade estrutural, o Ministério tem a atribuição de articular o processo de integração dos mais diversos segmentos do setor turístico. O PNT é o norte dessa missão.

⁹ Plano Aquarela, in

http://institucional.turismo.gov.br/mintur/arquivos/Marca%20Brasil_arquivos/conceito.pdf

Pág. 1 e 2, em 21/09/2005

1.2.2 O Plano Nacional de Turismo - PNT

A apresentação do PNT pelo Senhor Ministro do Turismo reitera as palavras do Presidente, explica um brevemente a concepção do Plano ressaltando a coletividade do fazer-se e, em certa altura, o relaciona como um fator de construção da cidadania e de integração social. Assim diz:

“A apresentação à sociedade do Plano Nacional do Turismo reforça o compromisso assumido pelo Senhor Presidente da República quando da criação do Ministério, de priorizar o turismo como elemento propulsor do desenvolvimento sócio-econômico do país. O Plano Nacional foi concebido de forma coletiva, com uma ampla consulta às mais diversas regiões brasileiras e a todos os setores representativos do turismo e constitui-se em um processo dinâmico de construção permanente. Traduz uma concepção de desenvolvimento que, além do crescimento, busca a desconcentração de renda por meio da regionalização, interiorização e segmentação da atividade turística. Estamos propondo um novo modelo de gestão descentralizada com a reformulação do Conselho Nacional do Turismo e dos Fóruns Estaduais que estabelecerão permanente comunicação com as necessidades advindas das regiões, municípios e destinos turísticos. (...) Destacamos ainda a atenção que devemos dirigir ao incremento do turismo interno, que deve ser fortalecido pelo consumo da sociedade brasileira, permitindo a todos o acesso ao lazer e às férias, respondendo a uma aspiração legítima dos nossos cidadãos e tendo no turismo um fator de construção da **cidadania** e de **integração social** (grifos nossos).” ¹⁰

A estruturação do PNT o apresenta como:

“Instrumento de planejamento do Ministério do Turismo que tem como finalidade explicitar o pensamento do governo e do setor produtivo e orientar as ações necessárias para consolidar o desenvolvimento do setor do Turismo. Este documento está sendo elaborado de forma participativa dentro de um processo permanente de discussão e atualização, de acordo com as necessidades inerentes à dinâmica do setor. (...) Buscamos, por intermédio do Turismo, contribuir para o desenvolvimento do país gerando um amplo processo de mudanças que envolvem o **cidadão** (grifo nosso), o estado e o setor produtivo.” ¹¹

¹⁰ BRASIL, Ministério do Turismo. Mensagem do Sr. Presidente da República, PNT, abril 2003 pág. 7 a 8
<http://institucional.turismo.gov.br/mintur/contentobjects/dbfiles/170C1584-E07D-D342-82C68965ADF6AF8F.arquivo.pdf> em 16/09/2005.

¹¹ Idem, pág. 15 a 19.

A visão contida no Plano Nacional de Turismo contempla a diversidade cultural do país e o desejo de inscrever-se com destaque no circuito turístico mundial, a ver:

“O turismo no Brasil contemplará as diversidades regionais, configurando-se pela geração de produtos marcados pela **brasilidade** (grifo nosso), proporcionando a expansão do mercado interno e a inserção efetiva do País no cenário turístico mundial. A geração do emprego, ocupação e renda, a redução das desigualdades sociais e regionais, e o equilíbrio do balanço de pagamentos sinalizam o horizonte a ser alcançado pelas ações estratégicas indicadas.”¹²

Finalizando a parte de interesse para esse estudo em relação ao PNT, apresentam-se as cinco (ambiciosas) metas para o turismo nacional a serem alcançadas até 2007:

- 1 - Criar condições para gerar 1.200.000 novos empregos e ocupações;
- 2 - Aumentar para 9 milhões o número de turistas estrangeiros no Brasil;
- 3 - Gerar 8 bilhões de dólares em divisas;
- 4 - Aumentar para 65 milhões a chegada de passageiros nos vôos domésticos;
- 5 – Ampliar a oferta turística brasileira, desenvolvendo no mínimo três produtos de qualidade em cada Estado da Federação e Distrito Federal.

O que foi mostrado acerca do Plano Nacional de Turismo evidencia a vontade política de levar a cabo a dinamização do turismo pátrio, a nova maneira de se planejar e executar a atividade turística e destaca na sua concepção que essa atividade é fator de construção de cidadania, envolvendo o cidadão e a noção de brasilidade do povo brasileiro.

Alinhada a esses atributos do turismo brasileiro contemporâneo do PNT está a cidade de Brasília, entendendo-a dentro do escopo desse trabalho, como um genuíno produto turístico nacional por suas características culturais e arquitetônicas únicas e, além disso, por ter nascido sob a égide de fator de integração nacional. Essas características da cidade serão desvendadas a seguir.

¹² Idem, pág. 21

1.3 BRASÍLIA TURÍSTICA

Brasília ainda é uma cidade que causa ambigüidade nos brasileiros. Desde sua criação seus defensores e opositores se avolumam. Em seus 45 anos de existência física, pós-inauguração, ainda não desfruta de uma imagem acolhedora entre os brasileiros. Jovem, talvez ainda não tenha realmente cunhado sua identidade. Contudo, esse tema será analisado adiante no Capítulo II.

Concebida para fomentar um plano desenvolvimentista de integração nacional, logrou êxito nesse sentido propiciando o desbravamento do interior do país, contribuiu para o processo de industrialização e incrustou na consciência coletiva do brasileiro a certeza de sua capacidade de realização, ou em outras palavras, elevou a auto estima nacional.

A construção da Capital tornou-se um épico nacional e produziu não apenas uma cidade, mas uma obra de arte modernista de arquitetura e urbanismo de relevo internacional e um novo caldeirão de misturas na já miscigenada população brasileira. A cultura brasileira que se encontra em Brasília é única e, ao mesmo tempo, própria de todas as populações dos estados brasileiros que vieram para sua construção.

Nesse tópico Brasília Turística, um pouco da história, das características culturais e arquitetônicas da cidade são expostas com vistas a compor como um todo seu conteúdo turístico. Alinhando-a dessa forma ao que prescreve o Plano Nacional de Turismo, especificamente no Plano Aquarela, quanto a segmentar os produtos turísticos em cinco grandes segmentos. No caso, caracterizar Brasília dentro do nicho: Turismo Cultural.

Ao final, apresenta-se ainda o panorama turístico atual da cidade sob o ponto de vista de como o Ministério do Turismo, o Governador do Distrito Federal, revistas e guias de viagem a caracterizam.

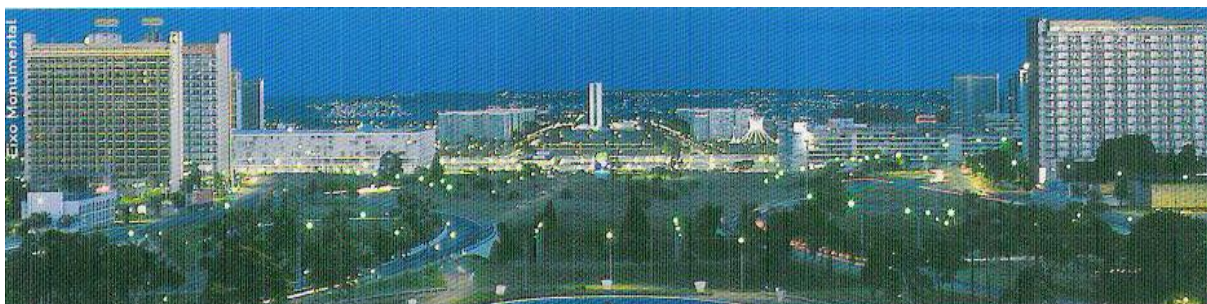


figura 3 – Vista da Torre de TV

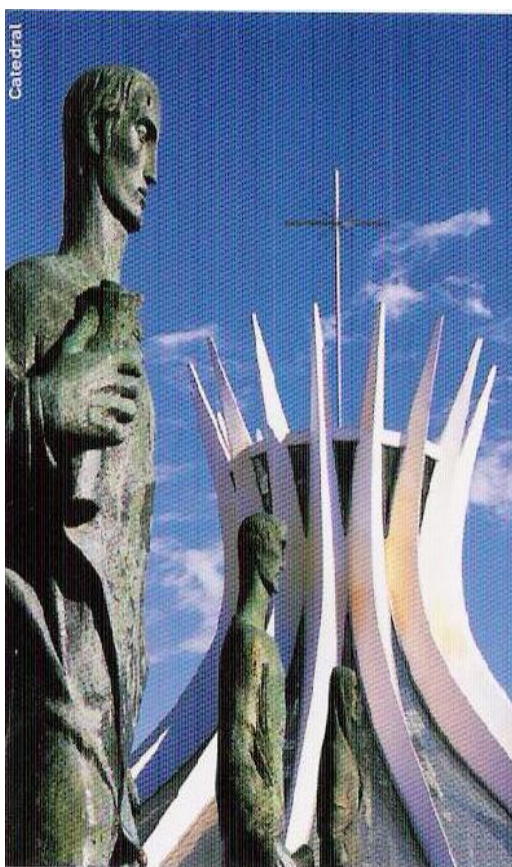


figura 4 – Catedral

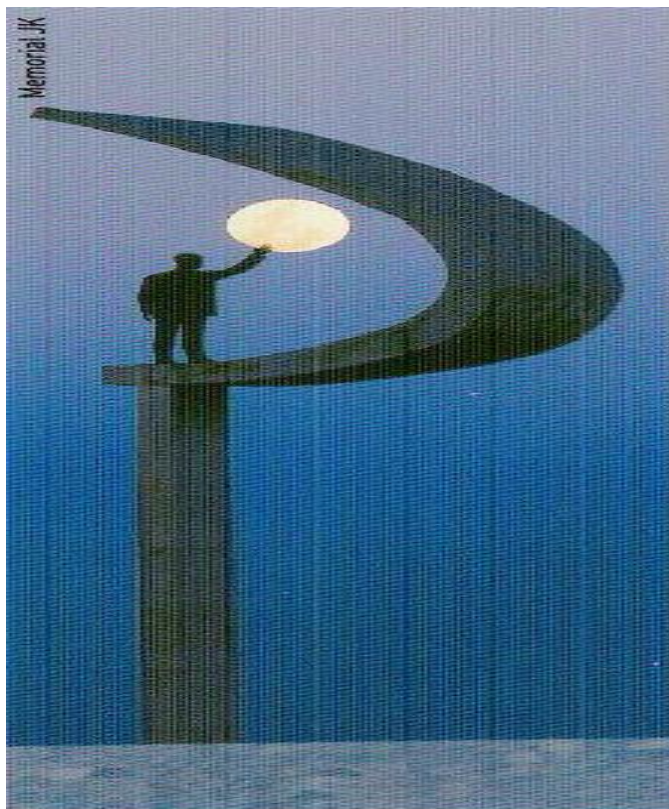


figura 5 – Memorial JK

1.3.1 Contexto Político da Construção de Brasília.

Apesar de ser considerada uma cidade jovem de apenas 45 anos, a história - de cidade "planejada" - de Brasília começa muito antes de sua inauguração em 21 de abril de 1960. As informações da breve cronologia apresentada a seguir são todas da mesma fonte.¹³

"Já em 1823 José Bonifácio de Andrada e Silva, conhecido como o patriarca da Independência, apresenta projeto para a mudança da capital e sugere o nome "Brasília" para a nova cidade. Em 30 de agosto de 1883, Dom Bosco (santo italiano, nascido em 1815 e fundador da Ordem dos Salesianos) teve um de seus famosos sonhos. Alguns trechos do que ele relatou: Entre os paralelos de 15º e 20º havia uma depressão bastante larga e comprida, partindo de um ponto onde se formava um lago. Então, repetidamente, uma voz assim falou: quando vierem escavar as minas ocultas, no meio destas montanhas, surgirá aqui a terra prometida, vertendo leite e mel. Será uma riqueza inconcebível..."

Esse sonho tornou-se totalmente identificado com Brasília a ponto de ser erguida em 31/12/56, antes mesmo do início da construção do Plano Piloto, a Ermida Dom Bosco, às margens do Lago Paranoá, exatamente na passagem do paralelo de 15º. Hoje é ponto turístico da cidade segundo o órgão de promoção da Capital, Brasília & Região Convention and Visitors Bureau.¹⁴

Continuando sobre a cronologia:

"No ano de 1892 há a nomeação da Comissão Exploradora do Planalto Central, criada por causa do artigo 3º da Constituição de 1891, a Comissão Cruls, que dois anos depois demarca uma área de 14.400 km² considerada adequada para a futura capital. Esta área ficou conhecida como o "Quadrilátero Cruls". Em 1922 é colocada a pedra fundamental "da futura Capital Federal dos Estados Unidos do Brasil", perto da cidade de Planaltina, no perímetro do atual Distrito Federal. Em 04 de abril de 1955, na cidade goiana de Jataí, Juscelino fez o comício de abertura de sua campanha. JK havia decidido iniciar sua campanha pelas cidades menores do interior, e Jataí havia sido escolhida para o primeiro comício (por razões que podem ser vistas no livro "Brasília - Memória da Construção", de Tamanini). No discurso

¹³ http://www.infobrasilia.com.br/bsb_h1p.htm#História , em 22/07/2005

¹⁴ http://www.brasiliaconvention.com.br/turismo_atracoes_santuário.htm , em 22/07/2005

do comício, Juscelino pregara o respeito à Constituição e às leis. Ao final do discurso, foi permitido aos que assistiam ao comício que perguntassem algo, se quisessem. Antônio Soares Neto, o Toniquinho, perguntou a Juscelino se ele - que tanto pregava o respeito à Constituição - mudaria, se eleito, a capital para o Planalto, conforme a Constituição determinava. Juscelino prometeu então mudar a capital.”

Tais fatos são também relatados pela graduada em História pela Universidade de Brasília, doutora pela USP, Vânia Maria Losada Moreira¹⁵, de maneira mais completa com um sabor político e descritivo do período histórico dos anos do governo JK (1956-1960), como se vê:

“O momento era de confiança e a inovação estava na pauta do dia: Cinema Novo, Bossa Nova e Brasília, a nova Capital. Inicialmente, ninguém levou muito a sério a tal promessa presidencial de tirar a capital do Rio de Janeiro, um grande e movimentado centro urbano, e implanta-la no Planalto Central, no chamado “Retângulo Cruls”. A área já havia sido demarcada pela Comissão Exploradora do Planalto Central (1892-1894).”



figura 6 – Pedra Fundamental de Brasília

¹⁵ Brasília: a construção da nacionalidade. Um meio para muitos fins. Vitória: Edufes, 1998, apud Revista Nossa História, ano 2, nº23 de setembro de 2005, pág. 26.

“Com isso, o marechal presidente tomava as primeiras medidas para cumprir a deliberação dos constituintes republicanos, que incluíram a “meta mudancista” na Carta de 1891, a primeira da República recém-instalada. E embora a Constituição de 1946, então em vigor, também fizesse referência à mudança da capital, a idéia, ainda assim, parecia mirabolante demais. Soava insensato transferir a capital para o Centro-Oeste, uma região que, somada ao Norte, parecia ser mais conhecida e habitada por tribos indígenas independentes, e ainda sem contato com a população nacional, do que propriamente pela sociedade brasileira. O governo deu a entender que a meta mudancista seria realizada de forma gradativa, algo em torno de 15 anos, e que o empreendimento seria “autofinanciável”, por meio das receitas obtidas com a venda dos lotes na nova capital. Com esses argumentos, enviou ao Congresso Nacional um projeto de lei para criar a Companhia Urbanizadora da Nova Capital (Novacap), que, segundo as regras de sua constituição, seria responsável pela edificação da cidade. A oposição, liderada pela União Democrática Nacional (UDN), não gostou da idéia. Julgava a meta pura demagogia do governo, mas acabou aprovando a criação da companhia, acreditando na ruína de JK. Mas depois da aprovação da Novacap muita coisa mudou. JK surpreendeu a nação afirmando que inauguraria Brasília ainda em seu mandato, transformando o Planalto Central em um imenso canteiro de obras e no lugar do planeta onde acontecia a mais ousada experiência da arquitetura e do urbanismo moderno. Desde então, Brasília tornou-se a “meta-síntese” e o maior símbolo dos anos JK. Ela expressava a política arrojada do presidente que, por meio de um programa modernizador e industrialista, estava rompendo definitivamente com a velha concepção da “vocação essencialmente agrícola do Brasil”. Com a construção de Brasília e do cruzero rodoviário, composto pelas rodovias Belém-Brasília (2 mil quilômetros), Fortaleza-Brasília (1.500 quilômetros (sic)), Belo Horizonte - Brasília (setecentos quilômetros) e Goiânia-Brasília (duzentos quilômetros), o governo propunha duas coisas: uma guinada no curso do desenvolvimento nacional, levando-o também para o interior; e um incentivo à industrialização, graças ao alargamento do mercado interno. Para dissabor da UDN, o presidente inaugurou Brasília no dia marcado: 21 de abril de 1960, construindo o básico da capital em pouco mais de três anos. Na verdade, em lugar de queimar a imagem de Jk, Brasília empolgava e atiçava a curiosidade do povo, de artistas e de intelectuais. Afinal, o plano urbano de Lúcio Costa, o chamado Plano-Piloto, saiu vencedor do concurso público promovido pela Novacap, e Oscar Niemayer foi contratado para chefiar a divisão de arquitetura da companhia. Com isso, dois dos mais reconhecidos arquitetos brasileiros estavam a serviço da realização de Brasília, pondo em prática idéias inovadoras nos campos do planejamento urbano e da arquitetura, e iniciando uma verdadeira aventura modernista no interior do Brasil”.

Contudo, a construção de Brasília não ensejava apenas admiração, nem tampouco era unanimidade. Havia quem discordasse de sua construção, não entendesse ao certo o que se passava e, mais além, defendesse outras prioridades

para a resolução dos problemas nacionais. Houve certamente uma polarização de opiniões sobretudo no campo político. Em certos momentos houve ambigüidade nos propósitos. Nem sempre essas questões se erguiam diretamente sobre a construção da Capital, mas sobre a maneira de ver o país à época. Sobre isso, continua Moreira (1998) ¹⁶:

“Muitos profissionais da escola moderna entendiam que a arquitetura e o urbanismo deveriam estar a serviço de reformas sociais, ajudando a construir uma sociedade mais justa e igualitária. Para tanto, deveria ser privilegiada a construção de áreas coletivas de moradia, serviço e lazer. Oscar Niemayer, por exemplo, não escondia de ninguém que era comunista e vaticinava discretamente que Brasília seria, um dia, a capital de um regime socialista. Para ele, os setores progressistas deveriam apoiar, além de Brasília, outras medidas, como a industrialização conduzida pelo Estado e a reforma agrária. O crítico de arte Mário Pedrosa era mais radical. Divulgava na imprensa a idéia de que a nova cidade era um “enclave modernista” que iria revolucionar todo o Brasil. Segundo Pedrosa: “Brasília não é estática: não terminará com a última casa construída nem com último burocrata transferido. É que ela não poderá criar raízes sem transformar o país...”. Mas a idéia modernista de fazer uma revolução sem sangue (...) no Brasil, através de Brasília, era pouco conhecida pela população e o próprio presidente JK parecia desconhece-la. No entanto, era justamente o receio de revolução um dos motivos que faziam a conservadora elite política brasileira, formada, em sua maioria, por representantes da oligarquia rural, aceitar um governo inovador e industrialista como o de JK. (...) Mas enquanto o governo JK construía Brasília e o cruzeiro rodoviário para fomentar a agropecuária e a indústria nacional, agradando as elites do campo e das cidades, a esquerda nacionalista visualizava outro caminho para resolver os dilemas nacionais. Defendia uma ampla reforma agrária distributiva de terra, para aumentar a renda e a capacidade de consumo das famílias rurais. Com isso, a pobreza rural seria reduzida e a indústria nacional poderia crescer atendendo a demanda interna da população, dinamizada pela renda produzida pela reforma agrária. Alguns setores da esquerda chegaram a denunciar Brasília como uma medida do governo para desviar a atenção da opinião pública e protelar a reforma agrária. (...) Na época da inauguração, o comunista Elias Chaves Neto, escrevia na Revista Brasiliense que Brasília era “o símbolo de uma nova política que, como uma psicose, vai arrastando todos os brasileiros – a política desenvolvimentista”. E alertava: “por mais bela, por mais grandiosa que seja a nossa capital, por mais extraordinário que tenha sido o esforço de sua construção, ela não resolve nenhum dos problemas com os quais se defronta no momento o povo brasileiro...”. De fato, Brasília era o maior símbolo do desenvolvimentismo e de um governo que, para evitar atritos com a oligarquia latifundiária, não promoveu a reforma agrária e tampouco legislou sobre as terras e fronteiras agrícolas que se abriam com a construção de Brasília e do gigantesco cruzeiro rodoviário. Sem uma política séria de colonização, que regulamentasse as novas posses e propriedades que se

¹⁶ Idem, pág. 27

formavam, a interiorização da capital estava favorecendo, na realidade, a formação de novos latifúndios. Para muitos contemporâneos de Brasília, os vultosos recursos gastos em sua construção teriam tido melhor aplicação na reforma agrária, que distribuiria terra, renda e dignidade ao povo. Eles não estavam errados. Mas Brasília era também uma utopia, sonhada coletivamente por outros tantos brasileiros daqueles anos de otimismo. Brasília é, por isso mesmo, um monumento controvertido da cultura brasileira. Aliás, um monumento vivo, cuja trajetória é traçada dia a dia no coração do Brasil.”

Essa longa citação do trabalho da historiadora é válida para esse trabalho pelo fato de explicitar todo o contexto nacional à época da concepção da cidade e sublinhar que um grande projeto nacional dificilmente encontrará respaldo na totalidade dos cidadãos. Por mais que o projeto de construção de Brasília tenha vindo carregado de boas intenções, houve justos descontentamentos por parte daqueles que viam outras alternativas desenvolvimentistas. Provavelmente até hoje a cidade ainda encontre certas barreiras de aceitação junto ao povo brasileiro. Talvez isso esteja ocorrendo com a forma pejorativa de se referir à Brasília como “cidade de políticos”.

No caso de seu potencial turístico, Brasília parece ainda não ter conseguido provocar nos brasileiros - apesar de toda sua riqueza histórica - um sentimento de brasilidade e simbolismo de nação capaz de atraí-los para virem conhecer a capital de todos os brasileiros, algo denominado até então de Turismo Cívico. Na evolução modernizante dessa nomenclatura, passa-se a fazer referência a esse tipo de turismo nessa monografia como Turismo Cidadão.¹⁷

Por ora, continua-se na construção dos atributos turísticos de Brasília evidenciando suas características culturais e arquitetônicas. Estas por serem de fato obras de arte com reconhecimento internacional, enquanto aquelas são a síntese do povo brasileiro, com sua arte e sua história.

¹⁷ O Turismo Cidadão será abordado com detalhes no Capítulo II deste trabalho.

1.3.2 Características Culturais

Brasília não representa apenas uma cidade estéril construída para ser a capital da República. Mais do que isso, traz em si mesma as características culturais do povo brasileiro que na década de 1950 vivia um período de ebulição em termos de liberdade, de sociedade, e nas artes, traduzido como “os anos dourados”, como escreve a pesquisadora Mônica Almeida Kornis na revista Nossa História¹⁸:

“Há vinte anos, com a retomada da democracia no país, a figura de Juscelino Kubitschek e sua atuação à frente da Presidência da República, entre 1956 e 1961, se tornaram importantes referências de um momento de otimismo e esperança com o qual a chamada “Nova República” procurava se identificar. (...) O desenvolvimento econômico e a estabilidade política são elementos importantes nessa percepção, mas os aspectos social e cultural são igualmente relevantes.”

O que se pretende evidenciar é o momento social e cultural em que o país vivia no momento da construção da nova capital. É na atmosfera descrita a seguir que Brasília foi construída. Uma atmosfera saturada de novidades, criatividade e inovação. Provavelmente a cidade já nasceu impregnada dessa nova brasilidade. Continuando com Kornis¹⁹:

“Ao longo da década de 1950, especialmente durante o governo JK, a sociedade brasileira se consolidou como urbana e industrial, com alterações importantes no consumo e no comportamento da população (...). Eletrodomésticos e automóveis de todos os tipos, casa e móveis com menos adornos, produtos feitos de plástico e fibras sintéticas, trazendo a idéia de uma vida mais prática e menos cara. Na esteira da influência dos Estados Unidos após o fim da Segunda Guerra Mundial, em 1945, o comportamento das populações urbanas refletia cada vez mais um estilo de vida norte-americano. Ao mesmo tempo, os meios de comunicação se ampliavam, aumentando a oferta de informação e entretenimento. Enquanto crescia a tiragem de jornais e revistas, o rádio ampliava ainda mais sua presença, com rádio novelas e programas musicais e humorísticos quebrando recordes de audiência. Muitas vezes realizados ao vivo, os musicais alcançaram um imenso sucesso, aprofundando o papel do rádio, em particular da Rádio Nacional, com importante agente de veiculação da cultura brasileira através

¹⁸ Revista Nossa História, pág. 27

¹⁹ Idem, pág. 27

da difusão de vários gêneros musicais. (...) Muito influenciada pelo rádio, a televisão chegou ao Brasil em 1950 e se ampliou exatamente ao longo do governo de JK, com uma programação transmitida quase completamente ao vivo, com telejornais, teleteatros, programas musicais, esportivos e de variedades, inclusive infantis, além de filmes estrangeiros dublados em português. Com a ideologia nacional-desenvolvimentista baseada nos planos de ação governamental reforçando a crença no progresso do país, o desejo de transformação já se fazia presente em vários segmentos culturais. Enquanto a construção de uma nova capital para o país, Brasília, se apresentava como momento máximo dessa utopia, novas formas de conceber o cinema, o teatro, a música, a poesia, a arte e a arquitetura se desenvolviam, em geral como uma crítica às linguagens artísticas de então. Tentava-se, ao mesmo tempo, identificar e sintetizar elementos da nossa cultura e absorver manifestações artísticas desenvolvidas em outros países. Nos casos do cinema (cinema novo) e do teatro, a renovação estética era acompanhada de questões políticas, buscando, além de uma nova linguagem, temas populares. (...) A renovação na música popular brasileira se consolidou em 1958, com o lançamento do disco *Canção do amor demais*, da cantora Elisete Cardoso, com músicas de Tom Jobim (1927-1994) e Vinícius de Moraes (1913-1980). Nesse mesmo ano uma canção da dupla, “Chega de saudade”, era lançada na voz de João Gilberto, revelando ao público o movimento musical que florescia na cidade do Rio de Janeiro, recebendo o nome de “bossa-nova”. (...) O sucesso desses novos compositores e a modernidade desse novo ritmo levaram JK a convidar Tom e Vinícius a compor “Brasília, sinfonia da Alvorada” para que fosse tocada durante a inauguração de Brasília. (...) Ao longo da década de 1950, alguns artistas plásticos, fotógrafos e poetas começaram a produzir seus trabalhos dentro dos princípios do movimento construtivista que se desenvolvia na Europa, e que décadas antes já havia inspirado nossos arquitetos. Havia uma crença na possibilidade de introduzir uma racionalidade modernizadora na organização do espaço social. Na mesma época, os princípios da arquitetura moderna já vinham modificando os maiores centros urbanos, após experiências localizadas desenvolvidas a partir dos anos 30 em construções públicas, tais como o edifício do Ministério da Educação e Saúde (1936) no Rio de Janeiro, e o conjunto da Pampulha (1944), em Belo Horizonte. No primeiro caso, com um projeto inicial lançado pelo arquiteto suíço Le Corbusier (1884-1965), coube a Lúcio Costa (1902-1998) e Oscar Niemayer o desenvolvimento da proposta; no segundo, Niemayer fez a obra, encomendada por JK, na época prefeito da capital mineira. E a nova capital do país, inaugurada em 1960 durante o governo JK, teve exatamente como idealizadores Costa e Niemayer.”

Brasília era um projeto de vanguarda que acontecia em meio à vanguarda das artes, de uma revolução na sociedade brasileira, em um momento de muito otimismo nacional. Brasília pode ser entendida como fruto dessa época, dessas

características e carregada do espírito de transformações sociais pelo qual ficou identificado seu criador, Juscelino Kubitschek, conforme analisa Konis²⁰ :

“Enquanto a cultura buscava novos caminhos, o país festejava vitórias no esporte, como a conquista da Copa do Mundo de 1958, na Suécia, e do título mundial dos pesos galos pelo pugilista Éder Jofre, em 1960. Com o tempo, a identificação dos chamados “anos dourados” com o espírito otimista e inovador que consagrou o governo JK incorporou e identificou o presidente com um conjunto de mudanças sociais, culturais e artísticas que já haviam se iniciado em momentos anteriores ou mesmo que se firmariam nos primeiros anos da década de 1960. Foram os anos de utopia, de crença no progresso e, para alguns, da idéia de que esse processo se faria com transformações na sociedade.”

Enfim, pode-se imaginar que uma nova cultura tenha em Brasília se fundido. Os avanços modernizantes que impulsionavam o país, e os brasileiros já expostos a eles, na cidade encontraram-se com o homem sertanejo, simples, do interior, e das regiões mais remotas do Brasil, que veio à Brasília na esperança de participar desse futuro promissor. É nessa linha que o Ministério do Turismo descreve essa cultura brasiliense:²¹

“O processo de construção propiciou a concentração de toda a diversidade de hábitos e costumes regionais brasileiros, criando uma geração ímpar, marcada por novos padrões culturais. As obras atraíram trabalhadores de diferentes regiões e estados do Brasil; acampamentos improvisados transformaram-se nas primeiras cidades do Distrito Federal, seus moradores foram os heróicos “candangos” que após a construção decidiram não voltar às suas regiões de origem.”

²⁰ Revista Nossa História, ano 2, nº. 23, setembro de 2005, pág. 29

²¹ <http://www.braziltour.com/brasilnetwork/> , em 21/09/2005

1.3.3 Características Arquitetônicas

Além de ser o *locus* de uma nova miscigenação²² da sociedade brasileira modernista em virtude da confluência de representantes de todos os estados brasileiros para a nova capital para ali viverem – como se viu na página anterior - Brasília apresenta mais uma característica que a coloca em destaque no cenário cultural mundial: sua arquitetura e seu urbanismo únicos no mundo.

É o que se constata lendo na página do sítio eletrônico do Ministério do Turismo sobre as características de Brasília:²³

“O plano urbanístico de Lúcio Costa e os projetos arquitetônicos de Oscar Niemeyer integram arte, elementos da natureza, por isso Brasília transformou-se na cidade síntese da modernidade e ousadia que JK pretendia imprimir ao país. Brasília concretizou o pensamento urbanístico internacional dos anos 50 e traduziu os princípios da Carta de Atenas de 1933, constituindo-se na melhor expressão da arquitetura modernista. Assim, a Capital do Brasil foi o primeiro núcleo urbano, construído no século XX, a ser incluído na lista dos Patrimônios Culturais da Humanidade, título conferido pela UNESCO em 1987. O plano urbanístico de Lúcio Costa concebeu Brasília em quatro escalas estruturais: a monumental para abrigar o centro político-administrativo, a gregária para ser símbolo de convergência da população brasileira, a residencial e a bucólica, espaço para o paisagismo e o lazer. Da interação dessas quatro escalas nasceu uma cidade que "sendo monumental, é também cômoda, eficiente, acolhedora e íntima. É ao mesmo tempo, derramada e concisa, bucólica e urbana, lírica e funcional..." (Lúcio Costa). Para compor o urbanismo de Lúcio Costa, Oscar Niemeyer projetou edificações marcantes, considerados o melhor da expressão da arquitetura moderna brasileira. O diferencial desses monumentos e de outros espaços de Brasília é a integração da arte à arquitetura. Com isso, vários artistas de renome participaram da construção da capital, transformando-a em palco de experimentação das artes. Elementos que fazem de Brasília uma cidade especial, diferente de qualquer outra no mundo.”

²² Sociedade essa já fruto de um grande caldeirão étnico que reuniu num único povo as raças índia, branca e negra.

²³ <http://www.braziltour.com/brasilnetwork/> , em 21/09/2005

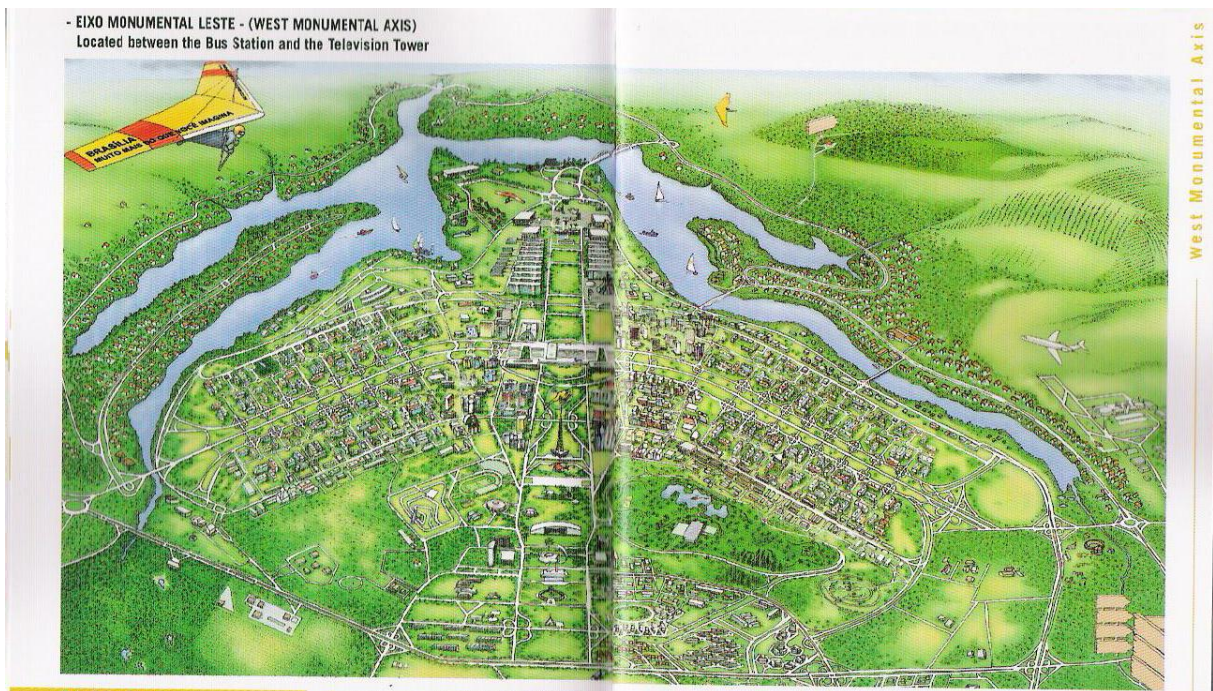


figura 7 – Mapa de Brasília



figura 8 – Superquadras Residenciais

No livro Arte e Arquitetura na Casa de Todos os Brasileiros²⁴ a condição de Brasília de monumento arquitetônico, obra de arte fruto do gênio criativo humano transparece pelo estudo de um de seus maiores símbolos: o Palácio do Congresso Nacional.



figura 9 – Palácio do Congresso Nacional

É sobre esse Palácio e sobre a Instituição que ele abriga o tema dessa monografia. Sobre o Palácio há o interesse turístico inicial pela obra prima que é esse monumento. Será ele usado, a partir daqui, para exemplificar a unicidade cultural de Brasília pela sua arquitetura. Sobre a Instituição - o Poder Legislativo, mais especificamente a Câmara dos Deputados – há o crescente interesse da sociedade acerca de suas atividades baseado em um elemento fundamental: a cidadania.

Nesse caso de estudo, os objetos Palácio e Cidadania atuam em sinergia resultando como consequência de sua união um incremento turístico significativo numa cidade que tem como uma de suas forças o turismo cívico-arquitetônico.

²⁴ Arte e Arquitetura na Câmara dos Deputados – Brasília, Câmara dos Deputados, 2005

Nesse capítulo I as características arquitetônicas do Palácio, usado como metáfora da própria cidade, são apresentadas. No capítulo seguinte são analisadas as características da Instituição de fomento à cidadania para compor o retrato diferenciado do produto turístico que Brasília oferece.

Maurício Matta²⁵ conta sobre a nova capital:

“O governo de Juscelino Kubitschek se caracterizou por grandes transformações em direção à modernidade. Da tão sonhada transferência da capital para o centro do território nacional, passando pelo processo de industrialização ocorrido durante o seu governo, além de uma evolução na produção artística e arquitetônica, o que se seguiu foi um processo de auto-afirmação da capacidade e dos valores do povo brasileiro. O que havia se iniciado em 1922, com a Semana de Arte Moderna, tem o seu ápice no final da década de 50 e início dos anos 60. Nossa música levaria ao mundo a Bossa Nova, influenciando e conquistando a todos da mesma forma que o Cinema Novo e a literatura, tão bem representada na obra de Jorge Amado, além das artes plásticas com Portinari e Di Cavalcanti e tantas outras manifestações com a nossa personalidade. Tudo isso determinou uma nova consciência nacional. A transferência da capital foi um grande marco dessas transformações, e a nova cidade planejada deveria surpreender o mundo. Foi nesse clima que nasceu Brasília, a capital que iria refletir a consciência desse orgulho de ser brasileiro, de ser capaz de fazer a diferença. E tanto a concepção urbanística proposta por Lúcio Costa como a dos palácios projetados por Niemayer refletiam esse talento, mais tarde reconhecido internacionalmente através do tombamento de Brasília pela Unesco, como Patrimônio Cultural da Humanidade em 1988.”

Voltando a atenção para o Palácio do Congresso Nacional e a arquitetura da capital, toda a concepção arquitetônica e urbanística de Brasília é original, artística e visa fugir de uma concepção meramente funcionalista. Sobre isso Niemayer²⁶ fala:

“Arquitetura não constitui uma simples questão de engenharia, mas uma manifestação de espírito, da imaginação da poesia. No Palácio do Congresso, por exemplo, a composição se formulou em função desse critério, das conveniências da arquitetura e do urbanismo, dos volumes, dos espaços livres, da profundidade visual e das perspectivas e, especialmente, da intenção de lhe dar um caráter de alta monumentalidade, com a simplificação de seus elementos e a adoção de formas puras e geométricas. Daí decorreu todo o projeto do Palácio e o aproveitamento da conformação local, de maneira a criar no nível das avenidas que o ladeiam uma monumental

²⁵ Idem, pág. 17

²⁶ Idem, pág. 18

esplanada e sobre ela fixar as cúpulas que deviam hierarquicamente caracterizá-lo. (...) A cúpula da Câmara dos Deputados demandava um estudo cuidadoso que a deixasse como que apenas pousada a sobre a esplanada, isto é, a cobertura do prédio; o mesmo acontecia com esta última, cujo topo é tão fino que ninguém imagina constituir, internamente, a galeria de público que liga os dois plenários. Internamente, o projeto procura criar os grandes espaços livres que devem caracterizar um palácio, para isso utilizando elementos transparentes que evitam transforma-los em pequenas áreas. A forma arquitetônica, mesmo contrariando princípios estruturais, é funcional quando cria beleza e se faz diferente e inovadora.”

E assim o é Brasília, diferente e inovadora como era o novo impulso modernista da sociedade brasileira dos anos 60. Assim ressalta Evandro Salles:²⁷

“O desenvolvimento radical do moderno na arquitetura brasileira não se deu como um fato isolado nas atividades de edificação ou como um modismo de época. O modernismo se apresenta já em seus primórdios como um projeto que entendia a arquitetura como o campo ideal para a síntese das artes – elemento estruturante da utopia modernista. (...) a arquitetura como disciplina de natureza fundamentalmente conceitual e artística e que centralizaria o cruzamento das demais disciplinas na realização de uma integração geral das artes. Essa nova organização e hierarquização de conhecimentos e disciplinas estabelecia a engenharia e o artesanato construtivo como instrumentos meramente técnicos, abrindo os campos da arquitetura e do urbanismo para um entendimento filosófico da evolução das cidades, do espaço de habitação e arte. Esse entendimento amplo dos problemas da arquitetura e da arte foi o que propiciou o rompimento dos arquitetos brasileiros, a partir das teorias de Le Corbusier, com o extremo funcionalismo dos arquitetos da Bauhaus fazendo desenvolver-se o próprio funcionalismo menos rígido de Le Corbusier. Tal rompimento abriu espaço necessário para o aparecimento da obra extraordinária e particular de Oscar Niemayer, obra que traz uma carga de invenção formal muito mais ampla do que até então a arquitetura moderna tinha produzido. Dessa maneira, a obra de Lúcio Costa se estende muito além de sua prática de arquiteto, urbanista ou administrador público. Ela alcança a elaboração teórica e filosófica que fundamentou, de forma absolutamente vigorosa e original, a atividade artística modernista brasileira, que foi calcada em suas manifestações mais elaboradas e profundas, notadamente no campo da arquitetura, numa compreensão geral do problema da arte e não apenas em dados particulares e circunstâncias dentro do leque de disciplinas que a compõe.”

²⁷ curador do livro, Arte e Arquitetura na Câmara dos Deputados – Brasília, Câmara dos Deputados, 2005, pág. 12

Com o objetivo de apresentar um pouco mais sobre a construção de Brasília e do Palácio do Congresso como síntese do patrimônio cultural da cidade, apresenta-se a seguir trechos de entrevista concedida por Oscar Niemayer em 2003.

1.3.4 Brasília e o Palácio do Congresso Nacional por Oscar Niemayer

Em novembro de 1977 Oscar Niemayer escreveu sobre o Palácio do Congresso transparecendo suas opiniões acerca da função de sua arquitetura, as soluções encontradas para criar um prédio político e a necessidade de se fazer arte com a arquitetura. Tudo isso extrapola a concepção do Palácio e estende-se à maneira pela qual Brasília foi filosofada e concebida. Diz ele: ²⁸

“O projeto do Palácio do Congresso Nacional não se limita aos problemas da arquitetura, mas, também, aos assuntos urbanísticos que sua localização estabelece. Faz parte da Praça dos Três Poderes e nela deve, visualmente, se incorporar. Isso explica a solução adotada, a grande esplanada que constitui sua cobertura projetada no nível do eixo monumental, permitindo que a visão dos que chegam se estenda sobre o Palácio, entre as cúpulas, até a Praça dos Três Poderes. Por outro lado, a solução garante às cúpulas a importância desejada, dominando a composição, caracterizando o edifício, pois são hierarquicamente seus elementos fundamentais. Nelas os congressistas se reúnem, debatendo os problemas mais importantes do país. Plasticamente, são formas simples e geométricas, formas que atendem às funções internas e aos problemas de visibilidade existentes.”

Os trechos selecionados a seguir compõem a entrevista de Oscar Niemayer no já citado livro *Arte e Arquitetura* e ajudam a compor o imaginário do artista que pensou e executou a arquitetura da nova capital. No trecho abaixo ele fala sobre a unicidade de Brasília e sua predileção pelo prédio do Congresso Nacional:

“(...) a arquitetura tem de atender a um programa. Ele tem de atender ao local, se adaptar ao ambiente. De modo que ela tem de ser funcional. Mas, se, além de funcional, ela puder ser bonita, aí ela atinge um nível superior, o de uma obra de arte. Eu acho que a arquitetura, num lugar como o Congresso, por exemplo, ela tem que provocar espanto. Eu digo sempre aos que vão a Brasília que poderão gostar ou não dos palácios, mas não poderão

²⁸ Entrevista realizada em 12 de junho de 2003, apresentada no livro *Arte e Arquitetura* na Câmara dos Deputados, pág. 21

dizer que viram antes coisa parecida. Então, é a surpresa – e a surpresa é a base da arquitetura. (...) Então, o Congresso Nacional foi feito assim, e, apesar da pressa, é o prédio de que eu gosto mais. Ele é diferente – eu mesmo me espanto com aquelas cúpulas enormes. Eu me lembro que quando Corbusier chegou lá e subiu a rampa, disse: “aqui tem invenção.” Eu fiquei satisfeito”.

Sobre a magia da arquitetura e a necessidade da escala monumental para Brasília, diz:

“Quando olho para Brasília, fico satisfeito. Tem coisas que nunca ninguém percebeu. Quando explico arquitetura, redijo um texto, aí a pessoa entende. Mas, vendo um prédio novo, ninguém entende a arquitetura. Por exemplo, quem vê a Catedral pensa que foi complicado fazer aquelas colunas grandes, suspensas. Mas não. Fizemos aquilo tudo no chão. Suspendemos 16 colunas, e estava pronta a Catedral. De modo que a arquitetura tem muita coisa de mágica. Arquitetura é isso, o Lúcio (Costa) compreendeu bem a questão. Para uma capital como Brasília, não basta ser uma cidade que funciona bem, ela tem que ter o aspecto monumental de uma capital.”

Sobre o laboratório de ensaio para o que seria Brasília e a vontade de misturar arquitetura com outras artes, Niemayer aponta:

“Brasília foi feita tão corrida que não pudemos criar o intercâmbio de arquitetura com artes plásticas que desejávamos. Chamamos Di Cavalcanti, Athos Bulcão, Ceschiatti, mas não havia tempo. Tínhamos que desenhar e começar a obra no dia seguinte, escolher os lugares para as pinturas, não havia tempo para nada. Estávamos absorvidos pela arquitetura, pela correria que começou na Pampulha. Brasília começou em Pampulha. Foi a primeira obra de JK, meu primeiro projeto, e foi a mesma correria, a mesma angústia, a mesma esperança, a mesma preocupação de prazo. Tanto que, quando a Pampulha ficou pronta e teve sucesso, isso deu a JK um entusiasmo para poder fazer uma coisa maior. Pampulha foi o início de Brasília.”

Sobre alguns dos problemas atuais da cidade em relação com a arquitetura:

“O sujeito quer ir a Brasília, prefiro que ele vá no domingo, porque não há carros em volta dos prédios, escondendo a arquitetura, espelhos d’água, tudo isso. O que atrapalhou Brasília foi o poder imobiliário, ocupando áreas que não devia ocupar, fazendo prédios de mau gosto, que fugiam da arquitetura. É a burrice ativa. (...) Acho que em Brasília agora deviam cuidar das cidades-satélites, fazê-las mais acolhedoras, para evitar esse acúmulo de gente em Brasília, que torna a vida mais difícil. (...) Se o Eixo Monumental perder a unidade, aí Brasília não tem mais sentido do ponto de vista da arquitetura. A cidade é boa. O plano do Lúcio (Costa) é bom. Ele criou bem a parte de habitação, com as escolas e comércio local ligados às habitações e o Eixo

Monumental como deveria ser. Depois, a cidade cresceu. Os prédios dos Ministérios se multiplicaram muito, o que pesou sobre a cidade.”

Uma vez que a cidade cresceu, como apontou Niemayer, e encontra-se atualmente com 45 anos, o item a seguir abandona o contexto histórico da construção da cidade e trata um pouco sobre o retrato atual da capital federal.

1.3.5 Brasília Hoje

Brasília, cidade com potencial turístico, conta com alguns vieses atualmente. Vieses positivos no sentido da expansão dos equipamentos turísticos e da qualidade de vida são apresentados por seu governador, Joaquim Roriz:²⁹

“Nos últimos 6 anos, tenho procurado trabalhar com o objetivo de melhorar ainda mais a qualidade de vida dos brasilienses. Não poupei esforços – e da minha equipe – para dar aos dois milhões de brasilienses o que há de melhor no país: a melhor escola, o melhor hospital, a melhor estrada. Acredito estar conseguindo, porque hoje nós temos o maior Índice de Qualidade de Vida (IDH) do Brasil (...). Depois da Ponte JK – a mais bela do planeta – vamos concluir algumas obras que vão marcar a história do Distrito Federal. O novo Centro de Convenções, a Biblioteca e o Museu Nacional (...) serão referenciais nacionais e estão à altura da grandeza de Brasília. O Centro de Convenções será um dos três maiores do Brasil, com 7.500 lugares e um espaço cinco vezes maior do que o antigo centro. Com ele, Brasília sediará novamente os grandes encontros internacionais e nacionais, gerando milhares de empregos. A Biblioteca e o Museu Nacional concluem a arquitetura da Esplanada dos Ministérios, um antigo desejo do nosso maior arquiteto, o genial Oscar Niemayer. Com eles, traremos mais história, arte e cultura para Brasília.”

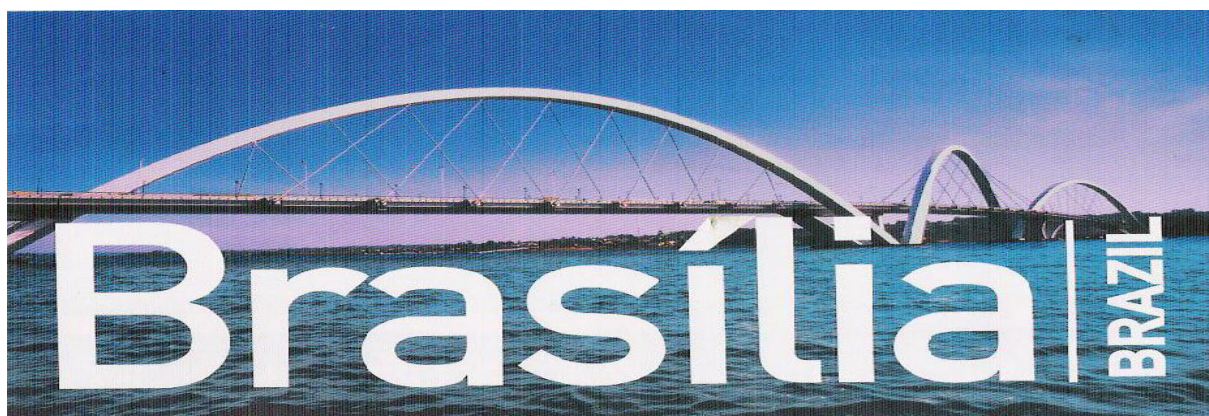


figura 10 – Ponte JK

²⁹ Anuário Voz de Brasília, ano IX, n.º 09, pág. 32.

O Ministério do Turismo apresenta positivamente a cidade, destacando sua arquitetura e seu entorno rico de cultura e natureza, da seguinte forma em seu sítio de internet:³⁰

“Construída em pleno Cerrado, Brasília incorpora ainda a beleza e os atrativos naturais ao seu entorno. As principais atrações turísticas localizam-se no Plano Piloto, único conjunto urbano no mundo com linhas e conceitos da arquitetura moderna. Assim, vale a pena visitar este roteiro pela magnitude do patrimônio arquitetônico, pelo planejamento urbanístico e pela possibilidade de visitar os locais onde as decisões sobre a vida do país são tomadas. Recomenda-se no mínimo 2 dias na cidade. No programa de regionalização a Secretaria de Turismo do Distrito Federal optou pela definição de roteiros com a perspectiva de localização geográfica e pelos eixos rodoviários, criando assim a integração a outros destinos consagrados no estado de Goiás. O Circuito Cívico-arquitetônico é o atrativo principal do DF e é apresentado como ponto de partida para qualquer outro roteiro, visita-se Brasília e os demais são apenas desdobramentos ou complementos. A proposta de integração inter-regional com Goiás é mantida, Pirinópolis, Goiás, Caldas Novas e Chapada dos Veadeiros.”

Sob o ponto de vista dos vieses negativos, um dos principais problemas que a cidade enfrenta junto aos demais brasileiros é uma visão limitada onde se confunde a imagem da cidade com o cenário político que ela abriga. Essa imagem maculada provavelmente é fator inibidor da expansão do turismo brasiliense, já que as pessoas têm um pré-julgamento nada honroso em relação à cidade e até mesmo em relação a seus habitantes.

Na publicação Revista FECOMÉRCIO³¹ a matéria de capa traz uma defesa da cidade através da opinião da editoria, de políticos, médicos, artistas, atletas e jornalistas. Esses depoimentos ajudam a desvendar o desprestígio de imagem que Brasília sofre e que talvez já esteja arraigado no inconsciente do turista potencial que pensa em visitar a cidade. Segundo a revista:

“Sempre que há uma crise política, com denúncias de corrupção e envolvimento de parlamentares em atividades ilícitas, Brasília leva o ônus e carrega o peso da imagem de “capital da corrupção”. A cidade que já foi denominada Ilha da Fantasia, Cidade de Marajás e de Caciques, hoje é

³⁰ www.brasilnetwork.com.br, em 17/09/2005

³¹ Revista FECOMÉRCIO, agosto 2005, ano XI, nº. 102, p.18 a 21

chamada de Capital do Mensalão. (...) A capital do país, que hoje esbanja qualidade de vida, é o lugar onde mais se lê no Brasil, é referência em educação no trânsito, no cumprimento das leis e no zelo pelo meio ambiente, leva a má fama de corrupta. Em 45 anos, esta cidade moderna (...) tem sido mostrada pela mídia apenas como sede do poder nacional, restrita à Esplanada dos Ministérios e ao Congresso Nacional. Essas generalizações ofuscam tudo o que Brasília conquistou em poucos anos de existência e ignoram, por completo, o Distrito Federal e sua população de mais de 2 milhões de habitantes (...) que concentra o oitavo maior Produto Interno Bruto nacional. (...) Ignorar o fato de que existem duas “Brasílias”, a administrativa e a independente, traz distorções em sua imagem. Muitos desconhecem que o Distrito Federal contabiliza importantes índices que fazem da região um lugar privilegiado de se viver: elevada qualidade de vida e alto índice de escolaridade de seus moradores. Isso explica, em parte, por que o brasiliense sabe e dá lições de cidadania. O respeito às leis de trânsito, como o uso do cinto de segurança; o direito de travessia do pedestre na faixa; o cuidado com o meio ambiente, com a coleta de lixo seletiva; e o respeito à lei do fumo são referências no país. Na entrada de Brasília, uma placa alerta ainda os que chegam que aqui não se usa buzinar no trânsito.”

Os fatores acima elencados parecem ir de encontro à máxima do turismo sustentável de que uma cidade boa para o turista tem que primeiro ser boa para quem mora nela. Nesse sentido o pioneiro Ernesto Silva, que participou da escolha do local onde seria construída Brasília e conviveu com JK, defende a capital federal e o incremento do turismo:

“Brasília nada tem a ver com corrupção. A cidade hospeda políticos de outros estados, que não conhecem a cidade e nada fazem por ela. O médico ressalta que é necessário incentivar o turismo para mostrar às pessoas a obra de arte que é Brasília e apresentar suas características e filosofia.”

Segundo o diretor do Patrimônio Histórico e Artístico do DF, Jarbas Silva Marques, os turistas que em Brasília chegam já tem uma imagem definida em suas cabeças:

“Quando os turistas vêm à cidade, imediatamente apontam para a Praça dos Três Poderes, dizendo: ali está a corrupção. Para ele, que é jornalista e historiador, os acontecimentos políticos respingam em Brasília, por ser a capital federal. Nos antecedentes históricos, consta um discurso do pintor Pedro Américo, em 17 de janeiro de 1890, quando a capital do país era o Rio de Janeiro, em que ele defendia a transferência da capital para o Planalto Central. Naquela época, ele argumentava que o Rio era o lugar da corrupção.”

Nessa mesma linha de raciocínio aponta o deputado federal por Brasília, Sigmaringá Seixas, morador de Brasília há 40 anos:

“É ofensivo o que os brasilienses estão passando. A imagem de Brasília e de sua população está sendo afetada. A associação (com a crise política) aconteceria com qualquer outra cidade que fosse a capital do país, contudo, Brasília não pode responder por tudo isso sozinha”

Já a vice-governadora do Distrito Federal, Maria de Lourdes Abadia, aponta para outros responsáveis pela qualidade do corpo político nacional e aponta os habitantes da cidade como portadores que exercem mais efetivamente sua cidadania:

“As pessoas se esquecem de que elegem seus candidatos em seus estados e trazem seus políticos para cá. (...) Infelizmente, há uma idéia de que Brasília é a terra do mensalão, onde ninguém trabalha honestamente, enquanto, na verdade, somos um povo bastante politizado e que dá lições de cidadania.”

A atleta brasileira de atletismo, tricampeã dos 10 mil metros e vice-campeã da última corrida de São Silvestre, Lucélia Peres, sente-se incomodada com a situação política no Congresso, que atinge a imagem de toda a cidade:

“É comum encontrar colegas de profissão nos campeonatos que fazem piadas e comentários sobre os escândalos. Não adianta tentar explicar que as crises políticas não envolvem a população. As discussões políticas, normalmente, não levam a conclusões e não adianta mostrar que os corruptos são de fora e que Brasília tem uma vida independente do Congresso. As pessoas têm o costume de associar a corrupção aos moradores da cidade.”

Para finalizar esse quadro expositivo de como os brasilienses se sentem incomodados pelo cenário político encenado na cidade, cabe a manifestação equilibrada de um brasileiro por opção o artista plástico Athos Bulcão, único artista da época da construção de Brasília que fixou morada na cidade:

“A crise política traz um reflexo negativo para a capital do país. O que mais ouvimos dizer é que em Brasília só tem corrupto e ladrão, mas esquecem que aqui encontramos gente de todo o país. A crise política não é só nossa, nem criada pelas pessoas que vivem e trabalham aqui. A corrupção não é prerrogativa do brasileiro pois acontece em todo o mundo. Temos gente honesta, ladrões e corruptos em diferentes segmentos e, no Congresso Nacional, também temos políticos honrados.”

Olhando agora sob o ponto de vista do turismo internacional, aparece um outro viés negativo limitador das possibilidades turísticas de Brasília no cenário estrangeiro. Um importante guia de viagem internacional, o Lonely Planet Brazil, lista os pontos de maior interesse no Distrito Federal: a Catedral, o Palácio do Congresso Nacional, a torre de TV, as seitas religiosas e andar pelos futurísticos arquitetura e plano urbanístico.

Contudo, o guia afirma textualmente que se o turista não estiver interessado em arquitetura moderna não deve vir à capital. Apenas caso seja uma obrigação ver a cidade ou se estiver em rota para outro destino. Fatalmente esse não é um bom cartão de visitas para Brasília.

“ Brasilia is an affluent city and its residents are well educated and helpful. If you’re interested in modern architecture, you’ll easily spend a few days visiting the city’s impressive buildings and monuments. Otherwise, come here if you must see the capital or as a stopover en route to the Pantanal, Parque Nacional dos Veadeiros (Goiás) or Ilha do Bananal (Tocantins).”³²

“ Brasília é uma cidade opulenta e seus moradores são bem educados e prestativos. Se você tem interesse em arquitetura moderna, facilmente você passará alguns dias visitando os impressionantes monumentos e construções da cidade. Senão, venha apenas se for uma obrigação conhecer a capital ou como ponto de partida para o Pantanal, Parque Nacional dos Veadeiros (Goiás) ou Ilha do Bananal (Tocantins).”³³

Face ao exposto nesse capítulo referente ao turismo no Brasil contemporâneo e às características de Brasília e seu potencial turístico, parece claro que duas de suas maiores forças, a arquitetura e a política, podem ser-lhe também uma ameaça.

³² Lonely Planet Brazil, 2005, pág 354

³³ tradução livre do autor

Há o risco de se defrontar com a esterilidade das formas arquitetônicas sem conteúdo e na repulsa ao cenário político. Esses riscos convalidam um slogan impertinente sobre o turismo em Brasília: de que a cidade não é opção e sim obrigação.

Brasília precisa somar às suas fortalezas turísticas um fator mais humano que revele o espírito do povo e que de alma ou liga para seus produtos turísticos. Uma opção nesse sentido é o desenvolvimento do turismo cidadão. Algo além do que turismo cívico, não se trata de apenas demonstrar curiosidade pelos símbolos pátrios mas na verdade exercer o patriotismo através de práticas cidadãs.

É nesse contexto que o capítulo seguinte olha para as questões ligadas a cidadania, identidade e diferença para depois, no capítulo 3, demonstrar como uma iniciativa bem sucedida nessa linha está em curso na Câmara dos Deputados. Essa iniciativa certamente tem muito a colaborar para o desenvolvimento das políticas de turismo do Distrito Federal.

CAPÍTULO II

A CÂMARA DOS DEPUTADOS COMO LUGAR DE VISITAÇÃO TURÍSTICA – OBJETO DE ESTUDO E MODO DE CONSTRUÇÃO

2.1 VISITAÇÃO AO CONGRESSO NACIONAL: UMA EXPERIÊNCIA IDENTITÁRIA

Com a posse do Presidente Luis Inácio Lula da Silva em 2003, o Brasil passou a dar à indústria do Turismo importância estratégica para o desenvolvimento sócio-econômico do país. Nesse sentido, criou-se o Ministério do Turismo, independente de outras pastas, e um Plano Nacional de Turismo com diretrizes, metas e programas para vetorizar o processo de mudança envolvendo governo, setor produtivo e o cidadão. Além disso, reformulou-se o papel da Embratur, deixando-a com a missão única de promoção da imagem do Brasil no exterior.

Evidenciado está o desejo político de atrair turistas. Quanto mais os cidadãos brasileiros tiverem amadurecido sua cidadania, mais proveito das benesses da atividade turística fruirão e, por outro lado, também estarão mais protegidos dos efeitos colaterais do turismo.

Segundo o Presidente da República, o Brasil indubitavelmente é um lugar único pela sua riqueza natural, cultural, econômica e histórica. Isto faz de nosso país um espaço maravilhoso com inúmeros atrativos turísticos, tendo na diversidade nosso instrumento principal de sua potencialização.³⁴

Rastros de toda a diversidade cultural do Brasil podem ser encontrados em sua capital, Brasília ³⁵, o que a torna um produto turístico único, fruto de um projeto de integração nacional e de uma revolução modernista. Criada pelo Presidente Juscelino Kubitschek, estadista pragmático, hábil conciliador político e obstinado

³⁴ Mensagem do Senhor Presidente da República, Plano Nacional do Turismo, Ministério do Turismo, abril 2003 pág. 3

³⁵ Brasil em latim

promotor do crescimento econômico³⁶, entre 1956 e 1960, a construção de Brasília simbolizou a imagem desenvolvimentista que se desejava para o Brasil. Uma auto imagem do Brasil e dos brasileiros mais positiva e de sucesso.

Muitos vieram de todos os cantos do país para tomar parte do sonho de construir uma vida melhor.³⁷ Com a inauguração da cidade e a transferência da capital da República para Brasília, ficou provada para a nação a capacidade do povo brasileiro de sonhar e de realizar os sonhos. O reconhecimento internacional veio em 1987 em função do título concedido pela Unesco à Brasília de Patrimônio Cultural da Humanidade nos critérios de obra prima do gênio criativo humano e magnífico exemplo arquitetônico de um estágio significativo da história da humanidade.³⁸

Agora que a atividade econômica do turismo no país se profissionaliza e visa criar na população uma cultura de bem receber o visitante, Brasília busca uma identidade turística.

Apesar de ter uma história singular e contar com atrativos arquitetônicos ímpares no mundo, Brasília ainda carece de algo a mais para deslanchar como destino turístico. Algo que lhe seja peculiar e agregue valor positivo a seus produtos de turismo de eventos e negócios. Segundo a Secretaria de Turismo de Brasília, a vocação natural da cidade.

Abrigando os Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo da República, Brasília – a capital de todos os brasileiros - tem uma associação indelével com os três Poderes indo além de meramente servir-lhes de sede. A cidade e esses Poderes têm a missão de projetar o Brasil para si mesmo através da reverberação de princípios éticos e participação cidadã do povo nas escolhas de seu destino.

³⁶ Jornal da Câmara, maio de 2004, edição especial, pág. 15

³⁷ Mais de 30 mil candangos trabalharam na construção e no dia 21 de abril de 1960 Brasília é inaugurada já com 141 mil habitantes. Idem 3.

³⁸ UNESCO - <http://whc.unesco.org/pg.cfm?cid=146> (em 07/07/2005)

Do Poder Legislativo, que possui a missão de criar as leis que ditam os direitos e deveres da população, emana o conceito de cidadania, em amplo sentido, o direito a ter direito. O Congresso Nacional, especialmente a Câmara dos Deputados, tem uma simbiose peculiar com Brasília por ambas representarem a Casa do povo brasileiro ³⁹, ou em outras palavras, a identidade brasileira.

Nesse cenário de congruência e intangibilidade, a presente pesquisa visa estudar um caso onde visitação turística se mistura diretamente com vivência da cidadania pelo acesso a um monumento-instituição símbolo de Brasília e da democracia, o Palácio do Congresso Nacional.

A visitação turística no Congresso Nacional objetiva oferecer ao cidadão uma oportunidade diferenciada de amadurecimento democrático. Conhecer não apenas parte do patrimônio material (obras de arte, a arquitetura) mas, complementando-o, conhecer também o patrimônio imaterial (princípios de cidadania) daquele monumento-instituição para que o cidadão possa a partir da visita iniciar um processo de tomada de consciência acerca de seu papel, reconhecer-se no processo de formação de sua identidade e efetivamente tomar parte nesse processo de cidadania. Por exemplo, votando com mais responsabilidade.

O turismo de Brasília pode beneficiar-se da melhor exploração de seus monumentos através desse viés cultural, entendido como Turismo Cidadão⁴⁰? Esse segmento pode ser o diferencial estratégico a ser oferecido pelos demais atrativos arquitetônicos da cidade, em sua maioria monumentos-instituições dotados de riqueza cidadã, para a valorização do vetor identidade? São essas as inquietações que movem o desejo de investigar esse assunto.

Em outras palavras, refere-se aqui aos argumentos norteadores da pesquisa, ou seja, às hipóteses do trabalho enunciadas sob a forma interrogativa.

³⁹ A CD representa o povo e o SF representa os estados, CF/88.

⁴⁰ Nesse caso, uma nomenclatura mais atual, renovada e pertinente do que Turismo Cívico.

Reiterando, portanto, as colocações da Introdução, o objetivo central desta monografia consiste em rastrear o programa de visitação da Câmara dos Deputados, entender o enfoque desse programa pela perspectiva de práticas cidadãs e propor alternativas a partir dessa experiência que possam ser estendidas para a política de turismo de Brasília e como suporte para a dinamização do programa cuja observação enseja esse estudo.

Para isso, esse trabalho utilizou pesquisas qualitativas exploratórias e descritivas cujos dados foram coletados através de levantamentos bibliográficos, documentais, iconográficos e de arquivo da instituição, entrevistas com profissionais envolvidos no tema e pesquisas na internet e na intranet da instituição. O caráter exploratório é aqui utilizado sem objetivo de comprovação, mas de apontamento de tendências para futuras ações.

A estrutura do trabalho foi construída de modo a destacar o que se tem no cenário atual da visitação à Câmara dos Deputados, inscrevendo na narrativa, noções presentes nas hipóteses, tais sejam: identidade e cidadania e outras que a elas se articulam.

2.2. INCURSÕES TEÓRICAS

2.2.1 Cidadania

Cidadania é um direito consagrado em Estados democráticos, mas que é preciso ser apropriado pelo cidadão. É necessário tornar-se um ser político para exercê-lo. Sobre isso o deputado pelo Distrito Federal Pedro Celso⁴¹ lembra do poeta alemão Bertolt Brecht para ilustrar:

⁴¹ Em palestra: A cidadania e o Legislativo ao longo da História do Brasil.
<http://www2.camara.gov.br/conheca/historia/cdnos500anos/aulas/aula1.html/view?searchterm=pedro%20celso%20bertolt> , em 05/08/2005.

“O pior analfabeto é o analfabeto político, quando enche o peito e diz orgulhoso que odeia política”. Diz ele, nesses termos: *não sabe o imbecil que é da política que vem a decisão sobre o preço do peixe, do aluguel, do salário, do emprego, da saúde, e da educação*. Portanto, ninguém se sinta orgulhoso em dizer que odeia a política.”

Da Silva⁴² aprofunda-se no tema e escreve:

“A cidadania é uma idéia que precisa estar presente na mente das pessoas, e consequentemente na mente coletiva. É, portanto, metajurídica, antes de se tornar direito posto em letra de forma: até então, é uma espécie de determinação individual e coletiva que antecede à ordem constitucional ou legal. Existente essa idéia, ela também precede metodologicamente à idéia de soberania popular – porque é pré-requisito à existência desta - assim como a existência da soberania popular precede e explica o princípio democrático. Em consequência, os chamados – tão generalizados e vulgarizados - direitos de cidadania, não são outros, para menos ou para mais, senão aqueles estabelecidos numa Constituição que consagra a democracia, e consagra-a em virtude da soberania popular que decorre da consciência plena de cidadania por cada um dos membros da coletividade nacional. (...) A cidadania pode ser conceituada como a *crença objetiva de cada cidadão no seu poder de exercer a soberania popular*.”

Farhat⁴³ relaciona o conceito de cidadania com a Constituição brasileira de 1988 e cita formas de exercê-la:

“A palavra *cidadania* é utilizada em três sentidos intimamente correlacionados: designa a qualidade ou estado de ser do cidadão, todos os cidadãos, coletivamente, e o conjunto de direitos e deveres inerentes àquela qualidade”. *Cidadão*, por sua vez, é o membro de uma comunidade nacional, no gozo dos direitos individuais e coletivos – políticos, sociais, econômicos -, assegurados pela Constituição e/ou pelas leis de seu país, e sujeito às obrigações e limitações impostas por elas. Adquiri-se a cidadania brasileira pelo nascimento ou pela naturalização; mas o título de cidadão só se completa e se aperfeiçoa no ato do alistamento como eleitor, a partir do momento em que as pessoas atinam a idade legal para isso. A saber: obrigatoriamente aos dezoito anos; facultativamente, aos dezesseis. A cidadania se exerce, entre outras formas, através do voto direto e secreto, com igual valor para todos (CF, art. 14, caput), e pelos instrumentos do plebiscito, do referendo e da iniciativa popular das leis (incisos do art. 14). O principal direito político do cidadão é votar e ser votado para qualquer cargo eletivo, observadas as condições e requisitos de elegibilidade (...). Ao lado dos direitos de votar e ser votado, a CF dedica os 77 incisos e dois parágrafos

⁴² da Silva, P.N., 1999, pág. 88.

⁴³ Farhat, S., 1996, pág. 119.

do art. 5º à especificação dos direitos e garantias à disposição dos brasileiros e dos estrangeiros residentes no país. Outros itens da CF – notadamente nos capítulos referentes à ordem social e à ordem econômica – protegem o cidadão de outros modos (...). Em qualquer dos três sentidos mencionados acima, a palavra *cidadania* deve se entendida no seu melhor significado: como título de honra, prezado e amado por todos. O que me leva a recordar dois conceitos pertinentes à cidadania e seu exercício. O primeiro é de Aristóteles, em suas palavras sempre oportunas: *nem sempre é a mesma coisa ser uma boa pessoa e um bom cidadão*. O segundo é de Sir Francis Bacon, num ensaio sobre a velhacaria: *nada prejudica mais o Estado do que homens velhacos que se fazem passar por sábios*. Essas duas afirmações devem ser recordadas sempre que apelarmos ao espírito bem brasileiro de ser “bonzinhos” no julgamento da conduta pública e privada dos políticos.”

Quanto ao estabelecimento de princípios de cidadania (e suas três esferas) no texto constitucional, Porto⁴⁴ complementa as palavras de Farhat, lembrando da inovação na constituição de 1988 quanto à colocação desses princípios logo no início da Carta, traduzindo um forte simbolismo de compromisso da nação em fomentar a cidadania:

“Nossa Constituição federal atual, de 1988, (...) pela primeira vez no Brasil distinguiu-se, separou-se cada uma dessas partes da cidadania em artigos distintos”. O art. 5º trata de nossos direitos civis; o art. 14, de nossos direitos políticos; o art. 6º faz uma enumeração precisa, não exaustiva, dos direitos sociais. (...) Houve outro fato, também auspicioso: ter-se antecipado para o início da Constituição esses itens. Colocou-se logo em seu pórtico o que se chamou de Direitos e Garantias Fundamentais, ao contrário de todas as Constituições anteriores, que deixavam para a parte final o que denominavam somente de direitos individuais. Somente uma vez, não em uma Constituição, mas em seu projeto, o de 1823, redigido por Antonio Carlos, anteciparam-se os direitos individuais. Nenhuma das Constituições seguintes fez isso. Somente em 1988, em seu pórtico, a Constituição tratou desses direitos fundamentais. (...) Disse aqui, hoje, que na Constituição, com essa distinção precisa dos elementos da cidadania, foi inserido no art. 5º a parte civil, no art. 6º a social e no art. 14 e seguintes a parte política de nossa cidadania. Mas há antecipação a esse artigo, inserido no parágrafo único do art. 1º:

Art. 1º

Parágrafo único. Todo poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos.”

⁴⁴ Porto, W. Costa - Eleições, voto, e construção da cidadania no Brasil, <http://intranet2.camara.gov.br/internet/conheca/historia/cdnos500anos/seminarios> em 16/09/05

Cavallhedo⁴⁵ segue caminho semelhante ao de Farhat para definir as três esferas da cidadania e, mais além, vai pormenorizando-as com exemplos práticos de fácil entendimento:

“O que é cidadania? Fala-se muito nela. Até mesmo o guarda de trânsito, ao nos abordar, diz: o cidadão, por favor, queira apresentar seus documentos. Aquele que morre na fila do hospital, quando está agonizando, na espera, também é um cidadão. E se diz a ele: cidadão, por favor, tenha paciência e aguarde. O que são cidadão e cidadania? Na realidade, há três grandes tipos, que se completam para gerar a verdadeira cidadania. A cidadania civil, que é o ato de uma pessoa existir como ser humano, que acontece no instante em que os pais vão ao cartório, dar um nome a ela e fazer o registro, a Certidão de Nascimento. Nesse instante, a pessoa passou a existir oficialmente para o país, é o primeiro momento da cidadania civil. Ao longo da vida, quando usa essa Certidão de Nascimento para fazer matrícula na escola, tirar carteira de identidade, título de eleitor ou CPF, a pessoa está exercitando a cidadania civil, que corresponde aos direitos civis que nos são garantidos. Além dela, há a cidadania social, aquela responsável por existirem escola, hospitais, assistência por parte do Estado, que não são gratuitas, pois em momento algum ele nos dá nada, porque todos contribuimos com impostos. Portanto, é obrigação, sim, do Estado fornecer-nos essa cidadania. Finalmente, cidadania política, que tem no voto uma das suas maiores expressões. Corresponde ao momento em que votamos ou somos votados para exercer nosso direito. Como já foi dito pelos Deputados aqui presentes, quando vamos às urnas e depositamos nosso voto, passamos àquele em quem votamos uma procuração em branco assinada, dando-lhe poder de tomar qualquer decisão e falar em nosso nome a qualquer momento. Isso faz parte da cidadania política, apesar de ela não se restringir ao voto. A cidadania política também se manifesta quando temos o direito de livremente nos organizarmos em associação de bairro, de igreja ou comercial, num sindicato de trabalhadores, para defendermos nossos direitos, ou quando os empresários se reúnem em um sindicato para defender os deles. Essas três, em conjunto, formam a verdadeira cidadania. O voto não é sua única expressão, mas um de seus componentes.”

Ainda segundo Cavallhedo⁴⁶, dessa vez para concordar com da Silva quanto à necessidade de se exercer a cidadania para fazê-la efetiva:

⁴⁵ Cavallhedo, Evilásio Guerra - em palestra: A cidadania e o Legislativo ao longo da História do Brasil.

<http://www2.camara.gov.br/conheca/historia/cdnos500anos/aulas/aula1.html/view?searchterm=pedro%20celso%20bertolt>, em 05/08/2005.

⁴⁶ Idem

“Agora, a cidadania não é responsabilidade apenas dos Poderes constituídos: Executivo, Legislativo e Judiciário. Ela também depende da ação de cada um de nós, no nosso dia-a-dia, em todos os nossos momentos. Não é dando esmola — porque dar esmola não é dar cidadania — mas dando apoio, dando escola, dando hospital, dando moradia, dando decência de vida e dando consciência a essas pessoas que se estabelece a cidadania. E cada um de nós é também co-responsável pela cidadania dentro deste País.”

Importante notar na citação acima a afirmação de que “dando consciências às pessoas ajuda-se a estabelecer a cidadania.” Já o exercício da cidadania depende das múltiplas identidades do “indivíduo fragmentado” que podem prevalecer em cada momento. Essas questões de indivíduo, identidade e diferença são colocadas na seção seguinte.

2.2.2 Identidade na Modernidade Tardia

Alguns autores defendem que a identidade do indivíduo não é mais única e sim fragmentada, assumindo uma nova base política pela exposição a mudanças rápidas, abrangentes e contínuas em relação aos movimentos sociais, como por exemplo: “o feminismo, as lutas negras, os movimentos de libertação nacional, os movimentos antinucleares e ecológicos.”⁴⁷

Hall ⁴⁸ continua:

“Uma vez que a identidade muda de acordo com a forma como o sujeito é interpelado ou representado, a identificação não é automática, mas pode ser ganhada ou perdida. Ela tornou-se politizada. Esse processo é , às vezes, descrito como constituindo uma mudança de uma política de identidade (de classe) para uma política de *diferença*.”

⁴⁷ Mercer, 1990, apud in Hall, Stuart – Identidades Culturais na Pós-modernidade, 1997, Ed. DP&A pág.22.

⁴⁸ Hall, Stuart – Identidades Culturais na Pós-modernidade, 1997, Ed. DP&A pág.22.

Para melhor explicar como esse processo ocorre, um exemplo extraído do mesmo autor é apresentado a seguir:⁴⁹

“Em 1991, o então presidente americano, Bush, ansioso por restaurar uma maioria conservadora na Suprema Corte americana, encaminhou a indicação de Clarence Thomas, um juiz negro de visões políticas conservadoras. No julgamento de Bush, os eleitores brancos (que podiam ter preconceitos em relação a um juiz negro) provavelmente apoiariam Thomas porque ele era conservador em termos da legislação de igualdade de direitos, e os eleitores negros (que apóiam políticas liberais em questões de raça) apoiariam Thomas porque ele era negro. Em síntese, o presidente estava “jogando o jogo das identidades”. Durante as “audiências” em torno da indicação, no Senado, o juiz Thomas foi acusado de assédio sexual por uma mulher negra, Anita Hill, uma ex-colega de Thomas. As audiências causaram um escândalo público e polarizaram a sociedade americana. Alguns negros apoiaram Thomas, baseados na questão da raça; outros se opuseram a ele, tomando como base a questão sexual. As mulheres negras estavam divididas, dependendo de qual identidade prevalecia: sua identidade como negra ou sua identidade como mulher. Os homens negros também estavam divididos, dependendo de qual fator prevalecia: seu sexismo ou seu liberalismo. Os homens brancos estavam divididos, dependendo, não apenas de sua política, mas da forma como eles se identificavam com respeito ao racismo e ao sexismo. As mulheres conservadoras brancas apoiavam Thomas, não apenas com base em sua inclinação política, mas também por causa de sua oposição ao feminismo. As feministas brancas, que freqüentemente tinham posições mais progressistas na questão da raça, se opunham a Thomas tendo como base a questão sexual. E uma vez que o juiz Thomas era um membro da elite judiciária e Anita Hill, na época do alegado incidente, uma funcionária subalterna, estavam em jogo, nesses argumentos, também questões de classe social.”

Stuart Hall articula tais noções ao entrecruzar identidades culturais e o “sujeito fragmentado”, levando-nos a perceber a própria noção como um sistema de representação cultural.⁵⁰

Os nexos entre essa noção de identidade cultural deságuam como que naturalmente na noção de cidadania que, ao apartar-se do jargão tantas vezes repetido de “direitos e deveres”, dialoga com pensadores que na desassociação

⁴⁹ Brasília: A construção da nacionalidade. Um meio para muitos fins. Vitória: Edufes, 1998, apud Revista Nossa História, ano 2, nº23 de setembro de 2005.

⁵⁰ HALL, S., 1997

identidade, cultura, representação e cidadania. É o caso, por exemplo, de Pedro San Miguel, para quem “a identidade expressa não só o que se é, ou o que se imagina ser, mais também o que se quer ou se pretende chegar a ser.”⁵¹ Ora, a superposição de entendimento se incumbe de aproximar as noções que instrumentarão esse estudo, tais sejam: cidadania e identidade.

Tentando entender o fenômeno da visitação ao Palácio do Congresso Nacional e relacioná-lo com cidadania, é preciso buscar apoio em conceitos como política pública de turismo, patrimônio cultural, identidade e cidadania para entender que a ação desse programa contribui na base para a formação de um elemento fundamental para o sucesso da atividade turística não só para o visitante, mas também para o habitante; o povo transformado em cidadão.

Do ponto de vista de políticas públicas, o Brasil está movendo a roda da indústria do turismo querendo participar ativamente dessa atividade visando à atenuação de seus problemas sociais.

Segundo mensagem do Senhor Presidente da República no Plano Nacional de Turismo, o turismo pela natureza de suas atividades e pela dinâmica de crescimento dos últimos dez anos é o segmento da economia que pode atender de forma mais completa e de maneira mais rápida os desafios colocados. Especialmente se for levada em conta a capacidade que o Turismo tem de interferir nas desigualdades regionais, amenizando-as, visto que, destinos turísticos importantes no Brasil estão localizados em regiões mais pobres, e, pelas vias do turismo, passam a ser visitadas por cidadãos que vêm dos centros mais ricos do país e do mundo.⁵²

Contudo, o aumento do fluxo turístico trás consigo não apenas progresso, mas riscos ao patrimônio cultural. Segundo Neves,⁵³

⁵¹ SAN MIGUEL, P.L. apud Negrão de Mello, T., 2003.

⁵² BRASIL, Ministério do Turismo, Plano Nacional do Turismo, 2003/2007, pág. 4.

⁵³ MARTINS, J.C.O (org), 2003, pág. 49

“Patrimônio cultural é um conjunto de bens materiais e imateriais representativos da cultura de um grupo ou de uma sociedade. Para que se entenda esse conceito e sua relação com as identidades, torna-se necessário, antes de tudo, refletir acerca do conceito de “cultura”. O senso comum identifica cultura como o domínio de certos conhecimentos e habilidades que permitem a algumas pessoas compreender e usufruir de bens ditos superiores, como obras de arte, literatura erudita, espetáculos teatrais etc. [...] O conceito antropológico de cultura, entretanto, estende essa noção a todos os seres humanos, postulando que todos os homens são portadores de capacidades, sendo, portanto, capazes de desenvolver atividades complexas como é o caso da linguagem. [...] A partir desse conceito antropológico de cultura, assim, é possível inferir que os comportamentos humanos são informados por necessidades materiais, utilitárias e também simbólicas. [...] O termo patrimônio faz remissão à propriedade de algo que pode ser deixado de herança. Acrescentado à noção de cultura, conclui-se que é um produto da cultura o que é herdado e transmitido de geração para geração. Como na noção de cultura, no conceito de patrimônio cultural também são indissociáveis as dimensões materiais e simbólicas. A UNESCO, na declaração do México, de 1982, define patrimônio cultural: as obras de seus artistas, arquitetos, músicos, escritores e sábios, assim como as criações anônimas, surgidas da alma popular, e o conjunto de valores que dão sentido à vida. [...] É necessário deixar claro que a discussão sobre cultura e patrimônio cultural é fundamental para se pensar as condições de exercício da cidadania. Quando se fala acerca dos produtos da cultura, ou seja, do patrimônio cultural, está se tratando de parte fundamental da sociedade, de todos, de cada um em particular, nós, da alma e das emoções. Portanto, antes de se concluir pela importância do patrimônio cultural para o turismo, é fundamental o entendimento dele como condição para revelar as identidades e, ao mesmo tempo, garantir a condição de cidadãos. “

Sobre os riscos ao patrimônio cultural e, principalmente, sobre a forma de preservá-los aparecem novamente as idéias sobre identidade e cidadania. YÁZIGI

⁵⁴ ensina que:

“Se de um lado é verdade que (o turismo) vem proporcionando a muitos países (não a todos) importantes divisas, por outro, conduz a irreparáveis perdas na paisagem e na cultura. [...] A cultura, virtualmente associada ao lugar, está sendo reduzida a categorias de espetáculo, desvinculada do cotidiano e do trabalho (voyeurismo). Essa alienação reclama seu redimensionamento. [...] Uma possível opção oficial pelo turismo, pois, deve passar pelo exame de seu papel na vida nacional: a construção da identidade; o papel do lugar. [...] Infelizmente o turismo contentando-se com ilhas de prazer, além de cujos limites ninguém se responsabiliza pelo que puder acontecer. Não se tem consciência objetiva de que turismo e miséria (e tudo o

⁵⁴ YÁZIGI, E. et al (org), 1999, pág. 9.

que ela traz consigo) são incompatíveis. Do que, pensar num futuro turístico implica antes de mais nada a realização plena da cidadania, num necessário projeto nacional que interligue tudo e busque levar suas premissas a cabo. François Ascher explica bem: não é o turismo que permite o desenvolvimento, mas é o desenvolvimento geral do país que torna o turismo aproveitável.”

Sob o slogan de “Câmara dos Deputados, a Casa de todos os brasileiros” e com o programa de visitação com enfoque em cidadania a instituição está na vanguarda do que se pensa hoje como turismo sustentado, aquele capaz de continuar trazendo benefícios em longo prazo.

Nesse sentido escrevem Honório; Barros,

“Na origem da identidade brasileira encontra-se uma série de conjunções raciais, de interesses econômicos, ideológicos e colonialistas que deram como resultado uma nova cultura, distinta da do colonizador. Há um consenso de que o Brasil é constituído por um povo novo culturalmente. Este é resultado do processo autoritário de massacre das matrizes negras e índias que aqui se encontraram com o europeu e que apesar dos processos de marginalização, da violência permanente, da exploração e da ideologização, contribuem fortemente para a construção da cultura brasileira. Embora os meios de comunicação de massa reafirmem a existência de uma cultura homogênea, predominantemente branca, capitalista e cristã, permanecem vivas as diferenças culturais. Tem-se no Brasil micro culturas singulares que as reproduzem, de acordo com suas condições de vida e de trabalho. [...] O passado é descaracterizado e o presente é composto de fragmentos que não fazem sentido na construção do futuro para as novas gerações. O turismo tradicional segue esses parâmetros de consumo e de destruição. Ele se torna mais um elemento de interferência desequilibradora nesse quadro tão delicado. A idéia se contrapõe dentro dessa visão que se quer contrária à lógica do produto descartável é a do turismo auto-sustentável que respeita e preserva a natureza, o patrimônio histórico local e as manifestações culturais, expressões de vida de um povo. [...] Em tempos de crise, o resgate da identidade não é uma circunstância aleatória, mas uma saída para a sobrevivência.”

Concluindo, a discussão sobre identidade aqui exposta é substancial para caracterizar a importância do reconhecimento do papel do cidadão na sociedade. Investindo no reconhecimento de identidades por parte de seus visitantes através de seu programa de visitação, a Câmara dos Deputados fortalece o sistema democrático de representação. Na próxima seção, o papel do Poder Legislativo e seu sistema de representação é apresentado.

2.3 A CONSTRUÇÃO DO UNIVERSO EMPÍRICO E CONDUTAS METODOLÓGICAS ADOTADAS – articulações entre Poder Legislativo e Cidadania.

2.3.1 Breve descrição das fontes elencadas

Conhecer o Programa de Visitação para Turistas da Câmara dos Deputados e dar-lhe visibilidade, tendo como suporte um texto acadêmico, significou instrumentar a construção do objeto com o necessário suporte teórico - como visto no item 2.2 - e, paralelamente, selecionar seus suportes empíricos e definir a metodologia para sua organização, conforme se apresenta seguir.

No desenrolar das disciplinas do curso de especialização muito se discutiu sobre as alternativas para a política de turismo de Brasília. Olhando sob essa ótica, amadureceu-se a intenção de investigar o Programa de Visitação da Câmara dos Deputados pois esse programa resultou em números de visitantes crescendo significativamente em curto espaço de tempo. Algo que se deseja repetir em outras instituições-monumentos que Brasília abriga.

Servidor da instituição com sete anos de casa, o autor teve contato com o Programa de Visitação através das notícias vinculadas sobre o programa na intranet da rede eletrônica de comunicação da Câmara. A partir disso, iniciou-se uma pesquisa nesse banco de dados para colecionar todas as notícias a respeito do programa desde seu aparecimento objetivando conhecer o histórico dessa experiência.

Após a análise desse material passou-se à fase de entrevistas com servidores envolvidos na concepção e na operacionalização do programa também com o objetivo de melhor entendê-lo para, a seguir, delimitar um recorte temporal de estudo. Este recorte está balizado entre os anos de 1996 e 2005, com ênfase no período de fevereiro de 2004 a agosto de 2005, onde concentra-se o rol das notícias selecionadas para esse estudo, nove no total.

A pesquisa exploratória com os entrevistados rendeu um entendimento mais rico pois o conteúdo dessas entrevistas revelava mais sobre o Programa do que era apresentado pelo canal institucional de comunicação. De todos os entrevistados, foram selecionados, com a devida autorização, dois depoimentos para este trabalho pela relevância dos atores em relação ao Programa. São eles a diretora da Coordenação de Relações Públicas da Câmara, Sílvia Mergulhão, e o chefe de gabinete do Presidente da Casa no período de 2003 a 2004, José Umberto de Almeida.

As entrevistas foram realizadas no ambiente de trabalho de cada entrevistado onde o autor apresentava-se como um colega de instituição levando a cabo um trabalho acadêmico sobre o Programa de Visitação. O comportamento/conduita do pesquisador apartou-se do jornalista pois os registros foram feitos à luz da História Oral⁵⁵ no sentido de receber do entrevistado narrativas, constituindo, assim, o método de pesquisa.

As entrevistas foram registradas através da tomada de notas e não foram gravadas. A intenção por trás dessa conduta era a de estabelecer com o entrevistado uma relação de confiança onde ele poderia livremente ir além em suas manifestações sobre o contexto do desenrolar do Programa sem receio. Há de se manter em mente que a Câmara dos Deputados é uma instituição política com alternância periódica no exercício do poder.

Além dos posicionamentos dos entrevistados, obteve-se com eles material escrito sobre o programa como, por exemplo, o Manual de Visitação Institucional, utilizado para treinamento dos monitores do serviço de visitação. Outros impressos foram obtidos no Centro de Informação e Documentação da Câmara como, por exemplo, a maioria da iconografia contida no estudo.

Conforme a evolução do Programa de Visitação ao longo do tempo, as notícias internas em relação a ele passam a relacioná-lo com elementos de

⁵⁵ Para a construção do universo empírico e adoção de algumas das condutas preconizadas pela História Oral como método de pesquisa foi consultada a obra organizada por Ferreira, M. 1994.

cidadania. Por isso, o referencial teórico se estende por esse tema e, também, pelo tema identidade.

No capítulo III aparecem os resultados obtidos deste entrecruzamento de fontes, enquanto no item a seguir expõem-se algumas análises centradas nas articulações entre o poder legislativo e cidadania.

2.3.2 Poder Legislativo e Cidadania

A cidadania prescinde de liberdade para se estabelecer. A liberdade democrática é garantida pela constituição e só se faz presente com um Poder Legislativo autônomo. Nesses tempos no Brasil, há uma constituição cidadã e um parlamento que dá voz à oposição. Nos trechos a seguir apontam-se brevemente trechos do histórico do Poder Legislativo no país pelo retrato feito pelo Presidente da Câmara dos Deputados, João Paulo Cunha, para concluir em seguida sobre como vê o papel da instituição. Esse é um importante depoimento para o escopo desse trabalho pois esse foi o Presidente que dinamizou sobremaneira as questões de transparência e cidadania na Casa, inclusive incrementando o programa de visitação turística na Instituição nesse sentido.

Sobre o Poder Legislativo e sobre a Constituição Cidadã de 1988, há ainda suporte em ricos trechos extraídos do livro de memórias de Paulo Affonso Martins de Oliveira, um ilustre servidor da Câmara dos Deputados que completou 42 anos de serviço em atividades estritamente legislativas, 23 dos quais como Secretário-Geral da Mesa e que conviveu com treze presidentes da Câmara.

Em ensaio na Revista Plenarium⁵⁶, o Presidente da Casa no biênio 2003/2004, Deputado João Paulo Cunha conta sobre as origens do Poder Legislativo no Brasil:

“Em 2003, Câmara e Senado comemoraram 180 anos de presença do Poder Legislativo no Brasil. Foi o parlamento instalado no ano de 1823, logo após o grito de independência. Pouco tempo antes, em 1821, a Metrópole portuguesa dera os

⁵⁶ Revista Plenarium, 2004, pág. 142 a 151.

primeiros passos em direção ao regime de monarquia constitucional, que superaria o absolutismo. Dera-se início em Lisboa, na sequência da vitoriosa Revolução Constitucionalista do Porto, às atividades das “Cortes Gerais, Extraordinárias e Constituintes da Nação Portuguesa”, às quais o Brasil, então Reino Unido, enviara seus delegados. Estes, porém, de lá regressaram convencidos da necessidade de a monarquia tropical também se constitucionalizar, mas com independência de Portugal. Declarada esta, convocaram-se eleições para a Assembléia Geral, Constituinte e Legislativa do Império do Brasil, a qual se reuniu, pela primeira vez, em sessão preparatória, no dia 17 de abril de 1823 e, em sessão inaugural solene, no dia 3 de maio do mesmo ano. A história de nosso Legislativo se confunde, pois, com a história do Brasil independente.”

Lembrando das vicissitudes pelas quais passou a legislatura ao longo da história, o deputado afirma: que ela sobreviveu aos percalços, sobretudo durante os retrocessos ditatoriais. E, que apesar de tolhida em funções, nela nunca deixaram de fazer-se ouvir as vozes de oposição ao arbítrio e de defesa das liberdades e do estado de direito. Mais à frente aponta que:

“A quem acompanhou as grandes transformações do final do século recém-terminado, não pode ter passado despercebida a instalação dos parlamentos nos países que saíram de regimes ditatoriais (...). Hoje, um país não ter um parlamento funcionado com razoável desenvoltura, em cujo seio se abrigue uma oposição, pode tomar-se, sem medo de errar, como indicador da presença de um regime ditatorial.”

Chegando afinal à necessidade de haver um parlamento em uma era globalizada e de múltiplos interesses sociais conflitantes, algo decorrente dos deslizamentos das próprias questões de identidades e diferenças, João Paulo continua:

“Ao examinarmos a nova realidade, é preciso, primeiramente, deixar de ver a democracia como um regime pronto e acabado, que possa permanecer imutável quando o mundo ao redor está em constante transformação. O mundo globalizado exige uma presteza de resposta governamental desconhecida em outros tempos. (...) Tomemos um ingrediente inarredável da democracia, ou seja, a competição política, a disputa de grupos e classes sociais para conquistar o poder e, assim, ter seus interesses tomados em devida conta e efetivamente promovidos. Não se trata de competição desregrada, um vale-tudo. Ao contrário, tem de desdobrar-se sob a égide de regras do jogo mutuamente consentidas, para que seu desfecho seja acatado. Ora, o parlamento é essencial para que a competição política se dê sob esse marco regulatório estável, antes e depois do momento eleitoral. O parlamento é, precisamente, a instituição, aperfeiçoada sobretudo ao longo dos últimos

duzentos anos, cujas regras e procedimentos permitem, na entressafra eleitoral, que a luta política transcorra civilizadamente, e que a solução dos conflitos siga uma forma pactuada, para que todos os competidores aceitem as decisões, em vez de se engalfinharem em combates sem trégua. Esse papel de foro institucional para a competição política entre governo e oposição tem sido sobremodo importante na evolução das democracias, inclusive a nossa, pela capacidade que a legislatura tem demonstrado de incorporar novos grupos à representação política. Ela o faz por via de partidos que expressam as reivindicações de setores antes privados da cidadania.”

Concluindo, o Deputado João Paulo fala sobre o papel da Câmara dos Deputados e sobre a revista Plenarium na qual tem seu texto publicado por ocasião do número inaugural da revista.

“No novo patamar de nossa política, neste século que se inicia, o papel da Câmara dos Deputados será, mais do que nunca, decisivo. Ela não vai desempenhar somente um papel reativo na elaboração das reformas de que o país necessita, mas será, sobretudo, a oficina de um árduo trabalho proativo, resultante dos embates, dos acordos e das negociações entre as forças políticas que, no seu interior, representam o diversificado eleitorado nacional. (...) Sobretudo, que constitua (a revista, grifo nosso) mais um dos laços que unem esta Casa à opinião pública, contribuindo, assim, para o reforço da democracia brasileira nesse aspecto fundamental, que é a abertura e a transparência das instituições em relação à sociedade.”

Deslocando agora o foco de atenção para a questão do Poder Legislativo e a liberdade do cidadão num primeiro momento e, também, para o texto constitucional da última Carta com maiores liberdades e garantias ao cidadão, os trechos do livro de memórias do servidor Paulo Affonso⁵⁷ apresentados a seguir ilustram bem esses dois momentos. Sobre o Poder Legislativo:

“Congresso e democracia não vivem um sem o outro. O eminente jurista e parlamentar João Mangabeira (...) advertia: não se deve maldizer o Poder Legislativo, tão exposto a censuras injustas e calúnias imerecidas. Ele é o mais popular de todos os poderes; é o único que representa o povo em todas as suas correntes de opinião, em todos os seus aspectos de vida. O Poder Legislativo deve se amado pelo que faz e, sobretudo, pelo mal que evita ser feito. O Poder Legislativo é o único que encarna realmente a liberdade. Os outros poderes podem viver sem ela. O Poder Legislativo, não. Quando ele morre, ela se extingue. É isso que se vê

⁵⁷ Oliveira, P., 2005, pág. 10

através de todos os povos e de todas as épocas. É pela supressão do Poder Legislativo que se mede a degradação de um povo, na perda total da liberdade.”

Na sessão solene de promulgação da Constituição de 1988 o presidente da constituinte Ulysses Guimarães preparou, segundo Oliveira⁵⁸, uma apresentação inusitada para o início do texto constitucional, a chamada “Constituição Cidadã”:

“A Constituição-Coragem – o homem é o problema da sociedade brasileira: sem salário, analfabeto, sem saúde, sem casa, portanto, sem cidadania. A Constituição luta contra os bolsões de miséria, que envergonham o homem. Graficamente, testemunha a primazia do homem, que foi escrita para o homem, que o homem é seu fim e sua esperança. É a Constituição Cidadã. Cidadão é o que ganha, come, sabe, mora, pode se curar. A Constituição nasce do parto de profunda crise que acaba as instituições e convulsiona a sociedade. Por isso, mobiliza, entre outras, novas forças para o exercício do governo e a administração dos impasses. O governo será praticado pelo Executivo e pelo Legislativo. Eis a inovação da Constituição de 1988: dividir competências para vencer dificuldades, contra a ingovernabilidade concentrada em um, possibilita a governabilidade de muitos. É a Constituição-Coragem. Andou, imaginou, inovou, ousou, ouviu, viu, destroçou tabus, tomou partido dos que só se salvam pela Lei. A Constituição durará com a democracia e só com a democracia sobrevivem para o povo a dignidade, a liberdade e a justiça. Brasília, 5 de outubro de 1988. Constituinte Ulysses Guimarães – Presidente”.

Uma vez estabelecidas as relações entre o Poder Legislativo e cidadania, passa-se ao exame particular da Câmara dos Deputados enquanto fomentadora de cidadania através de seus órgãos de comunicação, relações públicas e, principalmente, acerca da relação entre seu programa de visitação turística com princípios de conduta cidadã.

⁵⁸ Idem, pág. 189

CAPÍTULO III

O PROGRAMA PARA VISITAÇÃO DE TURISTAS

3.1 INICIATIVAS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS ACERCA DE IDENTIDADE E CIDADANIA

A Câmara dos Deputados recorreu a veículos tradicionais de comunicação como o jornal, o rádio e a televisão, bem como a outros mais tecnológicos como internet para estreitar o contato com os cidadãos e ganhar mais transparência em seus atos. Um sobrevôo sobre essas ações vem adiante no tocante às iniciativas da Câmara dos Deputados em direção a refinar sua própria identidade perante a opinião pública e contribuir para o fortalecimento do sistema de representação popular.

3.1.1 A Necessidade de Comunicação do Legislativo com o Cidadão

Estabelecido o pressuposto que liga cidadania e o poder legislativo, seguiu-se a criação da Secretaria de Comunicação Social – SECOM pelo Presidente Michel Temer em 1998 para assegurar esse fim adaptando a atuação desse órgão às vicissitudes da modernidade da era da informação em substituição a uma outra estrutura de assessoria de relações pública já antiga e ultrapassada.

Melhor esclarecendo esse objetivo recorre-se a Malavazi:⁵⁹

“A emergência do fenômeno da comunicação de massas, cujas origens remontam ao início do século XX, introduziu mudanças radicais nos processos de levantamento e veiculação da notícia, que tiveram de adaptar-se às exigências de produção em escala industrial. A mudança, lenta na

⁵⁹ Malavazi, A., 2004, pág. 27. <http://www2.camara.gov.br/publicacoes/internet/publicacoes/ManualSecom.pdf> em 25/08/2005

primeira metade do século, acelerou-se a partir dos anos 60 e tornou-se vertiginosa nos anos 90, com o advento da informática e da Internet, que materializaram a mundialização da notícia e sua difusão instantânea para todos os pontos do globo. Com a massificação da Imprensa, altera-se a relação entre a fonte produtora da Informação e o receptor: o cidadão transforma-se em consumidor, e o Jornalismo em produtor. A informação, em mercadoria. No plano sociológico, indústria cultural e sociedade de consumo inserem-se num contexto mercadológico que tem em vista a reprodução de valores de consumo e a substituição do cidadão pelo consumidor. No Brasil, é importante notar que a imprensa vem cumprindo importante papel na consolidação das instituições democráticas e na correção de rumos na implementação de políticas públicas. Mas – também é forçoso reconhecê-lo (sic) –, não tem sido capaz de sozinha, cumprir o papel de transmissora de toda a vasta gama de informações cuja captação é essencial para o exercício dos direitos de cidadania. A comunicação pública surge, assim, como resposta ao desafio de levar à população informações relevantes, mas que, por não possuírem a auréola da atratividade mercadológica, são relegadas a segundo plano pela chamada mídia de mercado. No que diz respeito à Câmara dos Deputados, a necessidade da comunicação pública é flagrante. As atividades legislativas substantivas da Casa não têm merecido, por parte da imprensa, a devida prioridade de cobertura. Por tratarem de assuntos mais perenes, que afetam em profundidade praticamente todos os setores da vida nacional, essas atividades são, por natureza, complexas, mais áridas, de difícil assimilação; num paradoxo da comunicação, exatamente por serem importantes deixam de ser retratadas pela mídia. Os veículos de comunicação social da Câmara dos Deputados cumprem, entre outras, a missão de ocupar esse nicho de difusão de informações que permanecia aberto. Eles pertencem à categoria de comunicação pública por estarem vinculados à instituição, mas principalmente por subordinarem seu trabalho cotidiano ao conceito de público: pertencente, destinado ou relativo ao povo, à coletividade; aquilo que é do uso de todos, de uso comum; aberto a quaisquer pessoas, conhecido de todos, manifesto, notório. A comunicação da Secom, em sintonia com a transparência e o caráter democrático da instituição Câmara dos Deputados, é pública porque assume a responsabilidade de emitir, transmitir e receber mensagens da sociedade brasileira, sempre com o sentido de responsabilidade social.”

3.1.2 A Secretaria de Comunicação Social da Câmara dos Deputados

Com intenção modernizadora e no sentido de obter de fato comunicação direta entre a Instituição e seus diversos públicos, houve em 1998 uma reestruturação do órgão responsável pela comunicação institucional da Câmara dos Deputados com o objetivo de oferecer informações sobre a Instituição aos cidadãos

de maneira precisa, eficaz, ética e com credibilidade, conforme continua relatando Malavazi ⁶⁰:

“A Secretaria de Comunicação Social da Câmara dos Deputados (Secom) foi criada pelo Ato da Mesa nº. 96, de 1998, que determinou ser essa a nova denominação da Assessoria de Divulgação e Relações Públicas (Adirp). Essa Assessoria, a quem a Secom sucedeu, foi, por sua vez, criada pela Resolução nº. 20, de 1971, que estabelecia no Artigo 5º, como competência da Adirp, informar e esclarecer a opinião pública a respeito das atividades da Câmara dos Deputados, utilizando, para isso, os veículos de divulgação e as técnicas de Relações Públicas, e assessorar o Presidente em questões de cerimonial. Desde então, a Secretaria de Comunicação tem se aparelhado para cumprir suas funções – e hoje possui, em sua estrutura, quatro veículos de difusão jornalística das atividades da Casa (TV Câmara, Rádio Câmara, Agência Câmara e Jornal da Câmara), uma Central de Jornalismo e duas outras coordenações, a de Relações Públicas e a de Divulgação. No plano da comunicação em geral, compete à Secom contribuir para dar transparência ao trabalho legislativo da Câmara dos Deputados, informando a população sobre o que se passa na Casa. É, portanto, instrumento essencial para: 1) que haja maior correspondência entre a imagem pública da Câmara e a realidade da atividade legislativa, sem as distorções derivadas de estereótipos e preconceitos; 2) ao divulgar antecipadamente as atividades legislativas, contribuir para que os segmentos organizados da sociedade brasileira possam participar ativamente das decisões tomadas pelos senhores parlamentares, direito inalienável de cidadania, o que fortalece o caráter democrático da tramitação das proposições pela Câmara e de sua ação fiscalizadora sobre o Executivo, tendo em vista o correto emprego dos recursos públicos; 3) que o cidadão receba tratamento correto e respeitoso sempre que procurar informações na Casa, seja diretamente, seja por meio de serviços por correspondência (Carta-Cidadão), por telefone, pelo 0800 ou por e-mail.⁶¹ No plano de imprensa, propriamente dito, são duas as suas missões básicas: 1) Dar divulgação aos trabalhos legislativos da Câmara dos Deputados, especialmente aqueles relativos às atividades das comissões técnicas, que recebem escassa cobertura da mídia em geral, não obstante sejam uma das instâncias mais importantes de produção da Casa; 2) Ser fonte de informação jornalística das atividades da Câmara. O profissional de comunicação da Secom é o vetor da informação: ele se coloca entre a fonte geradora da notícia e o público a que ela se destina. Não deve, em consequência, influir sobre o caráter da informação, sua qualidade intrínseca. Quando isso acontece, o jornalista viola o direito do cidadão de ser informado livre e corretamente sobre assuntos que lhe dizem respeito. Impõe-se, portanto, a busca da isenção no trabalho profissional. O critério de aferição da importância da notícia é sua conexão com o interesse público: ela será tão relevante quanto maior for o número de cidadãos a quem afetar nos aspectos econômico, social, político, cultural. À Secretaria de Comunicação da Câmara

⁶⁰ Idem, pág. 25

⁶¹ Outros mecanismos criados pela Câmara dos Deputados no sentido de estreitar suas relações com o cidadão.

dos Deputados não compete tecer comentários sobre fatos que publica. A matéria-prima com que trabalha é a atividade legislativa da Casa e dos parlamentares, sem adjetivos, sem juízos de valor. Não devem ser usadas expressões pejorativas ou que incorporem opiniões. (...) A exatidão, indispensável para que a informação a que o cidadão tem direito seja correta, honesta, imparcial, é importante instrumento para que se preserve a liberdade de imprensa, cujo titular, mais que o profissional de imprensa, é a sociedade...Não basta à Secom ser eficiente no seu trabalho, ser correta na coleta e divulgação das atividades da Casa. É preciso mais: que a Secretaria seja eficaz. Vale dizer, que a informação captada e difundida pelos veículos de comunicação da Câmara dos Deputados chegue, de fato, ao cidadão de todas as partes do País; que a sociedade brasileira seja devidamente informada sobre o que acontece na Câmara, sobre o trabalho dos parlamentares. Os veículos da Secom devem, assim, disseminar informações sobre as atividades da Câmara dos Deputados, de forma a contribuir para que o conhecimento acurado do processo legislativo gere maior participação da sociedade na própria atividade legislativa – o que, por sua vez, vai torná-la mais democrática...A credibilidade dos veículos de comunicação da Secom tem relação direta com a precisão e correção das informações que divulga. É obrigação de todos os profissionais da Secretaria transmiti-las não apenas com clareza, mas igualmente com exatidão. Seu primeiro compromisso é com o cidadão: o trabalho deve ter como diretriz o direito da sociedade brasileira ao livre acesso às informações de interesse público geradas na Câmara dos Deputados.”

A longa e detalhada exposição das atribuições, competências e *modus operandi* no trato da informação institucional da Câmara dos Deputados pela SECOM reside na necessidade de contextualizar sua filosofia e a forma de atuação de seus profissionais, mesmo aqueles não ligados diretamente aos quatro principais veículos de difusão jornalística das atividades da Casa (TV Câmara, Rádio Câmara, Agência Câmara e Jornal da Câmara).

3.1.3 A Coordenação de Relações Públicas e o Programa de Visitação

Integrante da infra-estrutura da SECOM, a Coordenação de Relações Públicas abriga o Serviço de Atendimento ao Público e Visitação Institucional, responsável pelo Programa de Visitação para Turistas, objeto de estudo dessa monografia. Sobre a Coordenação de Relações Públicas Malavazi⁶² escreve:

⁶² Malavazi, A., 2004, pág. 227. 25 <http://www2.camara.gov.br/publicacoes/internet/publicacoes/ManualSecom.pdf> em 25/08/2005

“As Relações Públicas, uma das áreas da Comunicação Social, são instrumento estratégico de aproximação entre as instituições e seus públicos. Cabe-lhe coletar, interna e externamente – por meio de diagnósticos, auditorias de opinião, pesquisas e contatos diretos –, subsídios para suporte e implementação das políticas de comunicação das organizações, bem como para a elaboração de programas e projetos comunicacionais. Na Câmara dos Deputados, esse setor está sob a responsabilidade da Coordenação de Relações Públicas, vinculada à Secretaria de Comunicação Social. Fazem parte da estrutura da Corep:

- * Serviço de Planejamento de Relações Públicas
- * Serviço de Eventos Institucionais e Cerimonial
- * Serviço de Atendimento ao Público e Visitação Institucional
- * Central 0800 – o Disque-Câmara.”

Ainda Malavazi⁶³, agora especificamente sobre o Serviço de Atendimento ao Público e Visitação Institucional, objeto maior de interesse dessa monografia:

“O Serviço de Atendimento ao Público e Visitação Institucional é responsável pelo planejamento, coordenação e supervisão de projetos de atendimento ao visitante da Câmara dos Deputados, e pelo desenvolvimento de ações voltadas para o **Turismo Cívico**. Além disso, planeja, coordena e supervisiona visitas institucionais de natureza educativa e informativa, durante a semana, em fins de semana e nos feriados. Desenvolve e coordena programas de informações institucionais dirigidos a estudantes e a diversas categorias profissionais que visitam a Câmara dos Deputados, bem como realiza a recepção de convidados e de grandes públicos em eventos institucionais. Planeja e coordena o atendimento ao público nas portarias da Câmara dos Deputados. Também promove o contato entre a Câmara dos Deputados e empresas, órgãos de turismo, instituições de ensino e grupos organizados – associações de classe e ONG, entre outros. **O principal projeto do Serviço é o “Conheça a Câmara”** que se subdivide em três programas básicos: o Programa de Visitação para Escolas, que acrescenta à atividade de visitação um caráter político, educativo e institucional: por meio de oficinas e de cartilha para professores e para alunos, explica o processo de elaboração das leis, a participação da sociedade na instituição e seu funcionamento, o trabalho dos parlamentares e a importância da Câmara dos Deputados para a sociedade brasileira; **o Programa de Visitação para Turistas**, realizado por monitores treinados, que contempla visitas aos principais salões da instituição, além da galeria, do plenário e do museu, e que oferece ao público informações e material impresso sobre a Câmara dos Deputados e o Congresso Nacional; e o Programa de Visitação para Grupos Específicos, que prevê visitas institucionais com palestras, vídeos e material impresso de interesse específico de cada grupo visitante.”

⁶³ Idem, pág. 228

3.2 HISTÓRICO DO PROGRAMA – entrecruzando diálogos

Em 1996 a Câmara dos Deputados abriu suas portas à visitação pública. Um breve histórico do caminho percorrido pelo Programa de Visitação é apresentado pela servidora Sílvia Mergulhão, diretora da Coordenação de Relações Públicas da instituição à época desse estudo, fruto de entrevista⁶⁴ realizada com ela pelo autor.

“O presidente da Casa à época, Deputado Luis Eduardo Magalhães, atendia ao pedido do então Secretário de Turismo de Brasília, Rodrigo Rollemberg, no sentido de que tal medida viesse a contribuir para a dinamização do turismo na cidade. O órgão institucional responsável pelo recebimento de visitantes em 1996 era a Assessoria de Divulgação e Relações Públicas (ADIRP). Apesar de sua competência regimental, a ADIRP não dispunha de profissionais de relações públicas para desenvolver eficientemente um programa de visitação. Em 1998 a Secretaria de Comunicação Social da Câmara dos Deputados (Secom) foi criada e tem se aparelhado para cumprir suas funções. A Coordenação de Relações Públicas – COREP, compete o atendimento profissional e planejado ao público que visita a Câmara dos Deputados. O corpo de servidores dessa Coordenação foi composto inicialmente em 1998 por aprovados em concurso público realizado pelo Senado Federal para a contratação de profissionais em relações públicas. Aproveitados pela Câmara dos Deputados, esses servidores iniciaram no mesmo ano o planejamento do serviço de atendimento ao público e visitação institucional. No ano de 2000 esse atendimento profissional e planejado já está em curso e começa a registrar estatísticas de visitação. Inicialmente contabilizando apenas a visita agendada de escolas, o número total de visitantes no ano registra o total de 36 mil visitantes. Esse número de visitantes quase dobra ao final de 2003, atingindo um total de 68 mil visitantes. Em 1º de agosto de 2002 é inaugurada na Câmara dos Deputados, agora sob a presidência do Deputado Aécio Neves, a exposição com 100 xilogravuras de Salvador Dali, feitas para ilustração da obra Divina Comédia, de Dante Alighieri.”⁶⁵

Ainda segundo as informações coletadas na entrevista com a diretora da COREP, Sílvia Mergulhão, esse evento atraiu grande atenção de público e grande

⁶⁴ Entrevista concedida em 11/07/2005 sem roteiro pré-definido onde os assuntos foram surgindo à medida que o diálogo se aprofundava nos temas de interesse dessa monografia.

⁶⁵ <http://intranet2.camara.gov.br/internet/agenciacamara/chamadaExterna.html?link=http://intranet.camara.gov.br/internet/agencia/pesquisaresult.asp?PesqAvancada=1&texMateria1=Dante&nomOperacao1=AND&texMateria2=Alighieri&nomOperacao2=&texMateria3=> (em 12/09/2005)

movimentação de pessoas nas dependências da Câmara dos Deputados, inclusive aos sábados e domingos. Devido ao sucesso no planejamento de recepção aos visitantes da exposição, a estrutura foi mantida ao seu final para privilegiar e ampliar o programa de visitação institucional.

Em abril de 2004 houve a unificação dos projetos de visitação da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. As visitas conjuntas, antes feitas separadamente, passaram a oferecer uma visão integrada do legislativo apesar de disponibilizarem folheteria diferenciada.

No período de 2003 a 2004, a Câmara dos Deputados já se encontrava sob a presidência do Deputado João Paulo Cunha, um Presidente que investiu forte em transparência e incremento da comunicação da instituição com a sociedade. Se no período anterior foram precisos 3 anos para a duplicação do número de visitantes, sob as ações da COREP executadas com liberdade de ação pelo Presidente João Paulo, esse número dobrou novamente em apenas um ano. De 2003 para 2004 o total de visitantes passou de 68 mil para 126 mil pessoas. Até o mês de julho de 2005 o número de visitantes já atingiu mais de 76 mil pessoas.

Exercendo a chefia de gabinete do Presidente João Paulo, o servidor José Umberto de Almeida teve papel de destaque nas articulações que propiciaram o substancial incremento na visitação segundo apresentado acima. Mais ainda, foi o principal agente fomentador da dinamização do programa encabeçando o que ele chama de “ação de voluntariado”.

A entrevista⁶⁶ realizada com ele, hoje lotado na Comissão de Direitos Humanos da Câmara, trouxe para esse estudo o olhar preciso de quem enfrentou difíceis barreiras para a consecução das condições necessárias para o bom funcionamento do programa de visitação com características de hospitalidade. Segundo ele:

⁶⁶ Entrevista concedida em 25/10/2005 sem roteiro pré-definido onde os assuntos foram surgindo à medida que o diálogo se aprofundava nos temas de interesse dessa monografia.

“A principal dificuldade a ser enfrentada no início do processo foi a necessidade de uma mudança na cultura da organização que via no visitante um problema, um estorvo. A ampliação dos horários de visita, durante a semana e aos finais de semana, implicava em um replanejamento do plano de segurança da Casa e a disponibilização de serviços extra. Pior do que isso, barreiras foram erguidas contra o avanço do programa pois este ameaçava certos tabus do poder. Consoante com célebre frase atribuída a certo senador baiano de que “o poder exige liturgia”, esses tabus ou liturgias impediam que se pensasse em permitir o acesso às dependências da Casa ao cidadão sem um vestuário formal específico. Permitir que o cidadão sentasse nas cadeiras dos deputados dentro do Plenário era então inimaginável, assim como permitir o uso do microfone.⁶⁷ A mudança do clima organizacional não foi fácil e começou com a substituição dos servidores que não gostavam de atender aos visitantes. A nova postura adotada era de que o visitante é solução.⁶⁸ Para sinalizar essa mudança, passou-se a oferecer um cafezinho aos visitantes com a intenção de sutilmente mandar a mensagem de que eles são bem vindos. Aos poucos essa nova cultura trouxe orgulho aos servidores envolvidos na monitoria aos visitantes e o programa foi se expandindo apesar de enfrentar batalhas a cada avanço. Por exemplo, no feriado de 7 de setembro de 2004 havia o desejo de abrir as portas à visita em um dia em que a Esplanada dos Ministérios estaria lotada⁶⁹. O setor de Segurança da Casa temia não conseguir controlar o fluxo de pessoas e defendia a não abertura naquele dia. O embate foi resolvido a favor da abertura pelo Presidente João Paulo quando argumentei que se a Polícia Legislativa não era capaz de controlar a situação em dia de festa, imagine em dia de batalha por ocasião de uma votação polêmica. Apesar desses avanços, infelizmente o programa não se institucionalizou, permanecendo dependente do voluntarismo dos servidores interessados e à mercê das contingências políticas, como a eleição de um Presidente da Câmara que não garanta os recursos para a manutenção do programa. Um Ato da Mesa seria o instrumento para a institucionalização e garantia da qualidade do serviço.”

Além do já apresentado, nessa entrevista o servidor esclarece também que essa ação de voluntariado obteve sucesso em virtude do apoio político emprestado pelo deputado João Paulo, simpático à causa, pelo apoio da Direção Geral da Casa e pela dedicação de um grupo de servidores que lutou pela dinamização do Programa de Visitação.

⁶⁷ Atualmente pode-se entrar no Plenário aos finais de semana trajando bermudas, chinelo e camisa regata; é permitido também sentar-se nas cadeiras dos deputados, aliás, uma das experiências mais efetivas no sentido de se aproximar o cidadão do universo de seus representantes.

⁶⁸ A Câmara dos Deputados está comprometida com a transparência de suas ações e o Programa de Visitação é um dos instrumentos nesse sentido.

⁶⁹ Ver “Câmara recebe visitantes no feriado, pág. 65

Para se entender de que forma, ou sob quais premissas, houve aumentos no número de visitantes, uma pesquisa feita nos informativos internos da Câmara dos Deputados foi levada a cabo e é apresentada a seguir.

3.2.1 A evolução do Programa de Visitação para Turistas

No período compreendido entre fevereiro de 2004 e agosto de 2005 foi efetuado um levantamento das notícias sobre o Programa de Visitação para Turistas vinculadas internamente na Câmara dos Deputados através de um veículo de comunicação eletrônica interna dos servidores (intranet). O objetivo dessa coletânea é evidenciar a maneira como a Instituição se refere ao Programa, seus componentes principais e ao seu escopo. Tal acervo revela a evolução dos fatos de acordo com o relato da diretora da Corep apresentado anteriormente.

Nesse noticiário se percebe a evolução do Programa da Câmara dos Deputados - inclusive em sua nomenclatura e fusão paulatina com o do Senado e, enfim, com o do Palácio do Congresso Nacional - estatísticas, atividades, fatos curiosos.

Não obstante longas, as transcrições foram reproduzidas e grifadas objetivando enfatizar aspectos fundamentais para maior clareza desse estudo. Como se verá, às referidas transcrições seguem-se algumas reflexões, conduta que inspira-se na Análise do Discurso como um programa de reflexão, conforme Orlandi.

Com o exame desses textos produzidos pela Câmara dos Deputados espera-se revelar a ligação, gestada pela própria Instituição, dos conceitos de visitação turística e princípios de práticas cidadãs. Ou seja, no Monumento/Instituição a visitação é fomentadora de cidadania.

A seguir apresenta-se uma seleção de nove dessas notícias publicadas no período em questão destacando-se com grifos os pontos de maior interesse. Muitas vezes a repetição dos temas foi permitida com o propósito de mostrar a ênfase com a qual a própria Instituição tratou o tema.

Após a data está o título da matéria, na seqüência está a matéria recolhida e, ao final, um comentário resumido apontando o que se quer revelar de cada texto.

1. Em 09/02/2004, o título da matéria é:

“A Câmara recebe mais de três mil visitantes no recesso”

“A Câmara foi o único órgão público do circuito de visitação da Esplanada dos Ministérios a abrir as portas no período do recesso legislativo (20 de dezembro a 7 de janeiro). Durante esse período foram recebidos 3384 turistas. O Programa de Apoio ao Turista é da Coordenação de Relações Públicas e existe desde 1996. No ano passado, 61.042 pessoas visitaram a Casa, entre estudantes, grupos organizados, turistas brasileiros e estrangeiros. O trabalho é feito por um grupo de 25 funcionários. Os visitantes seguem um roteiro que passa pelos principais pontos turísticos da Casa. No passeio, o turista conhece não apenas o espaço físico, mas também um pouco mais da história do Congresso. A intenção é esclarecer e fortalecer a verdadeira imagem da Câmara, que é tão deturpada por diversos meios, explica a servidora Teresinha Passos Silva. As visitas ocorrem em dois turnos, cada um com três horários. Nos finais de semana, a visita é de 9 às 13h30, com grupos saindo de 30 em 30 minutos. Desde o dia 17 de dezembro os turistas que vêm conhecer a Câmara passaram a receber, juntamente com o material de apoio, postais com imagens da Câmara. Eles podem ser endereçados para qualquer lugar do Brasil e do mundo gratuitamente. Inicialmente foram confeccionados três modelos e o sucesso é tão grande que novos modelos já estão sendo estudados para em breve serem distribuídos. Para visitas durante a semana, não são permitidos trajes como chinelos, bermudas, camisetas cavadas e shorts. No final de semana, o traje é liberado.”⁷⁰

A ênfase está na intenção evidente da Câmara de revelar-se como produto turístico de fácil acesso com objetivo de atrair e revelar-se para seus visitantes. Inclusive permitindo a visitação aos finais de semana com trajes informais, o que caracteriza o povo e os turistas. Para visitantes, utiliza-se a nomenclatura turista. A nomenclatura, desde seu aparecimento, vem sendo Programa de Apoio ao Turista. O horário de visitação aos finais de semana naquela data limitava o acesso as 13h30.

⁷⁰ Revista da Casa – CD, nº 05 de 09/02/2004

<http://intranet.camara.gov.br/portalservidor/revista/MateriaNormal.asp?ideMateria={C9A414E1-D07E-40EC-AE71-8388BD47AF6F}> em 18/02/2005

2. Em 02/09/2004, a chamada foi:

“Câmara recebe visitantes no feriado”

“A Câmara vai abrir as portas para visita^{ção} no feriado de 7 de setembro (Dia da Independência) e convida todos os funcionários, inclusive os terceirizados, a trazerem os amigos e familiares para conhecerem a Casa. O projeto faz parte do **Programa de Apoio ao Turista** da Coordenação de Relações Públicas/Secom, que existe desde 1996. Os visitantes seguem um roteiro que passa pelos principais **pontos turísticos da Câmara** e conhecem um pouco da **história do Congresso Nacional**. O horário de visita^{ção} no sábado, domingo, segunda e terça-feira é das 9 às 17h30. Quem visitar a Câmara nesse período vai receber, juntamente com o material de apoio, o **novo cartão-postal da Casa em homenagem à Independência do Brasil**. Ele pode ser endereçado para qualquer lugar do Brasil e do mundo gratuitamente. **A distribuição de postais é feita desde dezembro de 2003**”.⁷¹



figura 11 – Cartão Postal Institucional

⁷¹ Idem, de 02/09/2004

<http://intranet.camara.gov.br/portalservidor/revista/MateriaExtra.asp?ideMateria={7A22A046-C77A-4F2D-80C8-B1766344678F}&ideEdicao={5BECC217-D99B-4FD3-8050-886F9A025615}> em 18/02/2005

A Câmara prepara material turístico específico para uma data especial. O nome o programa continua o mesmo. Apesar da união do programa de Visitação da Câmara e do Senado ter ocorrido em abril de 2004, não há menção a este. O termo Congresso Nacional já aparece.

3. Em 08/09/2004, é assim:

“Câmara já faz parte do roteiro cívico”

“A Câmara fez parte do passeio de muita gente que saiu ontem de casa para comemorar o dia 7 de setembro. Contribuindo para o **sentimento de civismo** que tomou conta da Esplanada, onde ocorreu o tradicional desfile cívico-militar, **a Câmara foi o único órgão público a abrir as portas para visitação**. Conheceram a Casa 1377 pessoas, entre crianças, jovens, adultos e idosos, que chegaram a fazer fila para aguardar a entrada. Eles visitaram **o Gabinete de Arte, localizado no Gabinete da Presidência, o Salão Verde e o Plenário**. Um esquema especial de segurança foi montado para receber os visitantes e, apesar da multidão que ocupava a Esplanada dos Ministérios, nenhum incidente foi registrado. **Essa foi mais uma iniciativa da Presidência da Câmara para aproximar o Legislativo da sociedade**. A intenção é manter as **portas abertas 365 dias por ano para que o povo conheça o Parlamento Brasileiro.**”⁷²

A Casa explicita inequivocamente seu desejo de se aproximar da sociedade, coloca-se como vanguardista nesse cenário turístico de Instituição-Monumento e cita algumas de suas atrações. Sobre a sociedade, utiliza a nomenclatura povo.

4. Em 25/10/2004, há um lançamento:

“Você conhece a sua Casa?”

“**Muitos funcionários que trabalham na Câmara** há anos nunca entraram no Plenário, nos salões Negro e Verde ou no Gabinete do Presidente. É estranho, mas muitos de nós **não conhecem as dependências da Casa**. Passam a maior parte do dia aqui, mas muitas vezes apenas no setor em que estão lotados. Para essas pessoas, **a Câmara lançou o programa "Conheça**

⁷² Idem, de 08/09/2004

<http://intranet.camara.gov.br/portalservidor/revista/MateriaExtra.asp?ideMateria={FEB5E9DB-EF0C-4D32-811F-801B51D0E12E}&ideEdicao={5BECC217-D99B-4FD3-8050-886F9A025615}> em 18/02/2005

a sua Casa". Com um telefonema ou um e-mail, o funcionário pode agendar sua **visitação dirigida**, da mesma forma como ela é apresentada aos visitantes e às autoridades. Dessa forma, ele pode se familiarizar com os espaços que nunca foram visitados. **A intenção é estreitar cada vez mais as relações da instituição com o seu público interno (efetivos, terceirizados, secretários parlamentares e CNEs).** E à medida que os funcionários conhecem mais a Casa onde trabalham, se tornam habilitados a apresentar a instituição para outras pessoas, **atuando como multiplicadores no processo de democratização do acesso à Câmara.** Então, não perca tempo! Marque a sua visita guiada e depois convide a família e os amigos para conhecerem a **Casa de todos os brasileiros** no final de semana. Para agendar o passeio pela Câmara é só ligar para 6-1771 ou 6-1772. O endereço eletrônico é conhecasuacasa@camara.gov.br. **Essa é mais uma iniciativa da Presidência para aproximar o Legislativo dos seus diversos públicos.**⁷³

É lançada campanha, ou melhor, um programa para criar entre os funcionários da Câmara multiplicadores de seus valores através de uma visita dirigida onde se aumenta o sentimento de pertence do servidor. Dentro desse programa, faz-se auto referência à Instituição como a Casa de todos os brasileiros.

5. Em 22/11/2004, vem o informativo:

“Câmara recebe mais de 2 mil pessoas no feriado”

“A Câmara cada vez mais atrai **cidadãos** de várias partes do País. Somente no último feriado (Proclamação da República – 15 de novembro) e no fim de semana que o antecedeu, visitaram as dependências da Casa 2.629 pessoas. O número representa um **aumento de 83% em relação à mesma data no ano passado, indicando uma tendência progressiva de crescimento.** A Câmara está de **portas abertas durante toda a semana, inclusive nos feriados.** As visitas são monitoradas por servidores e **englobam tanto a Câmara, quanto o Senado.** Além de informações sobre a arquitetura do Palácio e seu acervo artístico, os visitantes recebem **noções básicas sobre o processo de elaboração das leis e informações gerais sobre o trabalho dos parlamentares.** O Programa de Visitação é aberto ao público em geral,

⁷³ Revista da Casa, nº. 23, de 25/10/2004

<http://intranet.camara.gov.br/portalservidor/revista/MateriaNormal.asp?ideMateria={8014387D-5532-4A8F-95AF-882C6DB51816}> em 18/02/2005

recebendo principalmente estudantes, oficiais militares e turistas. Para aqueles que não falam português, **a Câmara oferece monitoramento em língua estrangeira**. As visitas funcionam também durante as férias escolares e podem ser agendadas previamente por grupos interessados. O público interno também é inserido no programa, por meio dos Projetos “Conheça a Sua Casa” – em que o próprio funcionário atua como guia de seus amigos e familiares - e “Sexta Cultural” – com a programação voltada para os terceirizados.”⁷⁴

A evolução do Programa atinge a composição turismo e cidadania. Isso fica claro com a notícia combinada de aumento vertiginoso na visitação e repasse de informações ao visitante - agora referido como cidadão - sobre o processo legislativo como incremento no recheio do atrativo. É também a primeira referência explícita de que o roteiro de visitação inclui as dependências do Senado Federal. As inovações não são apenas essas e agora o Programa de Apoio ao Turista passa a denominar-se simplesmente Programa de Visitação. Ademais, o atendimento ao visitante estrangeiro ganha maior atenção.

6. Em 20/12/2004, há um número estatístico:

“Congresso registra mais de 120 mil visitantes”

“Com a proximidade do fim do ano, a Câmara e o Senado comemoram a visita de mais de 100 mil **cidadãos** às dependências das duas Casas. Entre janeiro e novembro deste ano, **o Palácio do Congresso Nacional** recebeu quase 126 mil pessoas. O crescimento é resultado, entre outros motivos, do trabalho especial no atendimento ao público realizado a partir da **unificação dos projetos de visitação entre Câmara e Senado**. As visitas conjuntas ocorrem desde abril de 2004, com o objetivo de oferecer ao cidadão uma **visão integrada do Poder Legislativo**, agregando **valores positivos à imagem de ambas as instituições**. O trabalho exclusivo proporcionou um incremento de mais de 100% no número de visitantes em 2004 em relação a 2003, quando cerca de 68 mil pessoas visitaram a Câmara. Para se ter uma idéia do crescimento no número, em 2000 foram pouco mais de 36 mil visitantes. As visitas são regulares e monitoradas por servidores durante todos os dias da semana, inclusive nos feriados. Além de **conhecerem a fundo a Câmara e o Senado**, os visitantes recebem também um

⁷⁴ Idem, nº. 25, de 22/11/2004

<http://intranet.camara.gov.br/portalservidor/revista/MateriaNormal.asp?ideMateria={25A986F6-AEC7-4F3D-8977-A7C00B8BD6A9}> em 18/02/2005

material impresso em **português, inglês, francês e espanhol**, que traz informações sobre a arquitetura do Palácio e do acervo artístico. O documento explica, ainda, **o funcionamento de elaboração das leis, bem como o trabalho dos parlamentares**. Quem é da Casa também pode ser inserido nos programas de visitação por meio dos projetos "Conheça a sua Casa" e "Sexta Cultural". A idéia é que os próprios servidores e funcionários conheçam mais sobre a Câmara e que sejam, posteriormente, os próprios guias de amigos e parentes. Os servidores podem, ainda, contar com a colaboração dos monitores, que estão prontos para auxiliar no que for preciso na apresentação da Instituição. Os participantes do "Conheça a sua Casa" recebem como material o **Manual de Visitação Institucional**, que apresenta o roteiro de visitação da Câmara de forma detalhada, o **folder "Conheça a Câmara"** e o **cartão-postal institucional**. Desde 1996, a Câmara abriu suas portas ao público visitante. Em 1998, sob a coordenação de profissionais de Relações Públicas e de uma equipe multidisciplinar - o Serviço de Atendimento ao Público e Visitação Institucional -, as visitas passaram a ser realizadas de forma planejada e atenta às necessidades do público. Hoje, o **Palácio do Congresso Nacional é um dos principais símbolos nacionais**, que congrega beleza urbanística, trabalho e cultura. Projetado por **Oscar Niemeyer**, com base na idéia de que a arquitetura é a manifestação do espírito, da imaginação e da poesia, o Congresso é **parada obrigatória para quem vive na cidade ou vem conhecer Brasília**. "Dos prédios em Brasília, prefiro o do Congresso, porque, no meu ponto de vista, é perfeito como arquitetura: é simples, apesar de complexo. (...) A minha idéia era a de que a pessoa que se aproximasse do prédio visse, além dele, entre as cúpulas, a Praça dos Três Poderes, da qual ele faz parte". Oscar Niemeyer, arquiteto. Programa "Conheça a sua Casa" – Para tirar dúvidas ligue nos 6-1771/1772 ou mande um e-mail para conhecasuacasa@camara.gov.br . As visitas podem ser realizadas de sexta a segunda-feira, das 9 às 17 horas. Visitas externas: Agendamento pelos telefones: 216-1771/1772/1773. Outras informações: visitas@camara.gov.br **Horários: Todos os dias da semana, inclusive finais de semana e feriados, das 9h30 às 17 horas.** ⁷⁵

Está consolidada a unificação da visitação na linguagem do informativo da Câmara. As duas Casas Legislativas são reveladas a fundo com objetivo evidente de melhoria de imagem junto aos cidadãos. Esse é outro termo que se solidifica no texto já que passa a existir até um documento em quatro idiomas para explicar a elaboração das leis e a atividade parlamentar.

A visitação é referida não mais à Câmara e sim ao Palácio do Congresso Nacional. Este é elevado pelo texto ao status de símbolo nacional e recorre-se até

⁷⁵ Revista da Casa, nº. 27, de 20/12/2004

<http://intranet.camara.gov.br/portalservidor/revista/MateriaNormal.asp?ideMateria={F8CDEB19-D24E-4501-8F27-B78E425F4E19}> em 18/02/2005

mesmo ao seu criador, Oscar Niemayer, para evidenciar os atributos turísticos do prédio. O casamento entre turismo e cidadania na visitação ao Palácio do Congresso Nacional torna-se então irrefutável. O horário de visitação aos finais de semana foi alongado de 13h30 para as 17h.

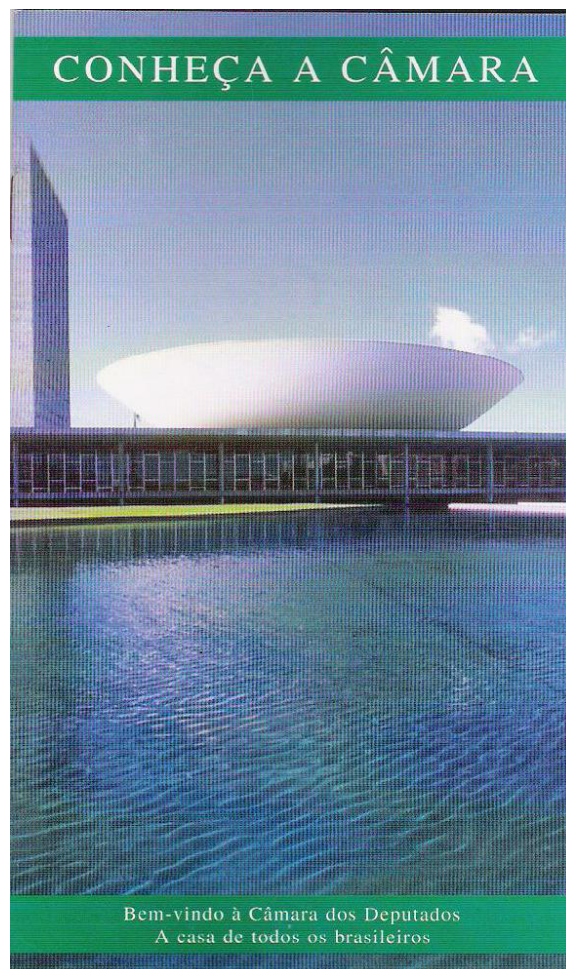


Figura 12 – Folder do Programa de Visitação

7. Em 22/12/2004, há o lançamento de outra campanha:

“Câmara lança campanha de incentivo à visitação”

“A Câmara lançou nesta quarta-feira (22) a **campanha "Visite a Casa de Todos os Brasileiros"**, mais uma iniciativa do **programa de acesso à instituição "Conheça a sua Casa"**. A idéia do programa veio de uma

orientação da Mesa Diretora no sentido de **democratizar o acesso de qualquer cidadão** às dependências da Casa e de **abrir cada vez mais as portas da**

Câmara dos Deputados. A ação faz parte do projeto que a Presidência vem desenvolvendo para aproximar **o Legislativo** dos seus diversos públicos. A campanha, coordenada pela Secom, inclui a distribuição de **adesivos para carros com o slogan “Visite a Câmara”**. **A Casa é sua. Aberta 365 dias por ano, das 9 às 17 horas** e de “spots” que serão **veiculados em várias rádios no País**, com o objetivo de incentivar **a visita à Câmara**. **“Não existe um estado de direito forte sem um Legislativo forte**. Quanto mais pessoas conhecerem a Casa, mais ela poderá se projetar como um **exemplo de democracia**”, afirmou o Primeiro-Vice-Presidente da Câmara, Inocêncio Oliveira, durante a solenidade de lançamento, que ocorreu no Salão Verde com a presença de várias autoridades.”⁷⁶

A Câmara dos Deputados, representante do povo, dá um passo independente no sentido de promover a Instituição junto aos cidadãos. Apesar da sinergia com o Senado na visitação, a Câmara traçou estratégia particular para destacá-la junto à sociedade. Uma campanha apoiada em diversos veículos de mídia, de alcance nacional, foi lançada. Um de seus principais dirigentes estabelece relação direta entre visitação e cidadania.

8. Em 14/02/2005, a chamada é eloqüente:

“O Brasil conhece a Câmara”

“A Câmara dos Deputados conquistou milhares de brasileiros nos últimos anos, tornando-se **um dos locais mais visitados de Brasília** e um **exemplo de incentivo à cidadania**. Somente em 2004, mais de 132 mil pessoas vieram conhecer o Palácio do Congresso Nacional, mais que o dobro registrado em 2003. **Nos dias 24, 25 e 31 de dezembro de 2004 e 1º e 2 de janeiro deste ano, quando a maioria dos monumentos da cidade esteve fechada ou funcionou por meio período, a Câmara manteve-se aberta e registrou a visita de cerca de 3,6 mil pessoas**. Neste início de ano, o número de pessoas que conheceram o Palácio do Congresso também foi grande. Somente em janeiro foram quase 18 mil visitantes. **Entre o sábado (5) e quarta-feira (9) de carnaval, cerca de 3 mil pessoas vieram ao Palácio do Congresso**. **A Câmara é a única instituição pública aberta 365 dias por ano**. O número de visitantes vem crescendo desde 1996, quando a Casa abriu suas portas ao público e começou um trabalho específico nessa área. Em 1998, sob a coordenação de profissionais de Relações Públicas e de uma equipe multidisciplinar - o Serviço de Atendimento ao Público e

⁷⁶ Revista da Casa, de 22/12/2004

<http://intranet.camara.gov.br/portalservidor/revista/MateriaExtra.asp?ideMateria={966FBC36-6C14-46B9-8C5D-9E4997D563D2}&ideEdicao={5BECC217-D99B-4FD3-8050-886F9A025615}> em 18/02/2005

à Visitação Institucional -, as visitas passaram a ser realizadas de forma planejada e atenta às necessidades do público. **"Com as visitas, o cidadão descobre o quanto a participação de cada um é importante para a construção do País. Assim, as pessoas conhecem mais a estrutura do Governo brasileiro e podem exercer melhor a sua cidadania. "Nós só temos a ganhar com tudo isso",** afirma a chefe do Serviço de Atendimento ao Público e Visitação Institucional, Maria Bernadete Albuquerque. **O crescimento é resultado também, entre outros motivos, da unificação dos projetos de visitação entre a Câmara e o Senado. (...) Os estrangeiros também estão entre os visitantes da Casa.** Em dezembro de 2004, a Câmara registrou a presença de quase 7 mil pessoas, sendo mais de 400 de outros países, na maioria chineses (194). Em seguida, os principais grupos foram os norte-americanos (25) e alemães (23). **O principal interesse é a arquitetura do Congresso Nacional.** No final do ano, também marcaram presença 284 visitantes de escolas públicas e 279 de particulares. Os dias com o maior número de visitas são geralmente os sábados e domingos. **"Geralmente, o maior foco de interesse de todos durante as visitas são os Plenários das duas Casas, o sistema de votações e o funcionamento da Câmara e do Senado",** explica Maria Bernadete. Um fato bastante comum entre os visitantes, de acordo com o Serviço de Atendimento ao Público e Visitação Institucional, é a **confusão entre o Palácio do Planalto e o Palácio do Congresso.** Alguns visitantes já chegaram a perguntar, por exemplo, **onde ficava o gabinete do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.** Um dos **projetos mais inovadores já criados na história da Câmara é o "Conheça a sua Casa".** (...) **O objetivo é incentivar cada vez mais pessoas a conhecerem o Poder Legislativo. "Casa de Todos os Brasileiros" também mantém um diálogo aberto com a população por outros instrumentos, como o 0800, o programa carta-resposta, a Ouvidoria e a Comissão de Participação Legislativa.** Os eventos de arte e cultura ficarão marcados para sempre na história da Casa. **O Gabinete de Arte é um espaço democrático dentro da Presidência da Câmara** que torna acessível a todos as mais belas manifestações da arte plástica brasileira. Já passaram pelo Gabinete quatro exposições desde a sua criação, em maio de 2004: Sala Paulista, Arte Baiana, Goiás Contemporâneo e Athos Bulcão. Nesta segunda-feira (14) inaugura a quinta mostra "Minas das Artes". O Gabinete da Arte está aberto à visitação de sexta a segunda-feira, das 9 às 17 horas. As visitas devem ser agendadas previamente na coordenação do Museu da Câmara, por meio dos telefones (61) 216-5880/5881. No local, há monitores à disposição do público com informações sobre as obras em exposição."⁷⁷

⁷⁷ Revista da Casa, nº. 28, de 14/02/2005

<http://intranet.camara.gov.br/portalservidor/revista/MateriaNormal.asp?ideMateria={E065D8D8-B63B-4E9B-979D-4F7543160E09}> em 18/02/2005

⁷⁸ Revista da Casa, nº. 39, de 24/08/2005

<http://intranet.camara.gov.br/portalservidor/revista/MateriaNormal.asp?ideMateria={E6FCAF33-6A49-47BC-819C-E3C2E36F7A46}> em 28/08/2005

⁷⁹ <http://www.colunistas.com/propaganda/prdf21ata2005.html#medalhaexterior> Em 02/06/2005

O informativo evoca os números, as características, os pormenores, enfim, o sucesso do programa de visitação que foi levado a cabo de maneira cont  nua e fecunda no ano de 2004. Pela primeira vez traz no corpo de seu texto a palavra cidadania, diretamente ligada ao fen  meno da visitação e ao conte  do da visitação. Evidenciando isso, h   exemplos da facilidade de acesso    Instituição. Do ponto de vista tur  stico, os maiores interesses recaem sobre a arquitetura do pr  dio, o sistema de votação e o cotidiano legislativo.    interessante notar que o interesse popular pelo processo legislativo contrasta com profundas confus  es sobre a separação de Poderes. Isso fica claro quando os visitantes do Pal  cio do Congresso Nacional perguntam sobre a localização do gabinete do Presidente da Rep  blica. No sentido de esclarecer a população, a “Casa de todos os brasileiros” tem t  mbem outros meios de interação al  m da visita presencial.

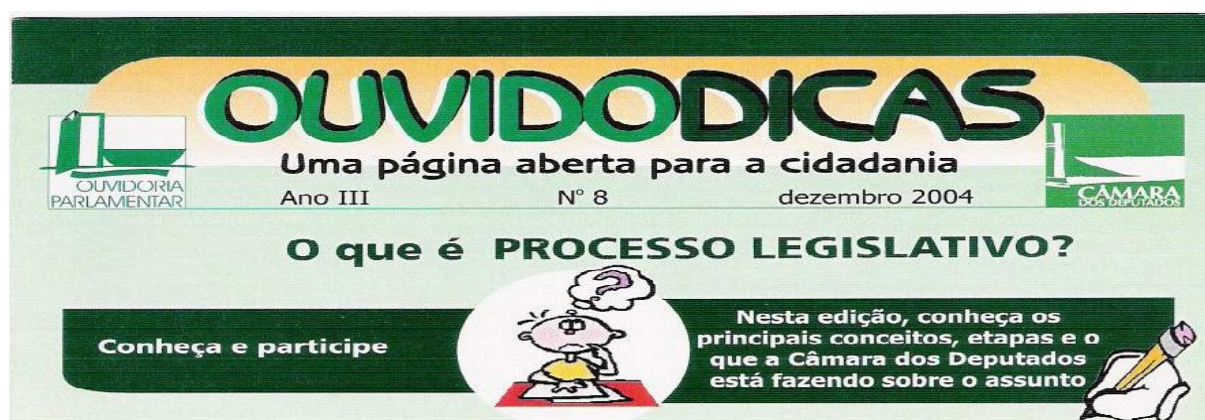


Figura 13 – Folder da Ouvidoria Parlamentar

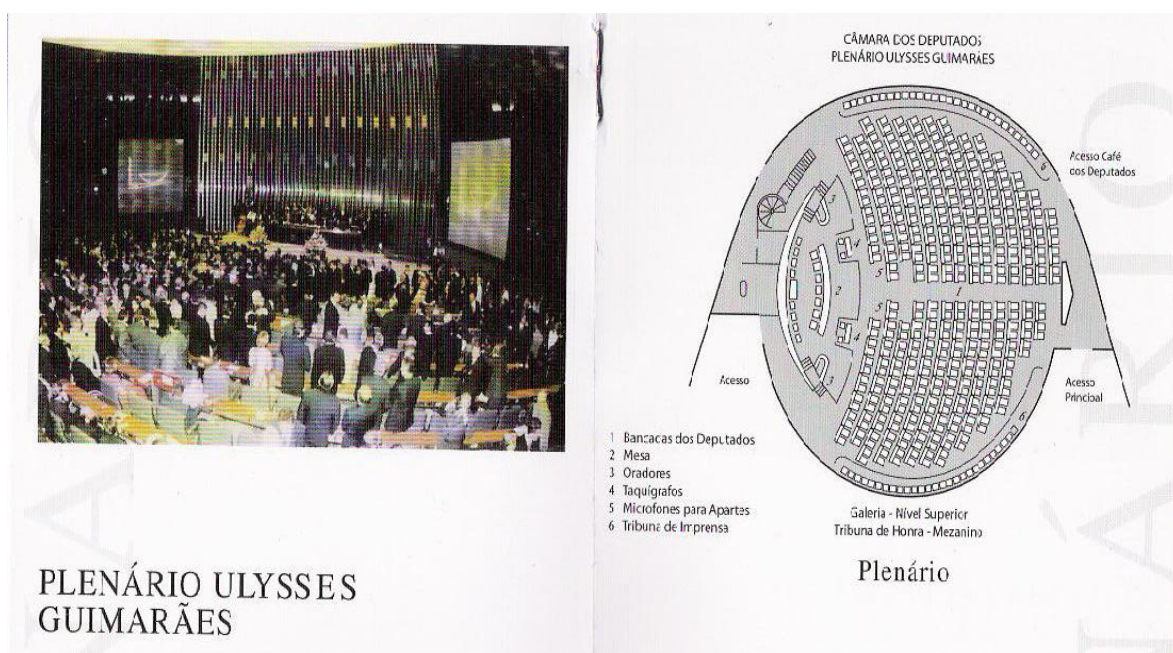


Figura 14 – Vistas do Plenário da CD

9. Em 24/08/2005, o título indica a contínua elevação do número de visitantes.

“Levantamento revela mais visitas em 2005”

“A cada ano, aumenta o número de visitantes à Câmara e ao Senado Federal. A Casa abre suas portas aos sábados, domingos e feriados para receber visitas de **cidadãos** interessados em conhecer sua estrutura interior, o funcionamento do Congresso e o acervo histórico, que reúne documentos e objetos até mesmo da época do Império. **Visitas em dias de sessões também podem ser agendadas.** Somente de janeiro a julho deste ano, 83.436 pessoas, vindas de todos os estados brasileiros e de vários países, já conheceram a Câmara e o Senado por meio do **programa “Visite o Congresso”**. O crescimento é resultado, entre outros motivos, do trabalho especial no atendimento ao público, realizado a partir da unificação dos projetos de visitação entre a Câmara e o Senado. As visitas conjuntas ocorrem desde abril de 2004, com o objetivo de oferecer ao cidadão uma visão integrada do Poder Legislativo, agregando valores positivos à imagem de ambas as instituições. O trabalho conjunto proporcionou um incremento de mais de 100% no número de visitantes em 2004 em relação ao mesmo período de 2003, quando cerca de 87 mil pessoas visitaram a Câmara. Para se ter uma idéia do crescimento no número, em 2004 foram mais de 136 mil visitantes. **O percurso da visitação ao Congresso Nacional** inicia-se no Salão Negro, onde os grupos são recebidos por monitores da Câmara e do Senado. Logo após, os visitantes são encaminhados ao Museu do Senado, localizado na extremidade esquerda do Salão. O setor responsável pelo monitoramento informa que o Museu

só pode ser visitado quando não há sessão no Senado. Em seguida, os visitantes conhecem os Plenários das duas Casas. Em dias de sessões, os visitantes são encaminhados às galerias. A próxima etapa compreende o Salão Azul do Senado, passando pelo Túnel do Tempo e indo até o Plenarinho (móveis do Plenário do Senado da época do Império). Volta-se pelo mesmo caminho, fazendo a passagem do Salão Azul para o Verde, onde são mostradas várias obras de arte e as maquetes do Congresso Nacional e da Praça dos Três Poderes. Além de conhecerem a parte física da Câmara e do Senado, os visitantes recebem, também, material impresso em português, inglês, francês e espanhol, que traz informações sobre a arquitetura do Palácio e do acervo artístico. O documento explica, ainda, os detalhes da elaboração das leis, bem como o trabalho dos parlamentares. Segundo Teresinha Passos, chefe da Seção de Visitação do Serviço de Atendimento ao Público e Visitação Institucional (Sapvi), **o que mais chama a atenção dos visitantes** é o teto do Plenário do Senado – feito de pastilhas de alumínio anodizado – e o fato de os visitantes saberem que quando estão nas galerias dos Plenários estão dentro das cúpulas côncava e convexa que adornam o teto do Edifício Principal do Congresso Nacional. Segundo Teresinha, **em quase todas as visitas surgem também histórias engraçadas**. Recentemente, revela, uma criança, ao avistar a foto de Ulysses Guimarães perguntou se era o Papa. E um rapaz quis saber quantos tijolos foram usados na construção do Congresso. A chefe do Sapvi, Bernadete Albuquerque, conta, também, que muitos visitantes procuram pelo Presidente da República no Congresso Nacional. Segundo ela, ainda há confusão entre os Poderes (Legislativo, Judiciário e Executivo). “É surpreendente”, revela Bernadete. A Câmara integra, desde 1996, **o programa Turismo Cívico-Cultural** em Brasília. Os visitantes são acompanhados por servidores treinados para apresentar o Poder Legislativo e seu funcionamento. Visitantes estrangeiros recebem atenção especial; as informações são transmitidas em inglês, francês e espanhol. Abrir as portas da Câmara é mais uma iniciativa do projeto de acesso à instituição criado pela Mesa Diretora no sentido de democratizar o acesso de qualquer cidadão às dependências da Casa e de aproximar o Legislativo dos seus diversos públicos.

“78

No texto listado fica evidente o deslocamento da denominação visitante substituída pela palavra cidadão. A Instituição deixa claro que a visita pode se dar mesmo durante o trabalho parlamentar em plenário. O nome do Programa agora é referido como “Visite o Congresso” e há no texto uma breve descrição da visita, que inclui os Plenários da Câmara e do Senado, o acervo artístico e os detalhes arquitetônicos. Segundo uma servidora, histórias engraçadas sobre a história do país vêm à tona. O texto informa claramente que os servidores são treinados para receber os visitantes e passar informações sobre o Poder Legislativo e seu funcionamento. Inclusive em outros idiomas.

Como se viu, a evolução do Programa de Visitação, demonstrada através dos informativos da própria Câmara, teve um impulso forte ao longo de 2004 com o lançamento de novas ações e aperfeiçoamento do escopo do programa. Na notícia acima relacionada do dia 22/12/2004 anunciava-se a campanha “Visite a Casa de todos os Brasileiros”. Essa campanha apoiava-se em variados suportes de mídia tais como: adesivos para carro, anúncios de rádio, mini-outdoors espalhados pela cidade de Brasília, entre outros.

Todo o planejamento de comunicação visual para essa campanha foi encomendado a uma agência de publicidade que - coroando o sucesso da campanha - veio a ser premiada no 21º Prêmio Colunistas Brasília na área Mídia Exterior, na categoria Institucional ou Corporativo, em julgamento no dia 30 de abril de 2005, com a campanha “Visite a Câmara”, da SMPB para a Câmara dos Deputados⁷⁹.

Para o analista sintonizado com a Análise do Discurso, textos/discursos constituem “unidades de significação” que podem ser breves ou longos. A partir de tal entendimento, as manchetes dos textos selecionados para esse estudo constituem também “unidades de significação” que corroboram um dos argumentos desta monografia, tal seja a de um conjunto de iniciativas adotadas pela Câmara dos Deputados que traduz uma preocupação ou interesse quanto a investir em programas dedicados aos visitantes, não por acaso com se viu, a partir de um momento identificado como cidadão.

Nesse sentido, a transcrição dos títulos/manchetes é eloquente e, portanto, desobriga-se de maiores comentários:

“A Câmara recebe mais de três mil visitantes no recesso (09/02/2004)”.

“Câmara recebe visitantes no feriado (02/09/2004)”.

“Câmara já faz parte do roteiro cívico (08/09/2004)”.

“Você conhece a sua Casa (25/10/2004)”.

“Câmara recebe mais de 2 mil pessoas no feriado (22/11/2004)”.

“Congresso registra mais de 120 mil visitantes (20/12/2004)”.

“Câmara lança campanha de incentivo à visitação (22/12/2004)”

“O Brasil conhece a Câmara (14/02/2005)”.

“Levantamento revela mais visitas em 2005 (24/08/2005)”.

3.3 A VISITA PLANEJADA

A visita ao Palácio do Congresso Nacional foi concebida, planejada, com certos propósitos e, para alcançá-los, um manual de visitação foi elaborado. Esse manual e o roteiro de visitação por ele proposto, são os objetos de estudo dessa seção. Mais além, apresenta-se uma confrontação entre o roteiro escrito e o que de fato é aproveitado dele na monitoria de uma visita à Instituição.

3.3.1 O Manual de Visitação Institucional

Fruto dos esforços profissionais dos servidores da Secretaria de Comunicação da Câmara dos Deputados, o incremento do número de visitantes às dependências da Casa tem origem em diversos fatores. Além da vontade política dos dirigentes da Instituição e da campanha de mídia empreendida, conforme anteriormente evidenciadas, é na relação direta com o cidadão-visitante que o programa de visitação tem seu teste fatal. Uma recepção acolhedora, planejada e que domine o conteúdo a ser apresentado são fatores que determinam a satisfação do visitante, bem como seu desejo de retornar ou indicar a amigos o roteiro de cidadania turística.

No sentido de assegurar não apenas eficiência mas também eficácia dos procedimentos, a Coordenação de Relações Públicas editou em 2004 um Manual de

Visitação Institucional⁸⁰ voltado à capacitação dos monitores envolvidos na visita guiada que a Instituição oferece. A diretora dessa Coordenação o apresenta da seguinte forma:

“Vejo o Manual de Visitação da Câmara dos Deputados como a fundamentação de um trabalho elaborado para o bom atendimento ao público e à prestação de informações claras e substanciadas sobre as atividades da Câmara dos Deputados, sua trajetória e sua importância para o País. A cada visita realizada, a cada colocação do monitor, a imagem desta Instituição é reafirmada para melhor. Este manual pretende ser um parâmetro para os que realizam as visitas guiadas, não tendo o propósito de limitar a criatividade ou engessar o estilo particular de cada um. É uma referência sobre o que há de mais importante para se dizer sobre a Câmara. Em sondagem de opinião, realizada pelo Serviço de Atendimento ao Público e Visitação Institucional no final de 2002, ficou claro que o visitante deseja apreciar a beleza arquitetônica do Congresso Nacional e seus salões; admirar o Plenário Ulysses Guimarães e fazer fotos; e quer também entender o processo legislativo, o funcionamento das comissões e o papel dos deputados federais. Cabe aos monitores informar aos visitantes, com presteza, a importância da Instituição, o seu papel na consolidação da democracia e, principalmente, lembrar aos cidadãos o quanto é importante o interesse deles sobre o Congresso Nacional, particularmente, sobre a Câmara dos Deputados – a sua Casa no Legislativo – pois, direta ou indiretamente as decisões tomadas neste Poder irão influenciar as suas vidas.”

Complementando essa apresentação, a Chefe do Serviço de Atendimento ao Público e Visitação Institucional – SAPVI, Maria Bernadete Albuquerque demonstra a seguir a filosofia e o objetivo da elaboração desse Manual de Visitação ⁸¹:

“O interesse do público brasileiro e estrangeiro pela Câmara dos Deputados é cada vez maior. Vai desde a curiosidade de conhecer as instalações e a arquitetura do Palácio do Congresso até a vontade de realmente entender a função dos deputados e as suas atribuições, passando pelos meios de comunicação da Casa e pelo processo legislativo. Foi exatamente pensando em atender a essas expectativas que o Serviço de Atendimento ao Público e Visitação Institucional, da Coordenação de Relações Públicas da Câmara dos Deputados, empenhou-se em confeccionar um manual de informações com o propósito de orientar e propiciar conteúdo aos monitores que acompanham diariamente, inclusive nos finais de semana e feriados, turistas e visitantes na Câmara. O objetivo deste manual é orientar e capacitar os monitores quanto ao modo e o local de iniciar a visitação, descrever os aspectos arquitetônicos

⁸⁰ Manual de Visitação Institucional, Câmara dos Deputados, 2004, pág. 07.

⁸¹ Idem, pág. 09.

do prédio, as obras de arte, a função dos espaços que constituem o roteiro da visita e discorrer sobre noções básicas do processo legislativo. Este manual foi elaborado em linguagem coloquial e os assuntos tratados de forma autônoma, de modo a permitir uma leitura independente. Assim, se o monitor precisar tirar alguma dúvida ou mesmo informar-se sobre o Plenário, suas funções e atribuições, ele somente precisará ler sobre essa área. Não perderá tempo tendo que ler todo o manual. Esse aspecto estimula a consulta e promove maior assimilação dos temas, o que dará aos monitores maior segurança e desenvoltura para prestar as mais variadas informações ao público. Enfim, o manual de visita da Câmara dos Deputados surge como uma referência, dando unidade à linguagem e ao conteúdo das informações apresentadas aos visitantes da Casa.”

3.3.2 O Roteiro para a Visita

O Manual de Visita Institucional apresenta detalhadamente em seu conteúdo um roteiro de visita com sugestões para a saudação inicial aos visitantes, apresentação do monitor e do que será a eles mostrado. Há a descrição no manual de todos os espaços, sua função e seu acervo artístico. Existe também fragmentos da história desses espaços. A visita começa no Salão Negro conforme informa o manual:

“Em dezembro de 1996, a Câmara dos Deputados integrou-se à política do turismo cívico em Brasília e abriu as suas portas à visita pública os finais de semana e feriados. O Salão Negro passa, então, a ser o acesso para o público visitante e o local onde tem início a visita à Câmara dos Deputados.”⁸²

O roteiro para a visita é descrito pelo Manual de Visita como segue:

Apresentação

“Bom dia a todos! Meu nome é ..., sou servidor da Câmara dos Deputados e vou guiá-los nessa visita. Vocês são muito bem-vindos. Façam quantas perguntas desejarem, assim a visita ficará muito mais interessante. Vocês estão conhecendo a sede do Poder Legislativo do Brasil – o Palácio do Congresso Nacional – que é composto pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal. A visita à Câmara dos Deputados compreende os seguintes espaços: Salão Nobre, Salão Negro, Salão Verde, Plenário Ulysses Guimarães e Gabinete de Arte da Presidência. A nossa visita terá a duração

⁸² Idem, pág. 12

de 40 minutos, aproximadamente. Havendo sessão plenária não será permitido filmar ou fotografar na galeria e no plenário.”⁸³

Salão Nobre

“Este espaço é reservado para que o presidente da Câmara, atualmente o deputado..., receba chefes de estado ou de governo em visita oficial ou de cortesia. Aqui podemos observar este painel intitulado Pasiphae – a mãe do Minotauro -, em vidro artesanal nas cores branco fosco transparente e marrom, com partes de cristais brancos, de 1977. Este trabalho é da artista plástica franco-brasileira Marianne Peretti, que atualmente vive em Olinda, Pernambuco. O painel em madeira azul escura, de 1977 (sem título) é de Athos Bulcão, o único dos artistas plásticos da equipe de Niemayer que vive em Brasília. Suas obras podem ser encontradas em diversos espaços públicos e até em algumas residências da cidade. Aqui em Brasília fica situada a Fundação Athos Bulcão. O mobiliário deste segundo ambiente – sofás e poltronas em couro preto e base verde -, é criação do escritório do arquiteto Oscar Niemayer. Neste primeiro ambiente podemos observar as famosas poltronas “Barcelona”, concebidas pelo arquiteto alemão Mies Van Der Rohe. Elas foram lançadas em 19229 na Feira de Barcelona, Espanha. (O modelo já caiu no domínio publico, mas estas foram projetadas, rigorosamente, dentro da concepção original, entre 1976 e 1977).⁸⁴

Salão Negro

“Estamos no Salão Negro do Congresso Nacional, que é uma área comum às duas Casas: Câmara dos Deputados e Senado Federal. O nome decorre da cor do piso: granito negro. Esta é a entrada solene do Congresso, utilizada por autoridades nacionais e estrangeiras em visita oficial e, pelo Presidente da República, por ocasião da posse presidencial. Com uma área de 600 metros quadrados e capacidade para 2 mil pessoas, o Salão Negro é utilizado para a realização de vários eventos, tais como missas, cultos ecumênicos, velório de parlamentares, exposições e manifestações políticas e culturais.”⁸⁵

Discurso do Presidente Juscelino Kubitschek

⁸³ Idem, pág. 11

⁸⁴ Idem, pág. 11 e 12

⁸⁵ Idem, pág. 12

“Nessa parede em mármore temos um trecho do discurso do Presidente Juscelino Kubitschek, em 1957, quando ele congratula-se com o Congresso Nacional na ocasião em que é fixada a data de transferência da Capital federal do Rio de Janeiro para Brasília. Lembrem-se que nesta data a capital já estava sendo construída. Brasília foi construída em menos de 4 anos e inaugurada em abril de 1960. OBS: Desde a época do Império no Brasil já se falava da necessidade de se transferir a Capital para o cento do País. Essa medida, estratégica do ponto de vista militar e econômico, além de proteger o centro do governo, traria também desenvolvimento pra o interior do País. Pesquisas indicam que José Bonifácio foi a pessoa sugeriu o nome “Brasília” para a capital durante a Assembléia Nacional Constituinte de 1823. Essa idéia veio a se concretizar no governo de Juscelino Kubitschek (31/01/56-31/01/61) que realizou um concurso nacional para a escolha do projeto da cidade. O arquiteto Lúcio Costa foi o vencedor do concurso, responsável, portanto, pelo plano urbanístico de Brasília. Oscar Niemayer é carioca e mora no Rio de Janeiro. Em Brasília, projetou a maioria dos prédios públicos tais como: o Palácio do Congresso, Palácio do Planalto, Palácio da Alvorada, Palácio do Itamaraty, entre outros. Brasília é reconhecida pela Unesco como patrimônio cultural da humanidade, desde 7 de setembro de 1987. É a única cidade da era moderna a ser reconhecida como tal. É tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan. Ao fundo, onde está o crucifixo, temos um painel de Athos Bulcão em mármore branco e granito negro, de 1960. A partir da lateral do salão, podemos observar que a idéia de profundidade das peças torna-se mais acentuada”.⁸⁶

Salão Verde

“É o salão que dá acesso ao Plenário Ulysses Guimarães, ao gabinete do presidente da Câmara e de algumas lideranças partidárias. É nesse salão que equipes jornalísticas entrevistam os deputados. Também nesse espaço pode-se notar um traço marcante do trabalho de Niemayer: uma a integração entre a arte e a arquitetura. Ele é o arquiteto que inseriu o maior número de obras de arte na arquitetura. Como exemplo dessa integração temos este painel de azulejos modulados azuis e brancos de Athos Bulcão, intitulado “Ventania”, de 1971. O painel de azulejos foi criado para dar solução estética à ampliação de 15 metros do Salão Verde que ocorreu no período do Parlamentarismo (7 de setembro de 1961 a 6 de janeiro de 1963). Antes havia um vidro no lugar deste painel. O salão era vazado, o que permitia a visão da Praça dos Três Poderes e do lado oposto, a da Esplanada dos Ministérios. É também de Athos Bulcão o painel, de 1976, em madeira laqueada verde-escuro. Este painel em vidro temperado cor bronze, intitulado “Araguaia”, de 1977, é da artista franco-brasileira Mariani Peretti. Aqui temos a escultura em bronze do artista plástico, ítalo-brasileiro, Alfredo Ceschiatti. Essa obra fez parte dos estudos desse artista para a confecção dos anjos do teto da Catedral Metropolitana de Brasília. As poltronas e bancos “Paris” em couro, e as mesas baixas de centro, com tampo de cristal, foram confeccionados entre

⁸⁶ Idem, pág.12 e 13.

1976 e 1977. O jardim interno é uma concepção do paisagista brasileiro Roberto Burle Marx e foi projetado com plantas da flora nacional. À nossa frente temos um quadro em óleo sobre tela de Di Cavalcanti, sem título, adquirido em 1960, e criado exclusivamente para o Salão Verde. Como vocês sabem, para a construção da cidade muitos trabalhadores da construção civil foram trazidos para os canteiros de obra da nova capital, a maioria vinda dos estados do nordeste brasileiro. Esses trabalhadores ficaram conhecidos como “Candangos”. E esta é uma homenagem de Di Cavalcanti a eles. Di Cavalcanti é modernista e um dos articuladores da Semana de Arte Moderna no Brasil, em 1922. Ele foi contemporâneo de Juscelino Kubitschek e Oscar Niemayer. Este espaço dispõe, também, de uma maquete onde podemos visualizar todo o conjunto arquitetônico do Congresso Nacional.⁸⁷



figura 15 – Salão Verde da CD

Maquete do Complexo da Câmara dos Deputados

“Está é a maquete do Palácio do Congresso Nacional – sede do Poder Legislativo desde 1960, quando a capital foi transferida do Rio de Janeiro para Brasília. O projeto do Congresso Nacional é uma obra do arquiteto Oscar Niemayer. As duas torres, de 28 andares, são os prédios mais altos da cidade e abrigam a parte administrativa do Legislativo e as fundações Ulysses Guimarães e Milton Campos. Niemayer ressaltou como as partes mais importantes desta obra, as estruturas côncava e convexa. A forma convexa é o plenário do Senado e a côncava é o plenário da Câmara. A disposição das cúpulas é apenas estética, afirma Niemayer. O plenário da Câmara é maior porque o número de deputados é superior ao número de senadores. São 513

⁸⁷ Idem, pág. 13 e 14

deputados federais. Ao lado, temos uma outra maquete onde podemos observar uma ampliação do projeto original de Niemayer. A alteração foi solicitada pelas Mesas da Câmara e do Senado, em 1992, quando então era presidente da Câmara o dep. Inocêncio Oliveira. Niemayer aproveitou esse interesse do Congresso Nacional e projetou as novas instalações para as Mesas das duas Casas à frente do Anexo I, com fachada de vidro voltada para a Praça dos Três Poderes, restaurando dessa forma, o contato visual que foi quebrado no projeto original por motivo da necessidade de se acomodar, na época do parlamentarismo (1966-1968), as lideranças dos partidos no edifício principal, próximo ao plenário. Anexo II. Neste anexo, funcionam as comissões permanentes, em número de 20 e as temporárias, como por exemplo: CPI's – comissões parlamentares de inquérito; comissões especiais e comissões externas. Além das comissões, no anexo II funcionam gabinetes de deputados, a Biblioteca da Câmara que pertence ao Centro de Documentação e Informação – órgão responsável pelo arquivo da memória da Instituição -, que possui um acervo de 400 mil títulos. Anexo III. No anexo III estão a Consultoria Legislativa; 83 gabinetes de deputados e o Departamento Médico. Anexo IV. Neste anexo estão 428 gabinetes dos deputados, com área de 36 metros quadrados. O anexo IV está ligado ao anexo II através de um túnel onde 6 esteiras e 2 escadas rolantes estão instaladas. Outro túnel, sob o eixo monumental, faz a ligação do anexo II com o Ed. Principal que por sua vez, está ligado ao anexo I por meio de um corredor comum à Câmara e ao Senado.⁸⁸



figura 16 – Palácio do Congresso Nacional e Anexos da Câmara dos Deputados

A Galeria dos Presidentes

⁸⁸ Idem, pág. 14 e 15.

“Esta galeria mostra os ex-presidentes da Câmara dos Deputados, a partir da Proclamação da República em 1889. Vale a pena lembrar que a Câmara dos Deputados surgiu em 1823, no Império, reinado de D. Pedro I.”⁸⁹

Plenário Ulysses Guimarães

“Nós estamos no plenário da Câmara dos Deputados, onde os assuntos são discutidos e votados. Assuntos esses que irão influenciar diretamente a vida de cada um de nós. As sessões do Congresso também são realizadas aqui, no plenário da Câmara (art. 3º do Regimento Comum CN). A Constituição Federal exige que em algumas situações as duas Casas reúnam-se em sessão conjunta para deliberar (Art. 57, 66 e 78 CF). Ex.: Inauguração da sessão legislativa, elaboração do regimento comum, deliberação sobre o veto presidencial, elaboração das leis financeiras e orçamentárias e por ocasião do compromisso prestado pelo presidente e vice-presidente da República. Neste local os deputados dispõem de 396 assentos, 401 pontos de votação e 51 lugares nas laterais. A Câmara dos Deputados tem 513 parlamentares eleitos como representantes do povo, nos Estados e no Distrito Federal. O Senado Federal representa os Estados, é composto por 81 senadores, eleitos em número de 3 por unidade da Federação. A votação, quando eletrônica, é feita por meio de leitura da impressão digital e da senha, o que faz o voto parlamentar ser pessoal e intransferível. Vale destacar que os pontos de votação podem ser utilizados por mais de um deputado, já que estes possuem códigos pessoais. O sistema eletrônico de votação é composto pelos dois painéis que ladeiam a grande mesa nas quais aparecem os nomes dos Estados e do Distrito Federal, de norte a sul, na ordem geográfica das capitais, bem como suas respectivas bancadas. (Art. 3º §3º do RI). Também por meio do painel é possível visualizar a presença dos deputados e o resultado das votações. O voto na maioria das vezes é aberto; em alguns casos, no entanto, a votação é secreta, tais como: escolha dos componentes da Mesa Diretora a cada 2 anos; suspensão da imunidade parlamentar, no caso de estado de sítio; perda de mandato do deputado (art. 188 §1º II e III RI) e deliberação sobre o veto presidencial (art. 66 §4º CF). A sessão em plenário é transmitida ao vivo para todo o Brasil, pela TV Câmara, por meio de TV a cabo, canal 14. O registro dos trabalhos aqui desenvolvidos também é feito por taquígrafos - à direita do presidente - e por taquígrafos revisores - à esquerda. Atrás da grande mesa há um painel em metal e placas esmaltadas em amarelo e verde, de autoria de Oscar Niemayer e Athos Bulcão. Na parte superior do plenário localiza-se a galeria que é o espaço destinado ao público que deseja assistir às sessões plenárias. Entre a galeria e o plenário há um mezanino reservado às autoridades convidadas e à imprensa nacional e estrangeira credenciada para cobrir os trabalhos da Câmara. Vamos então falar um pouco sobre o processo de elaboração das leis, ou seja, o processo legislativo. Vocês sabem que tem o poder de apresentar projetos de leis na Câmara? Qualquer membro ou comissão da Câmara dos Deputados, o

⁸⁹ Idem, pág. 15

Senado Federal, o presidente da República, o Supremo Tribunal Federal, o procurador-geral da República, os Tribunais Superiores e a sociedade civil (Art. 61 § 2º, art. 64 Caput CF e art. 105 § 1º RICD). Vou explicar em linhas gerais como as leis tramitam na Câmara: Inicialmente o deputado apresenta em plenário o projeto de lei que é datado, numerado, publicado no Diário da Câmara dos Deputados e despachado às comissões competentes para emissão de parecer. A distribuição às comissões é feita na seguinte ordem: comissões de mérito, Comissão de Finanças e Tributação, caso tenha implicação financeira e finalmente Comissão de Constituição e Justiça e de **Cidadania** (grifo nosso). Por exemplo: Um projeto que trate da estrutura de educação no País passará necessariamente pela Comissão de Educação e Cultura e pela CCJC. Em algumas situações, a matéria de lei poderá ser conclusiva nas comissões permanentes. Isso significa que será dispensada a apreciação geral do plenário e, se aprovada, será enviada direto par o Senado Federal. Essa tramitação acontece em casos previstos pelo Regimento da Câmara e, para isso, a matéria de lei deverá receber parecer favorável de todas as comissões de mérito pelas quais transitou. No entanto, poderá ir ao plenário caso haja recurso de pelo menos um décimo dos membros da Casa. As comissões de Constituição e Justiça e de Cidadania e a Comissão de Finanças e Tributação podem emitir pareceres terminativos, o que encerra a tramitação da matéria, rejeitando-a quando é considerada incompatível. Neste caso cabe recurso. A Casa revisora, ou seja, aquela que por último manifestar-se, ora a Câmara, ora o Senado Federal, poderá rejeitar o projeto, que será arquivado. Ou, ainda, aprová-lo com emenda. Nesse caso, somente a emenda será objeto de apreciação na Casa iniciadora. Salientamos que a maioria das iniciativas de lei, à exceção daquelas apresentadas pelos senadores, nasce na Câmara dos Deputados. Bem, pessoal, a primeira parte da visita encerra-se aqui. Espero que tenham gostado e voltem mais vezes, trazendo parentes e amigos. A visitação à Câmara é aberta ao público todos os dias da semana, conforme os horários que constam do folheto que vocês receberam. Muito obrigado e vamos agora ao Gabinete de Arte da Presidência, onde vocês terão a oportunidade de conhecer as suas instalações e algumas obras de arte expostas.

Essa longas transcrições parecem válidas para esse estudo por ilustrarem concretamente o conteúdo da visita e a forma como a instituição se preocupou em apresentá-las ao público. Em contraste, a seção seguinte traça uma comparação entre o que se viu acima e uma experiência presencial na visitação.

3.3.3 A Experiência Vivida

No recorte da “experiência pessoal” objetivou-se efetivar a contrastação entre a proposta do programa de visita disponibilizada nos manuais e as práticas adotadas. Tratou-se da intenção de colocar o próprio pesquisador, servidor da Câmara dos Deputados, “em situação”. Sem que se tenha tratado de perder de vista a necessária objetividade científica, tratou-se antes de pensar na esteira do “conhecimento objetivado”.

Em visita ao Palácio do Congresso Nacional no dia 18 de setembro de 2005 algumas impressões sobre a visita foram colhidas pelo autor nos dois diferentes grupos em que tomou parte. Passa-se então à descrição dessas duas sessões onde um pouco sobre a cidade, sobre a arquitetura, sobre o Palácio e sobre os elementos de cidadania vem à tona.

Domingo à tarde na Esplanada dos Ministérios quase não há movimentação de pessoas. O trânsito é livre e as facilidades de estacionamento imensas. Uma aglomeração de carros, pequena mas significativa, diante da entrada principal do Palácio do Congresso Nacional chama a atenção. O sol já em sentido oeste bate diretamente e ilumina o maior prédio de Brasília. As cores verde do gramado, azul do céu e branco das cúpulas côncava e convexa da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, respectivamente, chamam a atenção e formam com as linhas da arquitetura um conjunto belo que convida para uma fotografia. De fato, entre as pessoas que lá estão a companhia de uma máquina fotográfica é regra. Lá estão também o sorveteiro e o pipoqueiro. Esse tipo de comerciante só aparece onde há concentração significativa de pessoas.

Nota-se de cara, e a impressão vai aumentando à medida que aproximamos do prédio, a imponência do Palácio. Caminhar sobre a rampa de mármore branco que leva à entrada principal do Palácio, o salão Negro, é uma experiência ímpar. Ao mesmo tempo em que apreciamos a sua beleza, tem-se a sensação de que o acesso ao seu interior é inacessível às pessoas comuns. A sensação de poder (acessar) e do Poder (do Estado) é clara. Tão famoso na televisão por meio do constante noticiário político, adentrar o prédio do Congresso Nacional parece algo realmente especial. Um misto de beleza e surpresa.

Com a visitação às dependências da Câmara dos Deputados e do Senado Federal unidas em um só programa, é no lado esquerdo do salão Negro, o lado do Senado, que somos recebidos por servidores de ambas as Casas. Há um display perto da bancada de recepção onde um dia houve folheteria sobre as Instituições. Não havia nenhuma. Uma funcionária da Câmara informou que desde a posse do atual Presidente da Câmara, em fevereiro de 2005, houve corte de verbas para o programa de visitação. Ainda segundo essa servidora, no período de 2003 a 2004 havia material sobre a visitação em português e em língua estrangeira, cartões postais com imagens do Congresso com livre postagem para o território nacional e estrangeiro, um livro editado pela Câmara com contos de Machado de Assis voltado ao público infanto-juvenil e um folheto explicativo sobre a Câmara e alguns de seus órgãos de maior interação com o cidadão, como a ouvidoria da Câmara e o Espaço Cultural.

É necessário ao visitante aguardar pela formação de grupos para iniciar a visita guiada. Normalmente há grupos de 30 em 30 minutos. A formação desses grupos é aleatória e pode juntar pessoas com interesses bem distintos. Não há um limite máximo ou mínimo de pessoas para esses grupos, o que pode prejudicar sensivelmente a qualidade da experiência. O monitor junta as pessoas ainda no salão Negro, apresenta-se, fala sobre o salão Negro e explica sobre como será a visita conforme o está disposto no Manual de Visitação Institucional.

No primeiro grupo estavam 23 pessoas. Doze brasileiros de diferentes estados, Distrito Federal inclusive, e onze chineses. Conforme os monitores, essa nacionalidade tem sido a mais assídua às visitas ao Congresso Nacional, recebendo inclusive a oportunidade de ter um roteiro diferenciado dos demais. Apesar do programa de visitação contar com servidores bilíngües, os estrangeiros só poderão contar com essa facilidade caso sejam maioria nos grupos ou tenham agendado previamente a visitação. Caso contrário, ouvirão as explicações em bom português.

A visitação começa pelo Senado Federal. Inicialmente mostra a separação física que entre essa Instituição e a Câmara dos Deputados ao apontar a diferença de cores, azul para o Senado e verde para a Câmara, entre os tapetes do prédio principal das duas Casas, aquele que sustenta as cúpulas. O Senado ocupa uma

área menor desse prédio e, por isso, tem muito próximos o gabinete da Presidência do Senado, das duas Vice-Presidências, da Secretaria Geral da Mesa e do Plenário.

Ao entrar no Plenário, os visitantes são convidados a sentarem-se em poltronas laterais - estas reservadas à imprensa credenciada, outras do outro lado reservadas a tribuna de honra - fora daquelas reservadas aos Senadores. Elas são individualizadas e somente seu proprietário pode ali se sentar. O monitor falou sobre a disposição das bancadas em curva em relação à mesa para garantir a eqüidistância dos parlamentares à mesa diretora, a forma de composição dessa e forma alfabética por estado de dispor os Senadores em suas poltronas. Enfatizou que o Senado representa os estados da Federação, que o mandato dos Senadores é de 8 anos e que eles se renovam na proporção de um terço e dois terços a cada eleição. Apontou para as galerias sobre o Plenário informando de qualquer cidadão pode vir ao Congresso assistir a uma sessão do Senado exigidas apenas uma vestimenta mais formal, como calças compridas e camisa de manga. Na verdade, o monitor enfatizou isso e relacionou tal visita ao exercício de cidadania, manifestando sua opinião acerca do nosso sistema político. No Plenário do Senado chama a atenção as câmeras de TV estrategicamente posicionadas para captar os oradores e as bancadas privativas dos Senadores equipadas com *laptops*, microfones individuais e sistema de votação eletrônica sem a necessidade de reconhecimento digital do votante. Como homenagem aos 40 anos de mandato ininterrupto de Rui Barbosa há um busto dele no alto logo atrás da Mesa Diretora e logo acima de um crucifixo que remete a fé católica. O monitor informa que apesar de não mais haver religião oficial no país, o crucifixo está lá por uma questão de respeito.

Do Plenário passa-se à Praça das Bandeiras onde estão a bandeira nacional ao centro e as 27 outras dos estados próximas ao centro por ordem de antiguidade na criação do estado. As mais antigas são da Bahia, Rio de Janeiro, Maranhão, Minas e São Paulo. Dessa praça, chega-se ao Túnel do Tempo, representação iconográfica da história do Senado, de suas figuras mais ilustres em forma de bustos e da própria história do Brasil. Ao final do túnel chega-se aos gabinetes dos Senadores e ao corredor das comissões temáticas que auxiliam o trabalho de plenário, comissões de inquérito inclusive. O monitor detém-se aqui para explicar a razão de ser das comissões, um pouco sobre o processo de tramitação das leis e

para falar sobre o sorteio dos gabinetes dos Senadores quando do início de seus mandatos. O artista Burle Marx vem à tona quando se fala dos jardins que ornamentam essa área do Senado. Mais à frente chega-se ao Plenarinho, móveis de época que remontam à história. O Senado é uma instituição que nasceu ainda sob o regime do Império e, naquela época, cumpria função apenas de ratificar as decisões do Imperador, que escolhia os Senadores para mandatos vitalícios. Por mais de 40 anos o Plenário do Senado não dispôs de mesas ou cadeiras, os Senadores ficavam de pé. Aqueles móveis que lá estão expostos no Plenarinho são os primeiros, remanescentes daquela época e produzidos por presidiários como forma de atenuação de suas penas, o primeiro caso desse tipo na história do Brasil, segundo informação do monitor.

Há então o convite para passar-se à Câmara. Troca-se o tapete azul para o verde e as explicações agora tem duas grandes maquetes como suporte para entendimento. Na primeira, a maior, está todo o complexo de prédios da Câmara e do Senado. Na segunda, está o projeto que Oscar Niemayer desenhou para resgatar um desejo da época da construção de Brasília que ficou desfigurado. Na concepção original o salão Verde, onde agora nos encontramos, era vazado e podia-se observar a Praça dos Três Poderes. Simbolicamente, isso representava uma atribuição do Congresso Nacional, fiscalizar os atos do Poder Executivo. Dada à falta de espaço do prédio principal e a necessidade de se ter gabinetes das lideranças partidárias quando do período de parlamentarismo no Brasil, logo após o término de mandato de Juscelino Kubitschek, foi encomendado a Niemayer a expansão do prédio. Os 15 metros laterais a mais na estrutura foram bem disfarçados com um belo painel de azulejos de Athos Bulcão mas ofuscaram a concepção original do arquiteto. Na maquete, Niemayer resgata o desejo de que os 3 Poderes se encontrem de frente na praça homônima.

A visita agora trata sobre arte no salão Verde. Além do já citado painel há outras obras de Athos Bulcão, o único artista da época da construção da cidade que ainda a habita. De Mariani Peretti há um vitral, foi ela quem desenhou os vitrais da Catedral de Brasília. De Ceschiatti há um anjo em bronze que foi um dos estudos para a feitura dos anjos que flutuam dentro da Catedral. Há cadeiras de vários artistas, Niemayer inclusive. Há uma grande tela de Di Cavalcanti em homenagem

aos candangos, aqueles sobretudo nordestinos que vieram para a construção de Brasília.

Adentra-se o Plenário da Câmara dos Deputados. Diferentemente do Plenário do Senado, somos convidados a nos sentarmos nas poltronas dos deputados. Agora sim a sensação de Casa do Povo vem à tona. A Câmara dos Deputados representa o povo brasileiro e o número de representantes por estado é compreendido entre 8 e 70 parlamentares de acordo com uma razão entre as populações dos estados. O Distrito Federal tem apenas oito deputados enquanto São Paulo, o estado mais populoso, conta com setenta. O total geral é de 513 deputados e seus mandatos são de 4 anos, todos renovados ao mesmo tempo. Cada um deles mesmo que cassado ou que venha a renunciar a seu mandato tem um suplente que assume imediatamente, mantendo o número total.

Aqui o monitor aborda o sistema de votação proporcional para Câmara e majoritário para o Senado. Explica sobre a forma de representação bicameral do Legislativo Nacional onde quando uma Casa inicia uma lei a outra é a Casa revisora. Normalmente, os projetos de lei começam pela Câmara. O monitor usa essa explicação sobre o bicameralismo para dizer que uma lei para ser aprovada tem de ser boa para o povo e para os estados, tocando novamente na questão da representação de cada Casa.

Assunto dessa época, perguntas sobre cassação de mandatos, conselho de ética, Roberto Jéferson, restaurante Fiorella do anexo 4 vêm à tona. Diante das bancadas de votação alguém repara que há um sistema de votação cuja senha de acesso é a impressão digital do parlamentar. O monitor informa da dificuldade de se controlar 513 deputados e da necessidade de se garantir a autenticidade de cada voto, dizendo já ter havido casos de deputados votando por outros. Aqui no Plenário da Câmara também há o mesmo crucifixo adornando a parede atrás da Mesa Diretora e a explicação é a mesma em relação ao Senado. Diferentemente do Senado é o fato de não haver lugares marcados, exceto para os líderes de partidos, e de não haver cadeiras em número suficiente para todos os deputados. Explica o monitor que além da falta de espaço físico está a própria natureza dos trabalhos da Câmara, onde os deputados tendem a ficar menos no Plenário enquanto dedicam-se

a outras atividades parlamentares. No Plenário da Câmara também há galerias e o acesso do cidadão a elas é tão livre como no Senado.

A visita encerra-se aqui com o monitor abrindo espaço para perguntas e convidando a todos que voltem sempre ao Congresso. Ficam todos à vontade para circular, tirar fotos e permanecer nos espaços abertos à visitação. É importante lembrar que durante o final de semana ou feriados a visitação sofre menos restrições em termos de vestimentas e locais de acesso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta monografia, estruturada em 3 capítulos, apresentou no primeiro breve cenarização do fenômeno turístico no Brasil, no recorte temporal do tempo presente. Os objetivos da pesquisa sugeriram um olhar sobre as metas ambiciosas de expansão do setor, previstas no Plano Nacional de Turismo do Ministério do Turismo. Alinhadas a essas premissas, apresentou-se a cidade de Brasília como um produto turístico que é um marco na História do Brasil, dotado de características turísticas únicas capazes de atrair visitantes tanto brasileiros como estrangeiros.

A seguir, no capítulo II, lançou-se as bases do que se entende por Turismo Cidadão, aquele que objetiva permitir ao indivíduo, via visitação turística a instituições monumentos em Brasília, a sua inclusão no sistema de representação democrática tornando-o mais ativo e capaz de exercer sua cidadania. Para isso, foram explorados os conceitos de cidadania, identidade, diferença e patrimônio cultural.

Chegou-se então, no capítulo III, ao foco de interesse da monografia que é conhecer a experiência da visitação turística ao Palácio do Congresso Nacional desenvolvida pela Câmara dos Deputados, fruto de uma necessidade de identificação da Instituição para com a sociedade e do desejo de dar transparência às suas ações.

Revelou-se no decorrer do estudo que a opção por um viés de práticas cidadãs para enriquecer o conteúdo da visita foi uma das responsáveis pelo significativo aumento na visitação do Palácio. Outra razão de destaque, implícita no exame das notícias internas da Câmara acerca da evolução do programa, é a existência no período de 2003 a 2004 (em cujo biênio a Presidência da Casa foi exercida pelo Deputado João Paulo Cunha) de grande vontade política nesse sentido.

Desde a filosofia de integração nacional por detrás da construção da nova capital, passando pela elaboração de uma Constituição Cidadã em 1988 e desaguando num bem sucedido programa de visitação ao Poder Legislativo que fomenta a cidadania, tudo leva a crer que uma das grande forças do turismo de Brasília reside na possibilidade de oferecer ao cidadão brasileiro a chance de ele se apropriar do seu direito   cidadania através da visita às instituições-monumento que a cidade abriga.   o que se entende por turismo cidadão.

Observando, por exemplo, a experiência da Câmara dos Deputados, nota-se que o turismo cidadão além de realizável, torna a visita o dos monumentos mais demandada. O turista parece interessar-se mais por belos monumentos que possuam “alma”.

Assim, para a dinamiza o da política pública de turismo em Brasília, a principal sugestão que adv m dessa monografia   a troca da nomenclatura “turismo cívico” pelo renovadora “turismo cidadão”, tendo como base a experiência da Câmara dos Deputados. Não se trata de mera tipologia. Enquanto aquela (turismo cívico) pode conter um ranço da época do regime de exce o das liberdades e a o por obriga o, esta (turismo cidadão), ao contrário, está indelevelmente impregnada de liberdade. A liberdade de tomar parte efetiva nas decisões do destino da na o. Nessa linha, uma maior articula o entre o Governo do Distrito Federal e seus órgãos de turismo com a Câmara dos Deputados poderia criar um forte projeto piloto no estabelecimento dessa nova fei o do turismo candango.

Portanto, não basta tentar atrair a aten o dos visitantes brasileiros aos encantos da “Brasília Turística”, considerando-se apenas sua inigualável arquitetura, seus equipamentos turísticos modernos (hotelaria, centro de conven es, aeroporto, serviços em geral), a natureza e o misticismo intr secos   cidade e seu entorno. A vanguarda, o grande diferencial a ser apresentado aos visitantes   esse viés da representa o política, onde cada uma das Institui es monumentais da cidade tem uma contribui o a dar na constru o da identidade e da cidadania do povo brasileiro.

Outra sugestão apresentada em relação ao fortalecimento do turismo em Brasília é a defesa intransigente da preservação de seu conjunto arquitetônico e urbanístico, que fazem da cidade um tipo único de Patrimônio Cultural da Humanidade. Se a princípio esse título não goza de grande prestígio internamente, para o turista internacional esse é um selo de relevo que joga luz na cidade e cria expectativa no turista que vem de fora. Talvez, uma forma eficaz de noticiar e caminhar no sentido da preservação desse patrimônio seria a criação de uma mostra bienal de arquitetura com alcance internacional. Além de movimentar a cidade com sua presença, esse tipo de turista é formador de opinião e capaz de criar em seus pares no exterior interesse não só pelo Brasil mas por Brasília também.

Voltando agora a atenção para o Programa de Visitação em relação à própria Câmara dos Deputados, sugere-se que este Programa seja institucionalizado pela Câmara dos Deputados via instrumento de legislação interna. Ademais, sugere-se o envolvimento de um maior número de servidores com o Programa e a contínua expansão de seu horário de funcionamento.

Institucionalizado pela Câmara, o Programa de Visitação ficaria preservado dos interesses políticos do momento, o que pode gerar cortes de verba, falta de pessoal capacitado, ausência de publicidade ou descrédito no Programa. Em todos os casos, prejudica-se não apenas uma importante destinação turística de Brasília, mas todo um processo de amadurecimento político do eleitor cidadão, aquele que é capaz de identificar quem de fato pode representar seus interesses no parlamento. Essa é a grande jóia do Programa a ser preservada pela Câmara dos Deputados.

Em um país tão desigual onde a miséria e a falta de educação imperam, há um hiato quase infinito entre um parlamentar e um mero eleitor. Frustrado com seus representantes eleitos, envolvidos em atos desabonadores retratados pela mídia, esse cidadão ganha nossa esperança no processo democrático quando numa visita guiada às dependências da Câmara dos Deputados tem lições de cidadania, de participação popular e, de fato, começa a entender o processo legislativo, fora da encenação do noticiário televisivo.

Sentados nas cadeiras dos Deputados dentro do Plenário da Câmara, como na visitação é possível, os visitantes têm a sensação do distanciamento para com seus representantes diminuída. Isso é palpável e salutar. A visitação, portanto, pode ser entendida como formadora de multiplicadores que ao retornarem a seus estados vão levar a mensagem da responsabilidade política que carregam todos os eleitores quanto à qualidade dos parlamentares.

Finalizando, entende-se que a associação de Brasília com seus monumentos-instituições dentro dessa perspectiva de turismo cidadão é um promissor caminho a ser seguido rumo ao desenvolvimento e à consolidação de Brasília como cidade com apelo turístico. Essa associação traduz o sentimento de pertença. Ou seja, o sentimento positivo do brasiliense e dos demais brasileiros em relação a sua capital. Somente assim, sendo boa para que nela vive que a cidade alcançará prestígio turístico nacional e internacional. Viva Brasília!

BIBLIOGRAFIA

PERIÓDICOS

Anuário Voz de Brasília, ano IX, n.º 09, Ed. Especial.

Jornal da Câmara, ed. Especial, maio de 2004.

Nossa História, ano 2, n.º 23, setembro de 2005.

Revista Fecomércio, ano XI, n.º 102, agosto de 2005.

Revista Plenarium, Câmara dos Deputados, ano I, nº1, novembro de 2004.

LIVROS

CÂMARA DOS DEPUTADOS, Arte e Arquitetura na Câmara dos Deputados, 2005.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, Manual de Visitação Institucional, CD, 2ªed., outubro de 2004.

Da Silva, Paulo N. Nogueira, Elementos de Direito Público, 1999, Ed. Forense, RJ

FARHAT, Said, Dicionário Parlamentar e Político – o processo político e legislativo no Brasil, Ed. Fundação Peirópolis, 1996.

FERREIRA, Marieta de Moraes, (org.) – Entre-vistas: abordagem e usos da História Oral, FGV, RJ, 1994.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: DP&A Ed.1997

LONELY PLANET BRAZIL, 6ª ed., janeiro de 2005.

MALAVAZI, Ademir, Manual de redação: Secretaria de Comunicação Social, Câmara dos Deputados, 2004.

MARTINS, I., Iokoi, Z. e de Sá, R. (orgs.), História e cidadania, Humanita Publicações, IFFLCH-SP, ANPUH, 1998, 2.vol.

MARTINS, J.C.O (org) Turismo, cultura e identidade, São Paulo, Rocca, 2003.

OLIVEIRA, Paulo A. M. de, O Congresso em meio século, Câmara dos Deputados, 1ª ed. 2005.

SAN MIGUEL, P.L. apud Negrão de Mello, T. (Santa Maria, Pinta e Nina: a redescoberta dos Caribes em espaços discursivos brasileiros) in Cenários Caribenhos / Jaime de Almeida et al: Paralelo 15, 2003.

SARAIVA, J e CERVO, A (orgs) - O crescimento das relações internacionais no Brasil, Brasília, IBRI, 2005, Apud in de Mello, M.T. Negrão: Turismo e indústria cultural no Brasil.

YÁZIGI, E. et al (org) Turismo, espaço, paisagem e cultura, 2ªed. São Paulo, Hucitec, 1999.



figura 1 – Anexo I e cúpula da Câmara dos Deputados

que tem o objetivo de fazer o turista descobrir o Brasil – e incentivá-lo a retornar ao País – visitando grandes ícones (destinos mais conhecidos).”⁹

O segmento cultura é um dos destaques do Plano Aquarela que apresenta a Marca Brasil como um símbolo dentro de uma estratégia promocional para o turismo brasileiro no exterior. Sobre ela vê-se que:

“Primeiro resultado direto do Plano Aquarela, a Marca Brasil passa a representar a imagem do turismo brasileiro e dos principais atributos de exportação do País no exterior. O símbolo está sendo incorporado a todo o programa de promoção, divulgação e apoio à comercialização dos produtos, serviços e destinos turísticos brasileiros no mercado internacional. Multicolorida e sinuosa, a Marca Brasil foi criada tendo como base os indicadores das três pesquisas para formatação do Plano Aquarela. O novo símbolo é assim como as pesquisas apontaram que o estrangeiro enxerga o Brasil: multicolorido. O verde é associado às florestas; o azul ao céu e às águas; o amarelo ao sol e à luminosidade; o vermelho e o laranja às festas populares; e o branco às manifestações religiosas e à paz. A Marca Brasil foi construída tendo como referência pontos como alegria, sinuosidade, luminosidade e modernidade.”



figura 2 – Marca Brasil

Logo após a criação do Ministério, o passo primordial foi a elaboração do Plano Nacional de Turismo - PNT para o quadriênio 2003-2007, lançado em 29 de abril de 2003. Dentro dessa nova realidade estrutural, o Ministério tem a atribuição de articular o processo de integração dos mais diversos segmentos do setor turístico. O PNT é o norte dessa missão.

⁹ Plano Aquarela, in http://institucional.turismo.gov.br/mintur/arquivos/Marca%20Brasil_arquivos/conceito.pdf
Pág. 1 e 2, em 21/09/2005



figura 3 – Vista da Torre de TV

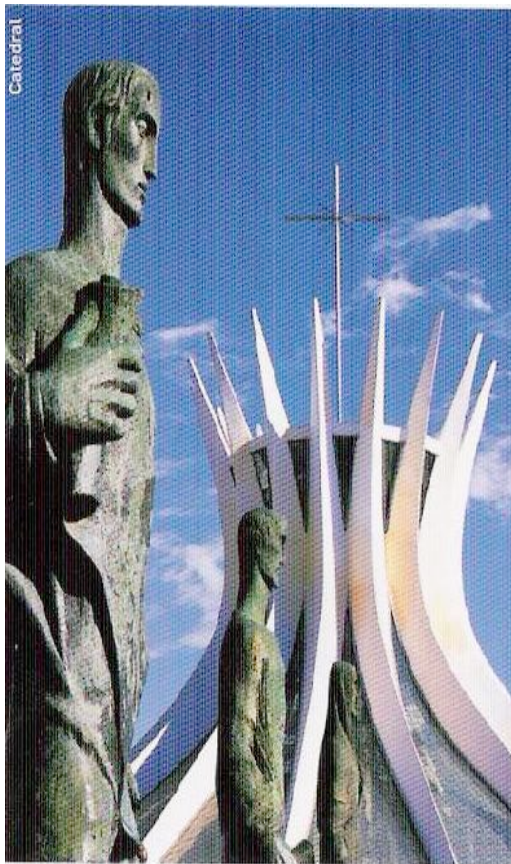


figura 4 – Catedral

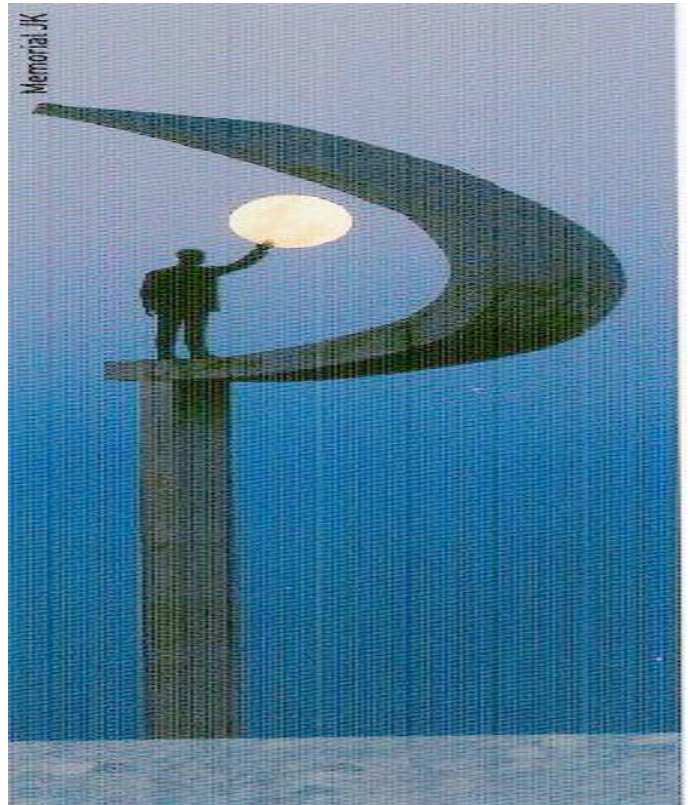


figura 5 – Memorial JK

do comício, Juscelino pregara o respeito à Constituição e às leis. Ao final do discurso, foi permitido aos que assistiam ao comício que perguntassem algo, se quisessem. Antônio Soares Neto, o Toniquinho, perguntou a Juscelino se ele - que tanto pregava o respeito à Constituição - mudaria, se eleito, a capital para o Planalto, conforme a Constituição determinava. Juscelino prometeu então mudar a capital.”

Tais fatos são também relatados pela graduada em História pela Universidade de Brasília, doutora pela USP, Vânia Maria Losada Moreira¹⁵, de maneira mais completa com um sabor político e descritivo do período histórico dos anos do governo JK (1956-1960), como se vê:

“O momento era de confiança e a inovação estava na pauta do dia: Cinema Novo, Bossa Nova e Brasília, a nova Capital. Inicialmente, ninguém levou muito a sério a tal promessa presidencial de tirar a capital do Rio de Janeiro, um grande e movimentado centro urbano, e implanta-la no Planalto Central, no chamado “Retângulo Cruis”. A área já havia sido demarcada pela Comissão Exploradora do Planalto Central (1892-1894).”



figura 6 – Pedra Fundamental de Brasília

¹⁵ Brasília: a construção da nacionalidade. Um meio para muitos fins. Vitória: Edufes, 1998, apud Revista Nossa História, ano 2, nº23 de setembro de 2005, pág. 26.

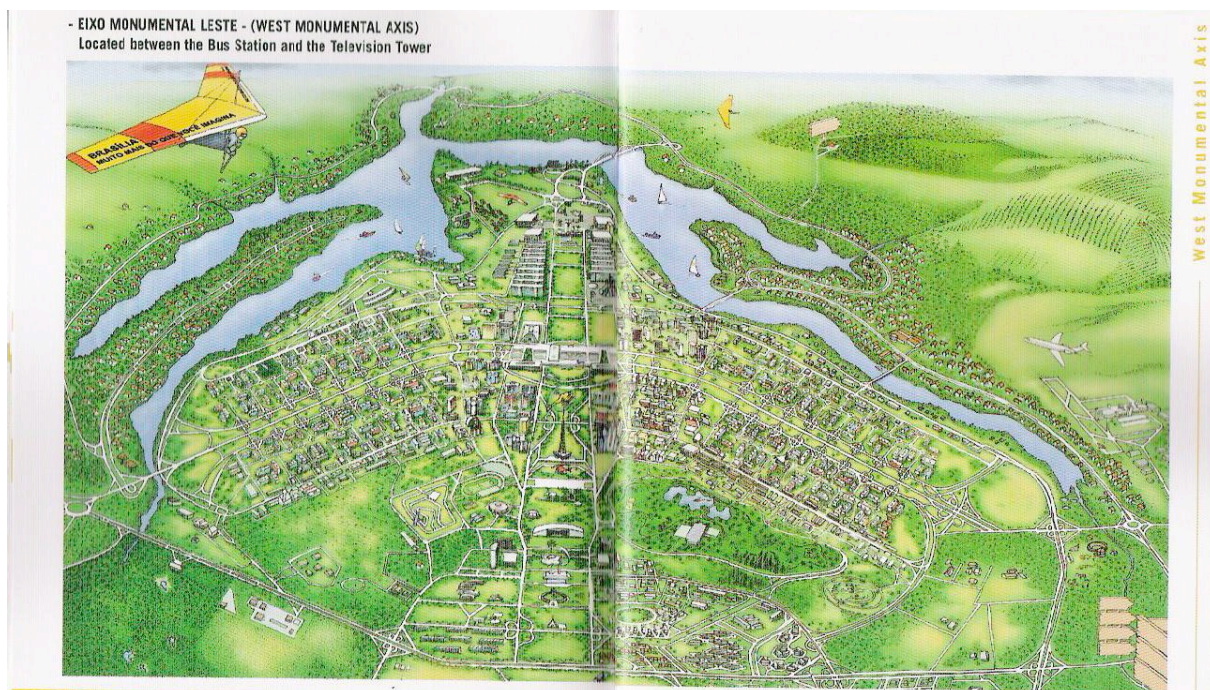


figura 7 – Mapa de Brasília



figura 8 – Superquadras Residenciais

No livro Arte e Arquitetura na Casa de Todos os Brasileiros²⁴ a condição de Brasília de monumento arquitetônico, obra de arte fruto do gênio criativo humano transparece pelo estudo de um de seus maiores símbolos: o Palácio do Congresso Nacional.



figura 9 – Palácio do Congresso Nacional

É sobre esse Palácio e sobre a Instituição que ele abriga o tema dessa monografia. Sobre o Palácio há o interesse turístico inicial pela obra prima que é esse monumento. Será ele usado, a partir daqui, para exemplificar a unicidade cultural de Brasília pela sua arquitetura. Sobre a Instituição - o Poder Legislativo, mais especificamente a Câmara dos Deputados – há o crescente interesse da sociedade acerca de suas atividades baseado em um elemento fundamental: a cidadania.

Nesse caso de estudo, os objetos Palácio e Cidadania atuam em sinergia resultando como consequência de sua união um incremento turístico significativo numa cidade que tem como uma de suas forças o turismo cívico-arquitetônico.

²⁴ Arte e Arquitetura na Câmara dos Deputados – Brasília, Câmara dos Deputados, 2005

Monumental como deveria ser. Depois, a cidade cresceu. Os prédios dos Ministérios se multiplicaram muito, o que pesou sobre a cidade.”

Uma vez que a cidade cresceu, como apontou Niemayer, e encontra-se atualmente com 45 anos, o item a seguir abandona o contexto histórico da construção da cidade e trata um pouco sobre o retrato atual da capital federal.

1.3.5 Brasília Hoje

Brasília, cidade com potencial turístico, conta com alguns vieses atualmente. Vieses positivos no sentido da expansão dos equipamentos turísticos e da qualidade de vida são apresentados por seu governador, Joaquim Roriz:²⁹

“Nos últimos 6 anos, tenho procurado trabalhar com o objetivo de melhorar ainda mais a qualidade de vida dos brasilienses. Não poupei esforços – e da minha equipe – para dar aos dois milhões de brasilienses o que há de melhor no país: a melhor escola, o melhor hospital, a melhor estrada. Acredito estar conseguindo, porque hoje nós temos o maior Índice de Qualidade de Vida (IDH) do Brasil (...). Depois da Ponte JK – a mais bela do planeta – vamos concluir algumas obras que vão marcar a história do Distrito Federal. O novo Centro de Convenções, a Biblioteca e o Museu Nacional (...) serão referenciais nacionais e estão à altura da grandeza de Brasília. O Centro de Convenções será um dos três maiores do Brasil, com 7.500 lugares e um espaço cinco vezes maior do que o antigo centro. Com ele, Brasília sediará novamente os grandes encontros internacionais e nacionais, gerando milhares de empregos. A Biblioteca e o Museu Nacional concluem a arquitetura da Esplanada dos Ministérios, um antigo desejo do nosso maior arquiteto, o genial Oscar Niemayer. Com eles, traremos mais história, arte e cultura para Brasília.”

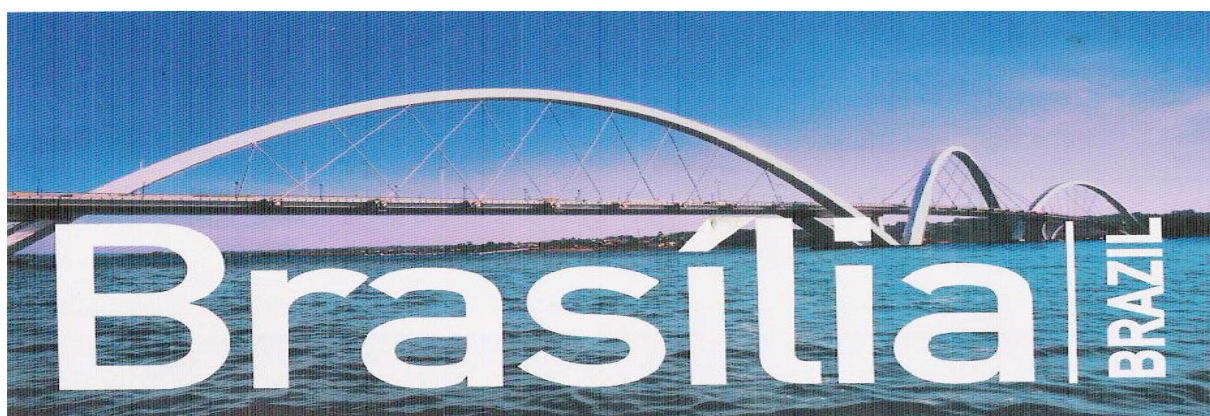


figura 10 – Ponte JK

²⁹ Anuário Voz de Brasília, ano IX, n.º 09, pág. 32.

2. Em 02/09/2004, a chamada foi:

“Câmara recebe visitantes no feriado”

“A Câmara **vai abrir as portas para visita**ção no feriado de **7 de setembro** (Dia da Independência) e convida todos os funcionários, inclusive os terceirizados, a trazerem os amigos e familiares para conhecerem a Casa. O projeto faz parte do **Programa de Apoio ao Turista** da Coordenação de Relações Públicas/Secom, que existe desde 1996. Os visitantes seguem um roteiro que passa pelos principais **pontos turísticos da Câmara** e conhecem um pouco da **história do Congresso Nacional**. O horário de visitação no sábado, domingo, segunda e terça-feira é das 9 às 17h30. Quem visitar a Câmara nesse período vai receber, juntamente com o material de apoio, **o novo cartão-postal da Casa em homenagem à Independência do Brasil**. Ele pode ser endereçado para qualquer lugar do Brasil e do mundo gratuitamente. **A distribuição de postais é feita desde dezembro de 2003**”.⁷¹



figura 11 – Cartão Postal Institucional

⁷¹ Idem, de 02/09/2004

<http://intranet.camara.gov.br/portalservidor/revista/MateriaExtra.asp?ideMateria={7A22A046-C77A-4F2D-80C8-B1766344678F}&ideEdicao={5BECC217-D99B-4FD3-8050-886F9A025615}> em 18/02/2005

A visitação é referida não mais à Câmara e sim ao Palácio do Congresso Nacional. Este é elevado pelo texto ao status de símbolo nacional e recorre-se até mesmo ao seu criador, Oscar Niemayer, para evidenciar os atributos turísticos do prédio. O casamento entre turismo e cidadania na visitação ao Palácio do Congresso Nacional torna-se então irrefutável. O horário de visitação aos finais de semana foi alongado de 13h30 para as 17h.

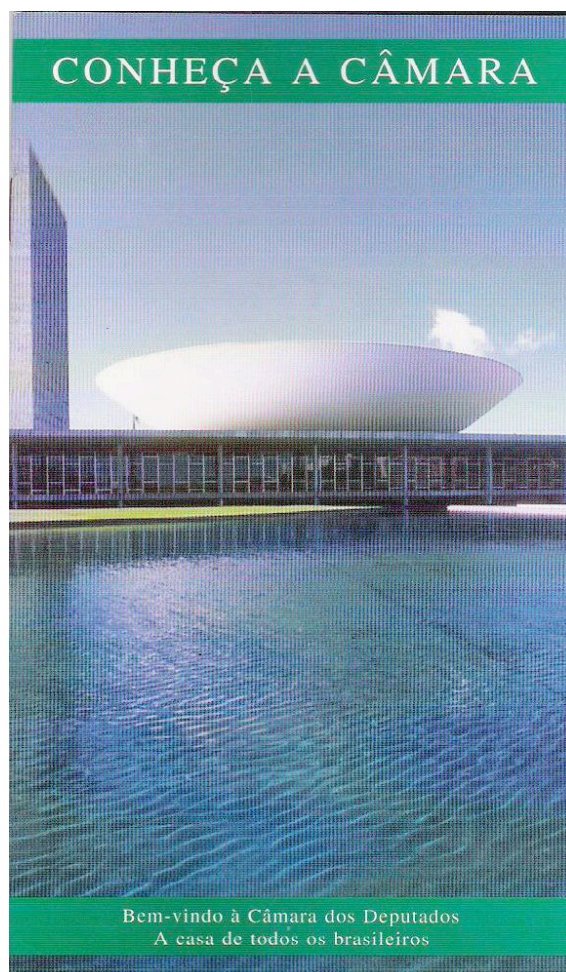


Figura 12 – Folder do Programa de Visitação

7. Em 22/12/2004, há o lançamento de outra campanha:

“Câmara lança campanha de incentivo à visitação”

“A Câmara lançou nesta quarta-feira (22) a **campanha "Visite a Casa de Todos os Brasileiros"**, mais uma iniciativa do **programa de acesso à instituição "Conheça a sua Casa"**. A idéia do programa veio de uma

a todos as mais belas manifestações da arte plástica brasileira. Já passaram pelo Gabinete quatro exposições desde a sua criação, em maio de 2004: Sala Paulista, Arte Baiana, Goiás Contemporâneo e Athos Bulcão. Nesta segunda-feira (14) inaugura a quinta mostra “Minas das Artes”. O Gabinete da Arte está aberto à visita de sexta a segunda-feira, das 9 às 17 horas. As visitas devem ser agendadas previamente na coordenação do Museu da Câmara, por meio dos telefones (61) 216-5880/5881. No local, há monitores à disposição do público com informações sobre as obras em exposição.”⁷⁷

O informativo evoca os números, as características, os pormenores, enfim, o sucesso do programa de visita que foi levado a cabo de maneira contínua e fecunda no ano de 2004. Pela primeira vez traz no corpo de seu texto a palavra cidadania, diretamente ligada ao fenômeno da visita e ao conteúdo da visita. Evidenciando isso, há exemplos da facilidade de acesso à Instituição. Do ponto de vista turístico, os maiores interesses recaem sobre a arquitetura do prédio, o sistema de votação e o cotidiano legislativo. É interessante notar que o interesse popular pelo processo legislativo contrasta com profundas confusões sobre a separação de Poderes. Isso fica claro quando os visitantes do Palácio do Congresso Nacional perguntam sobre a localização do gabinete do Presidente da República. No sentido de esclarecer a população, a “Casa de todos os brasileiros” tem também outros meios de interação além da visita presencial.



Figura 13 – Folder da Ouvidoria Parlamentar

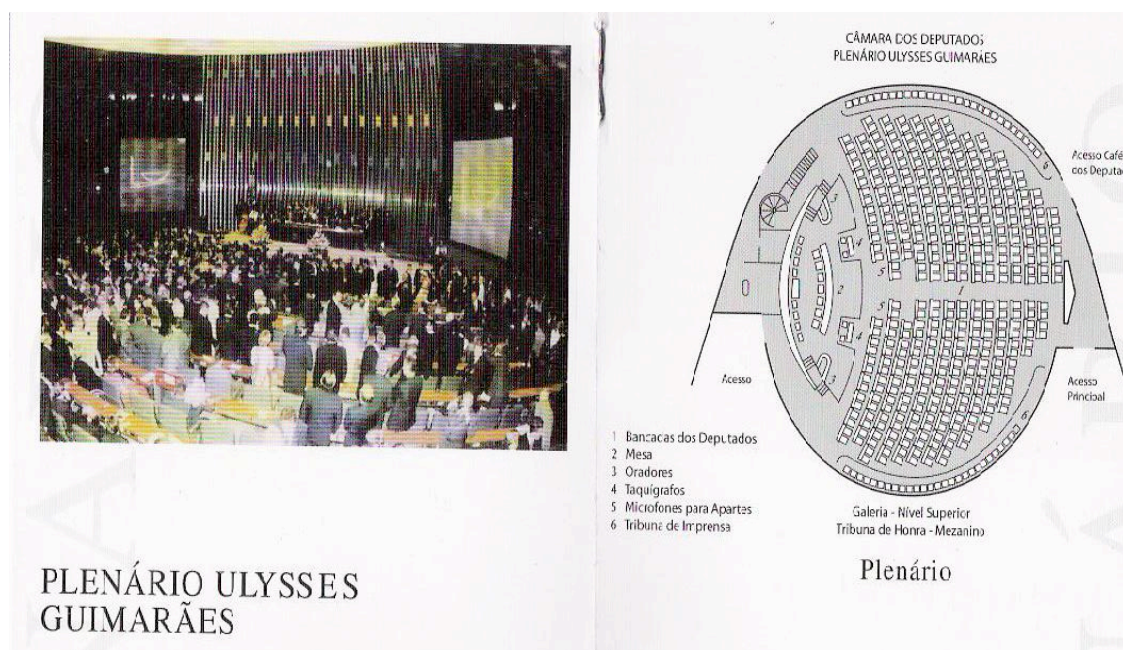


Figura 14 – Vistas do Plenário da CD

9. Em 24/08/2005, o título indica a contínua elevação do número de visitantes.

“Levantamento revela mais visitas em 2005”

“A cada ano, aumenta o número de visitantes à Câmara e ao Senado Federal. A Casa abre suas portas aos sábados, domingos e feriados para receber visitas de **cidadãos** interessados em conhecer sua estrutura interior, o funcionamento do Congresso e o acervo histórico, que reúne documentos e objetos até mesmo da época do Império. **Visitas em dias de sessões também podem ser agendadas.** Somente de janeiro a julho deste ano, 83.436 pessoas, vindas de todos os estados brasileiros e de vários países, já conheceram a Câmara e o Senado por meio do **programa “Visite o Congresso”**. O crescimento é resultado, entre outros motivos, do trabalho especial no atendimento ao público, realizado a partir da unificação dos projetos de visita entre a Câmara e o Senado. As visitas conjuntas ocorrem desde abril de 2004, com o objetivo de oferecer ao cidadão uma visão integrada do Poder Legislativo, agregando valores positivos à imagem de ambas as instituições. O trabalho conjunto proporcionou um incremento de mais de 100% no número de visitantes em 2004 em relação ao mesmo período de 2003, quando cerca de 87 mil pessoas visitaram a Câmara. Para se ter uma idéia do crescimento no número, em 2004 foram mais de 136 mil visitantes. **O percurso da visita ao Congresso Nacional** inicia-se no Salão Negro, onde os grupos são recebidos por monitores da Câmara e do Senado. Logo após, os visitantes são encaminhados ao Museu do Senado

estudos desse artista para a confecção dos anjos do teto da Catedral Metropolitana de Brasília. As poltronas e bancos “Paris” em couro, e as mesas baixas de centro, com tampo de cristal, foram confeccionados entre 1976 e 1977. O jardim interno é uma concepção do paisagista brasileiro Roberto Burle Marx e foi projetado com plantas da flora nacional. À nossa frente temos um quadro em óleo sobre tela de Di Cavalcanti, sem título, adquirido em 1960, e criado exclusivamente para o Salão Verde. Como vocês sabem, para a construção da cidade muitos trabalhadores da construção civil foram trazidos para os canteiros de obra da nova capital, a maioria vinda dos estados do nordeste brasileiro. Esses trabalhadores ficaram conhecidos como “Candangos”. E esta é uma homenagem de Di Cavalcanti a eles. Di Cavalcanti é modernista e um dos articuladores da Semana de Arte Moderna no Brasil, em 1922. Ele foi contemporâneo de Juscelino Kubitschek e Oscar Niemayer. Este espaço dispõe, também, de uma maquete onde podemos visualizar todo o conjunto arquitetônico do Congresso Nacional.⁸⁷



figura 15 – Salão Verde da CD

Maquete do Complexo da Câmara dos Deputados

“Está é a maquete do Palácio do Congresso Nacional – sede do Poder Legislativo desde 1960, quando a capital foi transferida do Rio de Janeiro para Brasília. O projeto do Congresso Nacional é uma obra do arquiteto Oscar Niemayer. As duas torres, de 28 andares, são os prédios mais altos da cidade e abrigam a parte administrativa do Legislativo e as fundações Ulysses Guimarães e Milton Campos. Niemayer ressaltou como as partes mais importantes desta obra, as estruturas côncava e convexa. A forma convexa é

⁸⁷ Idem, pág. 13 e 14

o plenário do Senado e a cônica é o plenário da Câmara. A disposição das cúpulas é apenas estética, afirma Niemayer. O plenário da Câmara é maior porque o número de deputados é superior ao número de senadores. São 513 deputados federais. Ao lado, temos uma outra maquete onde podemos observar uma ampliação do projeto original de Niemayer. A alteração foi solicitada pelas Mesas da Câmara e do Senado, em 1992, quando então era presidente da Câmara o dep. Inocêncio Oliveira. Niemayer aproveitou esse interesse do Congresso Nacional e projetou as novas instalações para as Mesas das duas Casas à frente do Anexo I, com fachada de vidro voltada para a Praça dos Três Poderes, restaurando dessa forma, o contato visual que fora quebrado no projeto original por motivo da necessidade de se acomodar, na época do parlamentarismo (1966-1969), as lideranças dos partidos no edifício principal, próximo ao plenário. Anexo II. Neste anexo, funcionam as comissões permanentes, em número de 20 e as temporárias, como por exemplo: CPI's – comissões parlamentares de inquérito; comissões especiais e comissões externas. Além das comissões, no anexo II funcionam gabinetes de deputados, a Biblioteca da Câmara que pertence ao Centro de Documentação e Informação – órgão responsável pelo arquivo da memória da Instituição -, que possui um acervo de 400 mil títulos. Anexo III. No anexo III estão a Consultoria Legislativa; 83 gabinetes de deputados e o Departamento Médico. Anexo IV. Neste anexo estão 428 gabinetes dos deputados, com área de 36 metros quadrados. O anexo IV está ligado ao anexo II através de um túnel onde 6 esteiras e 2 escadas rolantes estão instaladas. Outro túnel, sob o eixo monumental, faz a ligação do anexo II com o Ed. Principal que por sua vez, está ligado ao anexo I por meio de um corredor comum à Câmara e ao Senado.⁸⁸



figura 16 – Palácio do Congresso Nacional e Anexos da Câmara dos Deputados

⁸⁸ Idem, pág. 14 e 15.